



Uma compacta multidão ocupou durante todo o dia quase todo o gramado em frente ao Congresso



Os deputados comemoram o afastamento do presidente Collor, quando é anunciado o 336º voto

Câmara afasta Collor. Itamar forma hoje equipe de governo



Manifestantes de todas as cores e idades foram ao Congresso



Nas galerias, os líderes Quéricia, Lula, Tasso, Ciro, Iris e Fleury



Entre os políticos que foram a Itamar, Albano Franco e João Alves

Em uma decisão histórica, a Câmara dos Deputados admitiu ontem, por 441 votos favoráveis, 38 contra, 23 ausências e uma abstenção, o pedido de **impeachment** do presidente Fernando Collor. Hoje mesmo o Senado recebe a autorização para processar e julgar o Presidente, devendo definir os ritos do processo às 14h30, em sessão ordinária. O presidente do Senado, Mauro Benevides, não soube informar o momento exato em que se dará o afastamento, mas garantiu que hoje mesmo todos os detalhes serão conhecidos. De todo modo, o presidente Collor, acatando a decisão da Câmara, decidiu designar uma comissão de transição para o novo governo, conforme garantiu o ministro Célio Borja, da Justiça. Antes do início da votação, o ministro levou ao Presidente uma carta na qual 15 ministros e secretários de governo colocavam os cargos à disposição. Também apresentaram pedidos de demissão os presidentes do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, e da Caixa Econômica, Álvaro Mendonça. Nas próximas 24 horas, o vice-presidente Itamar Franco pretende fechar a composição de seu Ministério com nomes de alto nível e representativos das forças políticas que apoiaram o processo de **impeachment**. A nova equipe já tem quatro nomes certos: para os ministérios da Justiça, Relações Exteriores e Transportes foram convidados, respectivamente, os senadores Maurício Corrêa (PDT-DF), Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e Alexandre Costa (PFL-MA), enquanto Henrique Hargreaves, assessor da Câmara dos Deputados, assumirá o Gabinete Civil da Presidência da República. Ainda não há definições para a área econômica, que será dividida com a recriação do Ministério do Planejamento. Tão logo assuma o governo, Itamar Franco pretende deflagrar um programa emergencial de saneamento financeiro do País, priorizando uma reforma fiscal e o redimensionamento do perfil das receitas públicas. A decisão de ontem da Câmara, que representará a ascensão do vice Itamar à Presidência da República, despertou curiosidade e preocupação das autoridades estrangeiras, especialmente no que se refere à continuação da abertura econômica. Enquanto alguns correspondentes destacam o funcionamento positivo das instituições, como o Congresso Nacional e a imprensa, outros mostravam receio dos investidores no que se refere às idéias nacionalistas do vice. No mercado financeiro interno, a aprovação do pedido de **impeachment** teve reflexos positivos, com as Bolsas de Valores fechando em alta. Conscientes de que a crise é política, os militares se mantiveram distantes, de prontidão apenas para garantir o patrimônio público e privado. Além da crise e seus desdobramentos, o **Jornal de Brasília** publica, nesta edição, um amplo retrospecto do governo Collor.

Brasil faz sua festa pelo impeachment

O Brasil praticamente parou ontem depois do meio-dia para acompanhar a votação na Câmara dos Deputados. Desde cedo as áreas centrais das capitais e grandes cidades foram tomadas, primeiro por estudantes liberados pelas escolas e a seguir pelos trabalhadores dispensados pelos empresários. Mas, o ponto alto das manifestações ficou por

conta de Brasília, que teve, seguramente, a maior festa cívica de sua história. Rostos pintados, roupas pretas, muito riso, palavras de ordem e um mar de bandeiras foram as marcas que tomaram conta da Esplanada dos Ministérios desde cedo. O calor forte e depois a chuva fina que caiu no meio da tarde não arrefeceram os ânimos de cerca de

100 mil pessoas. No Vale do Anhangabaú, em São Paulo, muitos dos 100 mil manifestantes choraram entoando o Hino Nacional quando foi pronunciado o 336º voto. Em Fortaleza, Belo Horizonte e Porto Alegre a mesma cena se repetiu marcada por um ponto comum: não houve registro de violência ou radicalização.

Saem os gabaritos das provas para a Câmara

TEMPO	
Céu com nuvens associadas à ocorrência de pancadas de chuva e possíveis trovoadas à tarde. Presença de sol durante o dia. (Fonte: DNMET)	
Temperatura	Umidade relativa
16º a 28º	50% a 90%
COTAÇÕES	
Dólar	compra venda
Comercial	Cr\$ 6.335,50 Cr\$ 6.336,50
Paralelo	Cr\$ 7.300,00 Cr\$ 7.450,00
Turismo	Cr\$ 7.230,00 Cr\$ 7.450,00
Ouro	compra venda
	Cr\$ 80.400,00 Cr\$ 80.600,00
INDICADORES	
TR	25,38%
TRD	1,089265%
Utilir (do mês)	Cr\$ 3.125,62
Utilir (diária)	Cr\$ 3.813,74
UPDI	Cr\$ 452.427,42
Poupança (hoje)	24,44633%
Salário Mínimo	Cr\$ 522.186,94
Construção civil DI (m²)	Cr\$ 1.233.247,36
ÍNDICE	
Opinião	2 Decálogo
Horário Holanda	Indicadores
e Sebastião Nery	Tribuna da Cidade
Classificados	Serviço
Caderno 2	29 e 31
E mais o Suplemento do Campo	8 páginas

A retomada do crescimento

Aprovado o pedido de impedimento do presidente Fernando Collor de Mello, a crise política brasileira perde intensidade com a posse, ainda que interina, do vice Itamar Franco. Muitas são as graves questões que precisam ser contornadas para que o País retome de imediato suas atividades, praticamente paradas há um mês, e entre elas ganha destaque a necessidade de um programa mínimo de governo que contemple os interesses da maioria do povo brasileiro. Em torno deste programa devem se agrupar as forças políticas que darão, no Parlamento, o respaldo político indispensável à sua implantação.

É bom que se diga, antes de mais nada, que o pedido de impedimento do Presidente da República não decorreu de nenhum problema político. Boa parte dos que votaram pelo impedimento fizeram questão de ressaltar que o programa de governo de Fernando Collor de Mello era modernizante e muito contribuiu para arejar a economia brasileira, totalmente engessada pela estatização ainda ao final do governo Sarney. Daí, naturalmente, a Nação espera que as conquistas no campo da liberação da economia sejam mantidas e até mesmo aprofundadas, a partir de agora.

O programa nacional de privatização deve ser retomado logo e com mais ímpeto. Há poucos dias a Argentina abriu seu monopólio da exploração de petróleo ao colocar à venda a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), empresa tradicionalmente deficitária, embora aquele país seja auto-suficiente na produção de petróleo. O Chile e o México, que detêm as economias mais modernas e dinâmicas da América Latina, estão bastante avançados nesta questão.

Da mesma forma, é preciso que o programa mínimo de governo que se inicia hoje persista no caminho da abertura econômica do Brasil à competição internacional. A economia globalizou-se. Não existe mais lugar

para mercados cativos no mundo de hoje, porque tais mercados acabam se tornando reféns dos oligopólios e monopólios. A abertura aos produtos internacionais fará com que a indústria brasileira se modernize, ganhe eficiência e competitividade. Não há motivos para temer tal concorrência. Se hoje estamos defasados em vários setores é justamente por causa de um fechamento que se prolongou por um tempo demasiado. Os empresários brasileiros têm condições de enfrentar e vencer, com criatividade e trabalho, mais este grande desafio.

O controle da inflação, é claro, também deve constar deste novo programa de governo. Algo deve ser feito — desde que não seja mais uma daquelas desacreditadas fórmulas milagreiras do congelamento — para que o índice caia dos dois dígitos onde se encontra estacionado hoje. Com inflação, qualquer crescimento é falso, como, aliás, mostram os números da década de 80, ao longo da qual o Brasil inflacionário se manteve estagnado.

A traumática Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou denúncias de tráfico de influência no governo mostrou à Nação estarrecida que a corrupção era bem mais intensa do que se podia imaginar. Desta experiência, é certo que o País sairá renovado. A opinião pública agora está vigilante e pede punição exemplar para os corruptos e para os corruptores, com a integral recuperação de todo o dinheiro público roubado.

Finalmente, é importante que os grupos políticos que se reunirem em torno de Itamar Franco estejam prontos a rechaçar as manobras daquelas forças, minoritárias, porém, deletérias, que pregavam o golpismo das eleições gerais após o impedimento. Amadurecido, o Brasil não aceita mais qualquer tentativa de subverter a ordem e quer se manter na estabilidade democrática para poder retomar seu processo de modernização e crescimento.

Transição com estabilidade

EDGAR LISBOA

A Câmara dos Deputados acatou, ontem, por inquévoca maioria — foram mais de 80% os votos favoráveis — o pedido de abertura do processo de impedimento do Presidente da República por crime de responsabilidade. Nós brasileiros temos motivo de orgulho do vigor de nossas jovens instituições e do civismo demonstrado pela população e os personagens que participaram dos momentos decisivos da presente crise política sem ultrapassar os limites da ordem. É de se esperar que a vida do País siga pelo mesmo caminho até a sua completa normalização, mas é preciso ter presente que estamos longe de recuperar a estabilidade político-institucional e também a econômica e social e que, sem estas, as primeiras estarão sempre a perigo.

O País não suporta uma nova frustração. As lideranças de todas as tendências têm, a partir de agora, um dever inescapável de contribuir para a superação da crise. É preciso que a população saiba que a decisão de ontem não significou apenas uma substituição de homens e grupos no poder e que, sobretudo, não basta a presença de caras novas nos mais altos cargos para que ocorram as mudanças que a Nação necessita. Mas será uma longa jornada que agora começa em nome de uma causa nobre que é o futuro sonhado por todo o povo brasileiro.

Fala-se do estabelecimento de um programa mínimo de governo para o período de transição que se inicia. Trata-se de uma proposta correta no sentido de articular uma base política num momento de emergência nacional, mas é preciso não esquecer que uma das causas da turbulência que assola a vida política do País é precisamente a falta de definição do quadro político e

partidário. Não haverá estabilidade democrática no Brasil enquanto não tivermos partidos políticos bem estruturados e reconhecidos pelo eleitorado em função de seus projetos nacionais. Coalizões e programas mínimos ajudam a sair da crise, mas não consolidam partidos.

A inflação, a crise do Estado e as desigualdades sociais não foram derrotadas com a votação de ontem e infelizmente seguirão penalizando de forma desigual a sociedade. A corrupção e a incúria não podem ser abolidas por decreto do Executivo ou do Legislativo. É certo que vivemos um momento favorável à retomada dos ideais, mas a superação do lamentável quadro econômico e social do País exigirá um esforço coletivo e prolongado. Será necessário enfrentar grandes dificuldades e passar por árduos sacrifícios.

Não é preciso sair do Congresso Nacional para apontar algumas das questões que precisam ser encaradas com seriedade e coragem para que as possibilidades de um futuro melhor tenham alguma chance de concretização. Como exemplos mais imediatos pode-se citar a urgente necessidade de uma reforma fiscal, a apreciação do orçamento — o que está associado a uma postura menos oportunista e fisiológica dos recursos públicos e a reforma da legislação eleitoral e partidária. O momento é oportuno para que se deixe de lado velhos vícios da política brasileira, mas não se pode esquecer que, em breve, teremos um plebiscito sobre a forma e o sistema de governo e uma revisão constitucional que, se não forem encaradas com seriedade, poderão dar origem a uma nova crise e frustrações, algo que a Nação não merece.

■ Edgar Lisboa é diretor-editor do Jornal de Brasília

Razões da luta anticorrupção

PAULO ROBERTO MOREIRA

Parece que chegou o momento de o Brasil ser lavado, "ser passado a limpo" como diz Bóris Casoy. Isto já aconteceu na Coreia do Sul, por exemplo. Estive na Coreia do Sul no momento em que um general ex-presidente da República estava preso por corrupção, outro general também presidente sofria acusação deste tipo. Os militares coreanos haviam promovido a reforma agrária e o país se preparava para a arancada em estilo ocidental, como havia dado o Japão. A Coreia do Sul, até por medo do Japão, tinha que crescer em termos capitalistas. Tal como o Japão, fez o marketing mundial das olimpíadas e agora em Barcelona ficou em 6º lugar, superando seu ponto de referência: o Japão.

É importante não sermos ingênuos quanto a esses processos históricos. É claro que é necessária a ética na política. A ética é a vida e a vida é a ética. Corrupção significa literalmente decomposição, putrefação e portanto morte.

Entretanto há uma lógica perversa por trás das destruições políticas como ocorre agora com Collor de Mello. Quero deixar claro que

não só sou a favor do impeachment como luto por ele.

Vejam de onde partiu a principal acusação contra Fernando Collor e que desencadeou o processo da CPI sobre Paulo César Farias! Do irmão Pedro Collor de Mello, que de forma cruel, com a mãe no Pró-Cardíaco à beira da morte, sorri tão patologicamente como o irmão Presidente, e aprofunda as denúncias, dizendo que a coisa é muito mais podre do que se apurou e que há muito dinheiro do irmão no exterior, que precisa ser repatriado etc... Se isto é família, quero distância das famílias.

Se não há o mínimo pudor, amizade, amor, compaixão na relação intrafamiliar, imagine fora, na guerra econômica e política da sociedade civil e do Estado.

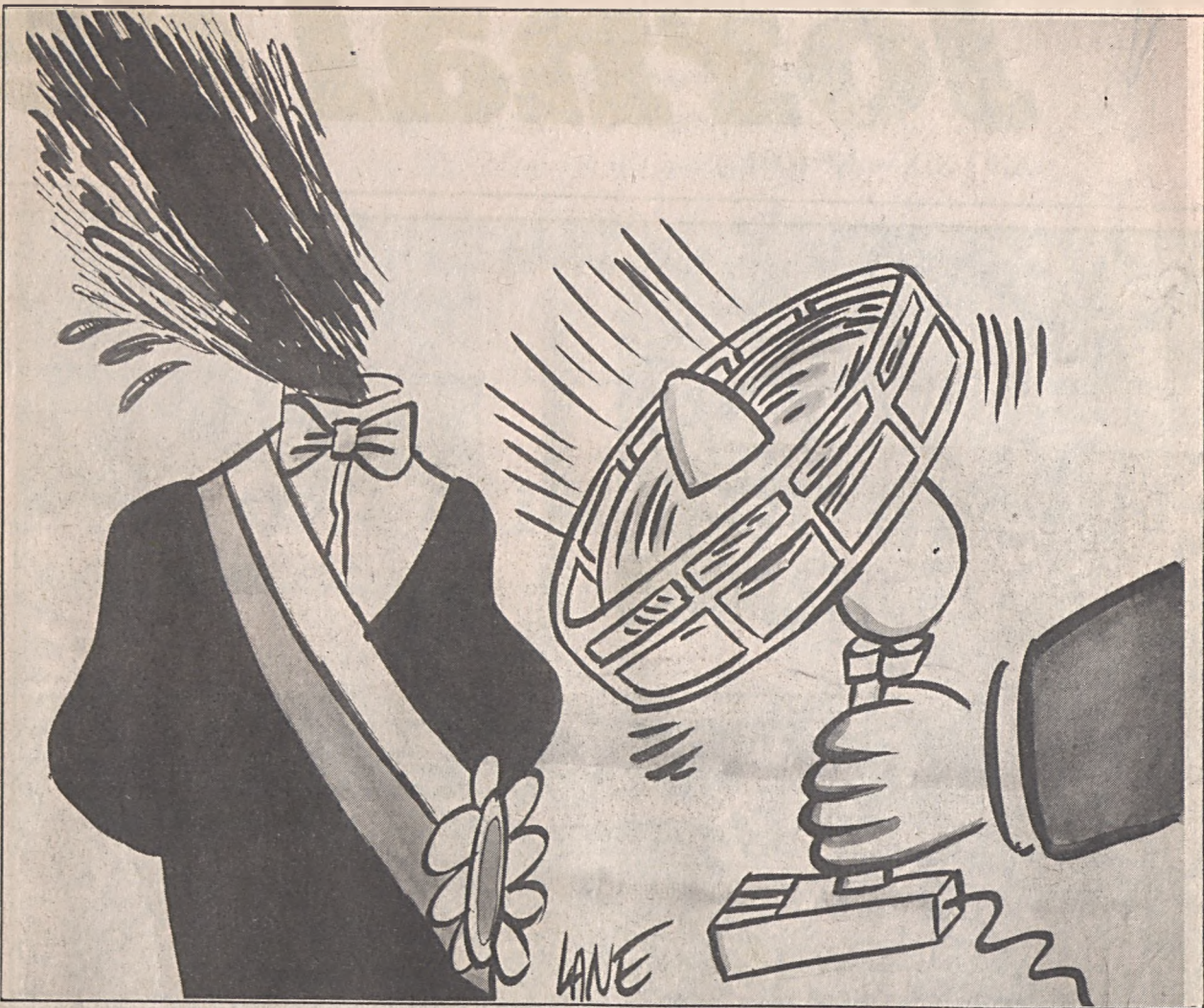
Uma das leis econômicas que Marx descobriu é que o capital tende ao monopólio. Observe que para se abrir um negócio comercial hoje, de verdade, tem-se exigências de qualidade, segurança, multilateralidade de locais. Na política ocorre o mesmo. Cada dia que passa o número de pessoas aptas em vários aspectos principalmente econômica-

mente aptas para se candidatar e ganhar uma eleição é menor.

Hegel nos diz que as paixões movem o mundo mas que há a astúcia da razão. E há uma razão na história. A faxina contra a corrupção vai prosseguir além de Collor e PC Farias. A razão que leva Pedro Mello a atacar seu irmão é a mesma que leva outros capitalistas da política a querer a morte política de Fernando Collor.

Há felizmente outras razões para a faxina que leva os partidos de esquerda à luta pelo impeachment. Há a razão de se colocar a nu como se enriquece rapidamente. Que milagre é este? Aliás ser poderoso, seja por que aspecto for, sem colocar esse poder em função da coletividade, sem exceção, é imoral do ponto de vista das principais filosofias da História da Humanidade. Porque moral significa comportamento coletivo. E como diz Hegel: "É impossível ser feliz cercado de infelicidade por todos os lados".

■ Paulo Roberto Moreira é economista e mestre em Filosofia pela PUC/RJ



Ética na informação

EURIDES BRITO

Neste momento em que a sociedade brasileira atravessa sua maior crise de valores morais, muito se tem falado a respeito da ética. E é fundamental que renovemos a cada dia os nossos compromissos com a preservação dos valores que devem nortear o nosso relacionamento com a sociedade.

Ultimamente, a grande imprensa vem divulgando que parlamentares estariam vendendo sua consciência em troca de favores governamentais. Se os veículos de informação têm alguma prova disso, é de seu dever denunciar. O que não pode ser feito é confundir-se a legítima ação parlamentar de encaminhamento de reivindicação das comunidades que representam com "compra de votos". E é lamentável constatar que é isso que vem acontecendo.

Vejamos dois exemplos que visam a confundir a opinião pública: Sob o título "Congressistas beneficiados pelo Planalto" e com o subtítulo "Parlamentares que receberam recursos da Fundação Banco do Brasil", a Folha de S. Paulo divulga relação contendo mais de uma centena de nomes de parlamentares. Nela figuram João Calmon, Ibsen Pinheiro, Ulysses Guimarães, Josaphat Marinho, José Sarney, Ubiratan Aguiar, Flávio Rocha, esta signatária e outros.

Qual o crime que cometemos?

Pleitear benefícios para as nossas comunidades, conforme é nosso dever no exercício do mandato. Diz o Regimento da Câmara dos Deputados ser dever do deputado "promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta e fundacional, os interesses públicos ou reivindicações coletivas de âmbito nacional ou das comunidades representadas (Art. 226, V)".

No meu caso específico, encaminhei à Fundação Banco do Brasil, a pedido da instituição interessada, um fax pedindo ao presidente do órgão que estudasse a possibilidade de o Banco patrocinar o espetáculo da professora Ofélia Curveiro, no valor de vinte milhões de cruzeiros, conforme já o tinha feito no ano de 1989. Trata-se de espetáculo cultural, sem fins lucrativos, e constitucionalmente é dever do Estado promover a cultura.

Até hoje a Instituição nada recebeu, mas, em compensação, eu fui contemplada com uma foto na revista Veja, com a seguinte legenda: "Eurides Brito-DF: indecisa sobre o impeachment, pediu verba para balé à Lafayette Coutinho". Já a conhecida atriz Lucélia Santos, militante da esquerda, conseguiu, em maio último, um financiamento, valores atualizados, de quatro bilhões e seiscentos milhões de cru-

zeiros para a montagem de um espetáculo teatral e ninguém disso se admira.

O outro exemplo é o que me inclui na lista dos deputados indecisos. O mesmo jornal Folha de S. Paulo, vem, há tempos, incluindo meu nome na lista dos indecisos sem nunca haver me consultado. Porque, se o tivesse feito, eu daria a resposta que tenho dado a todos os que me perguntam, ou seja, sei como vou votar. Reservo-me todavia, o direito de não declarar o meu voto até a hora da votação, pois juízo que se preza não antecipa voto. E nós, deputados, estaremos atuando como juízes, na questão da admissibilidade do pedido do julgamento do Sr. Presidente. Alguém viu algum ministro do Supremo Tribunal Federal antecipar seu voto?

Quero reafirmar que continuarei encaminhando os pleitos da comunidade que represento aos órgãos competentes, sem me acovardar diante de pressões. De igual modo, continuarei sem declinar o meu voto por antecipação por questão ética, embora eu saiba como irei proferi-lo. Nunca fui, não sou e não serei uma indecisa. Não adianta pressionar.

Ética na política, ética na informação, ética na comunicação, ética no pleno viver do nosso cotidiano.

■ Eurides Brito é deputada federal pelo PTR/DF

CARTAS

Imparcialidade

Sr. Redator,

É digna de nota a imparcialidade deste Jornal de Brasília que, por ser sóbrio, correto e justo, me mantém entre os seus assinantes e leitores diários. Na tiragem do dia 25 deste, se de um lado publicava a coluna do diarista Sebastião Nery, do outro lado chegava ao conhecimento público a repulsa da leitora Nydia Barbosa aos mais recentes artigos de Nery.

Desta indignação também participo, porque é triste vê-lo atacando homens como o "Sr. Diretas Já", Dr. Ulysses Guimarães, para defender o indefensável... Mas, mais triste ainda é ver o Brasil, "rico pela própria natureza", com um povo tão pobre e miserável, caminhando para a extinção, enquanto os detentores do poder se locupletam insaciavelmente com o fruto do suor e sangue dos verdadeiros trabalhadores desta Nação!

Nos hospitais há sobra de doentes porque lhes falta a nutrição, quando se fala em superprodução de grãos!... Faltam leitões, faltam remédios, faltam médicos!... Até as condições mínimas de higiene para garantir a saúde chegam a ser descartadas, porque falta verba. Falta exatamente o dinheiro arrecadado, confiscado, sugado dos míseros salários de trabalhadores honestos, carregado para encher os bolsões sem fundo dos todopoderosos, cada vez maiores e cada vez mais sem fundo!

Os golpes atingem o erário das formas as mais criativas e diabolicamente engendradas, como acontece na área da Previdência, com aposentadorias fantasmas e pensões

a viúvas de maridos que jamais conheceram a morte.

Os mercedamente aposentados curtem, no entanto, a miséria, a fome, o desespero, a morte, enquanto aguardam numa fila os míseros tostões que nem chegam a conhecer!...

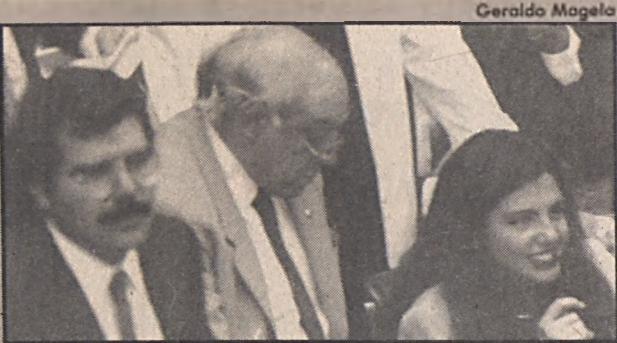
Que dizer dos acusados?... Aparecem esnobando nas entrevistas como sérios, "inocentes", aflagados pelo cinismo mais torpe e revoltante que um ser humano pode absorver. É fácil compreender. Precisam de se defender a qualquer preço!... É igualmente revoltante ver os seus defensores, esculpindo no próprio rosto expressões simuladas de crença na inocência, que já nem consegue ser creditada na conta do mais inculto e analfabeto brasileiro que ainda detém, o que é raro, o senso do que é honesto. — José Farias de Oliveira — Asa Sul

Moralização

O País continua estarrecido diante de tanta libertinagem. A devassidão é algo inconcebível. O prego da moralização é o próprio impeachment presidencial. Não existe outra saída. A moralização, acima de tudo. Custe o que custar, urge uma varredura total e darmos continuidade a nossa vida exemplar. O País está estagnado. Tudo gira em torno de uma solução, e a única viável é a moralização. O impeachment é a essência indispensável, a que trará novamente tranquilidade aos brasileiros. O Presidente da República perdeu a postura, no ambiente de um jantar onde se encontravam outros como os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Entornou o caldo com ofensas e

desmoralizações inadequadas a um Presidente. A orgia da festa foi ainda pior: trouxe o que era inevitável, o rebate e a defesa moral dos ofendidos. Enfim, o ambiente era sórdido. O País já vive envergonhado com tanta lama. Cabem medidas urgentes, para que o resto do País não continue sofrendo, de todas as maneiras, uma crise onde só resta o próprio impeachment como resgate da moral brasileira. Portanto, o Poder Judiciário e o Legislativo não poderão ficar omissos a tudo, colocando panos quentes, como querer amenizar o traumatismo sofrido pelo povo brasileiro. Se fizermos uma reflexão ao passado, verificaremos que tudo foi estrategicamente preparado, desde a época eleitoral, inclusive acabar com o SNI. Embora o Serviço Nacional de Informação tenha seguido um rumo contrário, desviando-se de suas próprias funções, sem dúvida, foi extinto com uma única finalidade. Portanto, as Forças Armadas não poderão ficar omissas aos acontecimentos. Não desejamos um golpe militar, porém um aconselhamento à Nação, de que os acontecimentos foram por demais violentos e traumáticos para desmoralizar o próprio regime democrático. O povo não deseja violência, nem tampouco baderna, deseja, sim, o cumprimento constitucional. Sejam os bem claros, se fosse nos Estados Unidos da América do Norte, o problema já estaria resolvido em poucos dias. A democracia foi abalada na sua própria estrutura, no desrespeito e na desmoralização da coisa pública. O País já está saturado de tanta imoralidade. Vamos pagar com o impeachment a nossa cota de patriotismo. Edgard Soares Dutra Filho — Lago Sul

A deputada Roseana Sarney comandou com eficiência todo o processo de mobilização dos deputados, para que pudesse ser garantida a presença de 336 parlamentares. Ontem, ela foi premiada, com surpresa, com 105 votos a mais.



Ciro Gomes, Tasso Jereissati, Lula, Quéricia e Meneghelli acompanharam a votação das galerias



Paulo Romano é cumprimentado pelos companheiros após dar o voto 336, decisivo ao impeachment

Câmara derruba Collor por 441 votos contra 38

LUIZA DAMÉ E WILLIAM FRANÇA

O pedido de impeachment do presidente Fernando Collor foi admitido ontem, na Câmara dos Deputados, por 441 votos favoráveis, 38 contra, 23 ausências e uma abstenção. Com esse resultado, foi aceita a acusação por crimes de responsabilidade contra o Presidente da República, apresentada pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Lavenere. A autorização para que o Senado Federal processe e julgue o presidente Fernando Collor será

Collor só acreditou na derrota no final

ANDREI MEIRELES

O presidente Fernando Collor só acreditou na derrota na Câmara quando a avalanche de votos mostrou ser irreversível a aprovação do impeachment. Quinze minutos antes do início da votação, o ministro licenciado Ricardo Fiúza, após uma avaliação final com o líder do bloco governista, deputado Luiz Eduardo Magalhães, tomou fôlego e telefonou, num canto isolado do Cafezinho da Câmara, para o presidente Collor, disposto a convencê-lo da derrota. Fiúza informou a Collor que a batalha estava perdida. No ato, o Presidente o interrompeu, manifestando esperança: “Estou vendo na televisão que o quórum é de 449 deputados. Não dá para acreditar que não tenhamos 120 desses votos. Acho que ainda dá para ganhar”. Fiúza desligou o telefone e ainda tentou se mostrar otimista: “Ainda há uma possibilidade de vitória”, comentou para céticos deputados governistas.

Collor acertou pessoalmente o apoio à sua manutenção no poder com dezenas de parlamentares. Muitos não cumpriram o trato. Fiúza, porém, não quis defini-los como traidores ao final da votação, limitando-se a dizer que não sabia o que aconteceu. Na tarde de segunda-feira, Fiúza reuniu-se com os líderes governistas, avaliando que faltavam apenas 12 votos para barrar o impeachment. Os articuladores políticos do Governo decidiram obtê-los durante a noite, quando promoveram três reuniões nas residências dos deputados Ézio Ferreira, do PFL do Amazonas, Paulo Octávio, do PRN do Distrito Federal, e José Lourenço, do PFL da Bahia.

A avaliação dos governistas foi preocupante. Ao invés da conquista de apoios, eles registraram novas perdas. Às 13h00 de ontem, manipulando em plenário mapas de votação, o contador-chefe dos governistas, deputado Basílio Villani, desdenhava da euforia das oposições: “Está tudo correndo dentro do previsto. Eles vão ter uma surpresa”. A seu lado, o deputado Onaireves Moura, do PTB do Paraná, garantia que vários parlamentares que registraram presença no painel eletrônico já haviam deixado Brasília.

encaminhada ainda hoje ao presidente daquela Casa, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), através do presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

O total de votos superou amplamente a expectativa da comissão pró-impeachment, que no início da tarde de ontem contabilizava cerca de 390 votos favoráveis ao impedimento. O placar surpreendeu também os governistas, que no mesmo horário apontavam 183 adesões contrárias ao pedido. Além dos indecisos, o que aumentou a margem de vitória da oposição foi o fato de muitos deputados — 23 ao todo — até então declaradamente contra o impeachment terem mudado seu

voto na última hora. A mudança mais festejada foi a do deputado Onaireves Moura (PTB-PR).

Onaireves chegou a declarar semana passada que já tinha reservado três bois para o churrasco de comemoração da vitória do presidente Fernando Collor. Foi ele também que cedeu sua casa, há 15 dias, para um jantar em homenagem ao presidente da Caixa Econômica, Alvaro Mendonça, no qual Collor fez um discurso inflamado e ofendeu vários políticos. “Por minha esposa, por meus filhos e pelo esporte, voto sim”, anunciou Onaireves Moura, que é presidente da Federação Paranaense de Futebol. Foi longamente aplaudido.

Voto 336 — Acabou ficando nas mãos de um deputado do bloco governista a definição do quórum de dois terços de deputados necessários para a aprovação do pedido de impeachment. O deputado Paulo Romano (PFL-MG), 49 anos, quatro filhos, secretário-geral do Ministério da Agricultura do governo Ernesto Geisel, na gestão do ministro Alysso Paulineli, foi quem deu o 336º voto. Em meio a um silêncio geral do plenário e das galerias da Câmara, Paulo Romano — que está em seu primeiro mandato parlamentar e ocupou a suplência com a morte do deputado Christóvan Chiaradia, pelo PFL de Minas Gerais — declarou seu voto: “Pela ética em todos os setores, voto

sim”. Foi ovacionado.

Outro muito aplaudido foi o deputado Benito Gama (PFL-BA). Afilhado político do governador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, Benito Gama era uma incógnita até horas antes da votação do impeachment. Como presidiu a CPI do caso PC Farias, ele afirmava a parlamentares amigos que tinha de votar a favor do impedimento de Collor, para que pudesse justificar o seu trabalho na Comissão. Apesar de sentir-se “tolhido” por ACM, integrou o grupo de deputados baianos que, contrariando as expectativas, votou pela admissão do impedimento. O primeiro “governista” a mudar seu voto foi o deputado Avenir Rosa, do PDC de Roraima.

Emoção marcou a dança dos números

A sessão que definiu o impeachment de Collor começou em meio a insegurança por parte dos deputados que coordenavam o grupo pró-impeachment. Às 14h05, só havia sido registrada a presença de 350 parlamentares no plenário, enquanto o esperado nessa hora era de no mínimo 400 deputados. Somente às 15h00 foi dado “o sinal verde”. O deputado José Genoíno (PT-SP) fazia sinal de positivo com o polegar para as galerias e recebeu Ulysses Guimarães (PMDB-SP) com um forte abraço. Após o voto número 336, Genoíno rendeu-se à emoção, teve uma queda de pressão e acabou na enfermaria da Câmara. Foi só um susto.

Ao final, o deputado comemorou com a deputada Roseana Sarney (PFL-MA), ainda na enfermaria. Enquanto isso, no Plenário, a deputada Beth Azize (PDT-AM) — mantendo uma tradição —, entoou o Hino da Independência. De pé, os deputados ergueram as mãos e fizeram coro diante de um Ibsen que procurou mostrar uma postura de isenção — apesar da aparência de satisfação.

A festa da oposição começou com o primeiro voto, do deputado carioca Roberto Campos (PDS). Até o início da manhã, ele estava internado num hospital do Rio de Janeiro com infecção generalizada, mas fez questão de comparecer à sessão e dar o seu voto “sim”.

Papéis — Mas nada superou a comemoração do voto número 336. Tão logo o deputado Paulo Romano (PFL-MG) anunciou o sim, os convidados instalados nas galerias ficaram de pé, e no meio de uma chuva de papéis picados, aplaudiram e gritavam palavras de ordem, como “Brasil, Brasil” — acompanhados pelos deputados. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, bem que tentou mas não teve como evitar que se começasse a cantar o Hino Nacional e, depois, o Hino da Independência.

Mas nem tudo foi só aplauso, gestos de satisfação. Quando o líder do Governo, Humberto Souto (PFL-MG) começou a se estender no seu discurso de defesa do presidente Collor, os próprios deputados pediram para que ele parasse de falar. Sem êxito, já ultrapassando os 15 minutos previstos — os convidados que estavam nas galerias resolveram voltar às costas ao plenário.

As vaia também aconteceram quando os deputados que votaram a favor do governo — 38, no total —, anunciavam seus votos. O deputado Paulo Octávio (PRN-DF) foi um dos mais vaiados, juntamente com vice-líder do Governo, José Lourenço (PDS-BA), José Vasconcelos (PE), líder do PRN, e Ronaldo Caiado (PFL-GO). O único voto de abstenção, do deputado Gastone Righi (PTB-SP) — também recebeu vaia, mais de indignação do que de revolta. (L.D/W.F)

A Câmara realizou ontem sua mais importante sessão dos últimos anos, levando ao plenário 464 deputados



POLÍTICA

HAROLDO HOLLANDA

A vitória do *impeachment*

Conta o deputado pernambucano Gilson Machado, do PFL, que há dois dias o deputado Luiz Eduardo Magalhães, líder do PFL, já tinha consciência de que o governo se encontrava derrotado na luta que vinha travando para impedir a aprovação do pedido de *impeachment* do presidente Collor. O deputado Luiz Eduardo, como líder, fez ontem na Câmara, um discurso que foi interpretado apenas para marcar uma posição com vistas às eleições de 94, uma vez que seu pai, o governador Antônio Carlos Magalhães, julga que poderá ser favorecido nas eleições de 94 como candidato das oposições à Presidência da República. Horas antes do início da votação no plenário da Câmara, o deputado Gilson Machado tocou o telefone para o governador Antônio Carlos Magalhães, dando-lhe conhecimento antecipado de que a batalha do *impeachment* se encontrava perdida para Collor. Para o parlamentar pernambucano, a notícia não surpreendeu ACM, que prometeu na próxima semana vir a Brasília para conversar com os que permaneceram a ele fiéis na posição que assumiu em defesa do governo Collor.

Mas o governador da Bahia não foi obedecido por vários dos seus liderados, como os deputados baianos Benito Gama, José Carlos Aleluia e Leur Lomanto. O deputado Benito Gama não tinha saída, a não ser votar a favor do *impeachment*. Tendo sido presidente da CPI que apurou to-

dos os negócios irregulares de Paulo César Farias e suas íntimas ligações com o presidente Collor, o deputado Benito Gama, se expressasse seu voto contra o *impeachment* estaria politicamente desmoralizado. Resolveu assumir uma atitude de rebeldia, certo, naturalmente, dos riscos que irá correr e das repesalias políticas que poderá sofrer. Na mesma situação se encontra o deputado José Carlos Aleluia. Alegam os parlamentares mais diretamente ligados a ACM que nem Benito nem o deputado Aleluia têm luz política própria. Jogaram uma cartada política decisiva, em que puseram em jogo seu próprio futuro político, que serão agora obrigados a construir de forma independente ou até mesmo contra vontade política do governador Antônio Carlos Magalhães.

Espera-se nos próximos dias que o deputado Luiz Eduardo Magalhães renuncie à liderança do PFL, uma vez que já não interpreta o pensamento da maioria do seu partido, que deve se compor com o novo governo a ser formado pelo vice-presidente Itamar Franco. O PFL como partido corre o risco de desaparecer, dado que poderá sofrer um estilhaçamento interno. Afinal, o PFL se comprometeu demais com o governo Collor até o seu final, com o que poderá ficar com sua imagem estigmatizada, a exemplo do que sucedeu com o PDS ao tempo da candidatura Maluf à Presidência da República.

Definição hoje

Numa reunião no último fim de semana com o governador Freitas Neto, do Piauí, seu correligionário, o senador Hugo Napoleão, presidente do PFL, explicou que na crise se manteve numa posição discreta, com o objetivo de não entrar em choque com o governador Antônio Carlos Magalhães. Mas hoje o senador piauiense deve fazer uma declaração à imprensa a favor do *impeachment*. Declarou

Questão moral

O deputado Roberto Freire, líder do PPS, ex-PCB, foi autor de um dos melhores e mais apropriados discursos na sessão de ontem da Câmara que aprovou o

impeachment. Em síntese, disse que Collor foi afastado do poder não por uma questão política, mas por uma questão moral.

Aplausos

Pela primeira vez na história da Câmara, uma de suas figuras mais controvertidas, pelas posições políticas e econômicas que sempre sustentou, o deputado e ex-ministro Roberto Campos foi aplaudido ontem pelo plenário, quando deu seu voto a favor do *impeachment*. O depu-

tado mineiro Israel Pinheiro Filho recordava que há cerca de quatro anos, naquele mesmo plenário, teve que sair em defesa do deputado Roberto Campos, ameaçado de ser agredido pelas esquerdas, em virtude da defesa que fazia da abertura do mercado brasileiro no campo da informática.

do Ceará, e Jarvis Gaidzinski, do PL de Santa Catarina. Os dois votaram a favor do *impeachment*. Estavam ontem sendo chamados de traidores pelo grupo palaciano.

O único

O deputado Humberto Souto, líder do Governo, foi o único

da bancada mineira, a votar com Collor.



A comissão de transição para garantir a posse de Itamar é formada pelo ministro Célio Borja, secretário da Presidência, Marcos Coimbra, chefe do Gabinete Militar, Agenor Homem de Carvalho, e os líderes Humberto Souto e Odacir Soares.

Collor aceita o *impeachment* e já nomeia comissão para a transição

Humberto Pradera



Borja informou que a comissão faz a sua primeira reunião hoje, com a possível presença de Collor

ZULCY BORGES

O presidente Fernando Collor acatou a decisão da Câmara, favorável ao pedido de *impeachment*, e decidiu designar uma comissão de transição para o novo governo sob a chefia do vice-presidente, Itamar Franco. A declaração foi feita pelo ministro da Justiça, Célio Borja, demissionário. A comissão será formada pelo próprio ministro da Justiça, o secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra, o chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Agenor Homem de Carvalho, e os líderes do Governo na Câmara e no Senado, deputado Humberto Souto (PFL-MG) e senador Odacir Soares (PFL-RO). A comissão realiza sua primeira reunião hoje, no Palácio do Planalto, com a possível presença do presidente Collor, ministros e de secretários de Governo. Na reunião, o Presidente solicitará aos ministros e secretários de Governo quer permaneçam nos seus cargos até que o Senado oficialize o *impeachment* e o novo Presidente nomeie seus sucessores, informou Célio Borja.

O ministro da Justiça falou em nome do Governo, no Palácio do Planalto, às 20h30, após uma audiência com o presidente Collor. Antes do início da votação do pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados, o ministro levou a Collor uma carta onde 15 ministros e secretários de Governo colocavam seus cargos à disposição. Borja não acompanhou, porém, a votação junto com o Presidente e só foi chamado por ele no começo da noite, quando já estava concluída a votação da Câmara. Borja afirmou ainda que a comissão de transição en-

trará em entendimentos com o vice-presidente Itamar Franco e os presidentes da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, do Senado, senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches. Célio Borja espera que a transição para o governo de Itamar aconteça “com celeridade”, mas reparou: “Não podemos impor ao Vice-Presidente um prazo”.

Ao falar em nome do Presidente, o ministro da Justiça afirmou que Collor “conclamou a todos o

desarmamento dos espíritos e que colaborem com a nova situação que resulta do seu eventual afastamento do poder”. Borja ressaltou que “o Presidente deseja preparar a transição do Governo que vai se instalar”. O ministro repetiu várias vezes que o Presidente “está disposto a cumprir aquilo que for decidido”. Ou seja, o Presidente aguardará a determinação da data do início de seu afastamento, por 180 dias, da Presidência — que será definida pelo Senado — e passará depois a cuidar de sua defesa. O ministro da

Justiça desmentiu as informações de que o presidente Collor pretenda se mudar da Casa da Dinda para o Palácio do Planalto, ao que teria direito mesmo afastado do poder. Segundo Célio Borja, o Presidente deve permanecer em sua residência na Casa da Dinda. Ele garantiu que Collor continua determinado a não renunciar, “essa palavra até aqui não foi pronunciada”, garantiu Borja, “porque o que é preciso dizer é que o Presidente põe acima de qualquer consideração de ordem pessoal os interesses do Brasil”.

Senado define rito do processo hoje

ANDREA SARMENTO
DA AJC

Hoje às 14h30, em sessão ordinária no Senado Federal, serão definidos os ritos do processo de julgamento do presidente Fernando Collor, depois da admissibilidade do processo pela Câmara dos Deputados. O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), disse que nesta mesma sessão serão escolhidos os integrantes da Comissão Especial que procederá o julgamento do Presidente da República. Benevides garantiu que não fará qualquer indicação e preferiu não fazer prognóstico quanto ao resultado do pedido de *impeachment* no Senado, explicando que a Collor caberá o direito de defesa.

Pela manhã, Benevides receberá, do presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a documentação na qual a Câmara autoriza o Senado a julgar o presidente Collor. Segundo Benevides, caberá ao primeiro secretário do Senado, Dirceu Carneiro (PSDB-SC) levar ao Presidente da República a decisão da Câmara. Benevides não soube informar o momento exato em que o presidente Collor será afastado, garantindo que todos os detalhes serão conhecidos hoje.

Para o senador Mário Covas (PSDB-SP) o prazo de 180 dias é mais que suficiente para o Senado julgar o Presidente, com base no pedido de *impeachment* explicando que os senadores têm consciência do problema e bastará que todos trabalhem com afinco. A Comissão Especial, esclareceu Covas, trabalhará da mesma forma que a CPI de PC Farias, cumprindo os prazos legais, mas sem pressa que indique imperfeição. Covas analisou a decisão da Câmara como um avanço político, demonstrando amadurecimento da sociedade brasileira. “O País ficou mais respeitado internacionalmente do que se tivesse pago a dívida externa”, salientou. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tem certeza absoluta que o Senado confirmará o resultado de ontem da Câmara. Suplicy acredita na renúncia imediata do presidente Fernando Collor.

Próximos passos do afastamento

Às 14h30 de hoje, o plenário do Senado se reúne para ouvir a leitura da decisão da Câmara.

O primeiro-secretário do Senado, Dirceu Carneiro (PSDB-SC), lê o texto.

Encerrada a leitura, o presidente do Senado Mauro Benevides (PMDB-CE) anuncia a formação da comissão para processar Fernando Collor.

Benevides anuncia que está instaurado o processo de julgamento do presidente Collor.

Invocando o artigo 86 da Constituição, Benevides deverá informar ao plenário de que Collor está suspenso de suas funções.

De volta a seu gabinete, Benevides deve assinar dois ofícios — um destinado a Collor, outro a Itamar Franco — comunicando a decisão do Senado.

O senador Dirceu Carneiro levará os ofícios ao Palácio do Planalto.

Itamar Franco assume a Presidência da República.

Planalto decide apelar ao STF

Depois de ter sido o responsável pela decisão referendou o voto aberto na sessão da Câmara que aprovou a instauração do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve voltar à cena nos próximos dias para interpretar a Constituição no que diz respeito ao prazo para o afastamento do Presidente. A assessoria jurídica do Palácio do Planalto já avisou que vai recorrer ao STF da decisão da Câmara que determinou o afastamento imediato do presidente Collor.

Desde o começo do movimento para o afastamento de Fernando Collor, os ministros do STF já foram responsáveis por três decisões que influenciaram diretamente no resultado da votação de ontem:

10/09 — O plenário do STF julgou o pedido de liminar do mandado de segurança ajuizado pelo advogado do presidente, José Guilherme Villela, contra as regras fixadas pelo presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), para a votação do pedido de instauração do processo de *impeachment*. Os ministros decidiram ampliar de cinco para dez sessões da Câmara o prazo de defesa do Presidente. A decisão atrasou a votação uma semana. Apenas o mi-

nistro Paulo Brossard votou contra a apreciação do mandado de segurança e da liminar, por entender que o Legislativo tem independência para deliberar sobre a questão.

18/09 — O ministro Ilmar Galvão, a pedido do procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, determina a realização de novas diligências para instruir o inquérito que apura denúncias por prática de crimes comuns pelo presidente Collor. Por determinação do ministro as investigações requisitadas à Polícia Federal e ao Banco Central devem ser cumpridas no prazo de 15 dias úteis, que se esgotam no dia nove de outubro. Só depois de receber esses resultados é que Galvão pretende deliberar sobre o pedido do procurador-geral para que seja enviado um questionário interrogando o Presidente.

23/09 — O plenário do STF julga o mérito do mandado de segurança ajuizado por Collor contra as regras fixadas pelo presidente da Câmara para a votação do pedido de afastamento. Por maioria os ministros confirmaram apenas a liminar e garantiram a votação aberta e nominal na sessão da Câmara que apreciou o pedido de *impeachment*. Apenas o ministro Moreira Alves votou a favor do presidente Collor.

Presidente vai ser comunicado amanhã

O presidente Fernando Collor será comunicado amanhã pelo primeiro secretário do Senado, Dirceu Carneiro (PSDB-SC), que está sendo afastado do cargo por 180 dias, por causa do processo de *impeachment*. Carneiro vai pessoalmente ao Palácio do Planalto entregar o ato da Mesa do Senado que comunica a obrigatoriedade do afastamento do Presidente. Se não for recebido pessoalmente por Collor, vai protocolar o ato do Senado no serviço competente do Palácio.

Ainda hoje de manhã, o presidente do Senado, Mauro Benevides, deverá ter novo contato com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches. Os dois precisam desatar nós jurídicos que ficaram pendentes por falta de legislação específica a respeito do processo de *impeachment*. Há dúvidas, por exemplo, sobre quem faz a acusação.

Agora, recuperação é bem mais difícil

O resultado avassalador da Câmara a favor do *impeachment* torna praticamente inviável para o presidente Fernando Collor recuperar seu mandato no processo e julgamento por crime de responsabilidade, que será conduzido pelo Senado. Alguns senadores que abandonaram recentemente o Governo prevêem que o número de aliados de Collor poderá ficar reduzido a cinco dos 81 senadores. No Senado, a situação do Presidente sempre foi mais complicada que na Câmara.

A contabilidade do Palácio do Planalto computou 60 deputados que mudaram de idéia na última hora a favor do *impeachment*. Esses votos assustaram os líderes governistas, que já começaram o dia desanimados. “O presidente não teve a dignidade de renunciar e não deixou outra saída aos deputados”, justificou um dos parlamentares que viraram o voto.

Organização

Jaime Câmara

Sistemas de rádio, televisão e jornal

Diretor-Fundador: Jaime Câmara

Presidente

Jaime Câmara Júnior

Diretores

Tasso José Câmara, João da Rocha Ribeiro Dias, Marcos Tadeu Câmara, Gulliver Augusto Leão, José de Oliveira, Ronaldo B. Ferrante e Luiz Rogério Gauthier Fiuza

Jornal de Brasília

Fundado em 10 de dezembro de 1972, por J. Câmara & Irmãos S.A.

Fundadores: Jaime Câmara, Joaquim Câmara Filho e Rebouças Câmara.

Diretor-Geral	Diretor de Jornalismo	Diretor-Editor	Editor-Chefe
Fernando Câmara	Domiciano de Faria	Edgar Lisboa	Ademir Malavazi

Administração, Publicidade, Redação e Circulação

Sector de Indústrias Gráficas (SIG), trecho 1, lotes 585/645

Fax: (061) 225-2515

Fax: (061) 226-6735

Telex: (061) 1208 e 8915

Serviços noticiosos: Agência Globo, Agência Estado, Radiográs, AJB, Sport Press, UPI, France Presse e AP

Os artigos assinados não expressam necessariamente o opinião do Jornal de Brasília.

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAL

PUBLICIDADE	Centro.....(062) 225-7500	SAA - Serviço de Atendimento ao Assinante.....225-5461
Gerência (direta).....225-9981	Andópolis	Telemarketing — assinaturas por telefone.....225-3818/225-2515
Fax Comercial.....321-5627	Rua 1º de Maio, nº 117, Proça das Mães.....(062) 324-0280	ramal 183
PABX.....225-2515 (ramal 130)		
Circulação		
Classifical		
Classificados fechados.....321-6-321		
Agências de Anúncios		
Galeria do Nacional, Nacional 73		
Fone:.....225-2243		
Conjunta Nacional Brasília		
Hélio		
Fone:.....226-3288		
Tapagutzing, Ed. Paranaíba, loja 5		
Fone:.....351-4673		
Sucursais		
Goiania		
Av. Goiás, 345		

CIRCULAÇÃO	VENDA AVULSA
Gerência (direta).....226-8058	Distrito Federal e Goiás
PABX.....225-2515	Dias úteis.....Cr\$ 3.500,00
(ramais 174/176/185)	Domingos.....Cr\$ 5.000,00
	Outros Estados
	Dias úteis.....Cr\$ 4.300,00
	Trimestral.....Cr\$ 291.000,00
	Outros Estados
	semestral.....Cr\$ 723.600,00

Representante nacional: PEREIRA DE SOUZA & CIA LTDA.



Ulysses, um dos principais articuladores da vitória do impeachment na Câmara é aclamado ao declarar seu voto. Deputado que prometeu churrasco para Collor faz maior traição do dia e diz sim, enquanto STF mantém rotina e se prepara para eventuais recursos



Até anfitrião do Presidente vota pelo sim

Anfitrião do jantar em que o presidente Collor atacou com palavrões os seus adversários, o deputado Onaíreves Moura (PTB-PR) prometera, há uma semana, assar três bois para comemorar a vitória do Presidente contra o impeachment. Ontem, porém, passou da condição de aliado a de autor da traição mais comentada do dia. Para espanto geral, quando foi chamado a votar, Onaíreves disse “sim” ao impeachment.

“O Presidente havia prometido que a verdade viria à tona e que apresentaria uma defesa. Como ele não trouxe a verdade, tomei a decisão de votar contra”, justificou Onaíreves.

Até o momento em que o deputado pronunciou seu voto, ninguém sabia que havia mudado de idéia. Apesar disso, Onaíreves não explicou quando exatamente passou a apoiar o impeachment, alegando ter ficado decepcionado com o fato de o Presidente não ter apresentado defesa consistente na comissão especial e ter dispensado os 25 minutos de defesa que lhe foram oferecidos durante a sessão da véspera.

Apesar de não ter se queixado dos palavrões ditos por Collor em sua casa até ontem, Onaíreves Moura resolveu reclamar. “Eu jamais teria dito isso na casa de ninguém”, afirmou.

Indagado sobre o cancelamento do churrasco, Onaíreves não se deu por achado: “Por que adiar? A vitória ocorreu. Foi a vitória da verdade”.

Rosane vê derrota na TV e silencia

A primeira-dama Rosane Collor passou todo o dia de ontem na Casa da Dinda, e acompanhou a votação do pedido de impeachment contra o presidente Fernando Collor pela televisão, em sua casa. Rosane, segundo informações de sua assessoria na Pronav, teve aula de francês ontem às 9h00 às 12h00, andou de bicicleta e almoçou em casa. A assessoria não informou se Rosane recebeu a visita ou telefonemas de amigos ou parentes.

Ontem no final da tarde, Rosane mandou avisar que não falaria com a Imprensa e não divulgou nenhuma declaração sobre o resultado da votação na Câmara do pedido de impeachment contra Collor, aprovado por 441 votos a favor e 38 votos contra. Com a aceitação do pedido pela Câmara, o presidente Collor será afastado po 180 dias do cargo, enquanto for realizado o julgamento no Senado. Rosane deverá ser indiciada pela Polícia Federal, no inquérito que apura o desvio de recursos durante sua gestão de Cr\$ 1,6 bilhão da Legião Brasileira de Assistência (LBA) para a Associação Pró-Carente de Canapi (AL), dirigida por parentes seus. O delegado Elio Mota, da PF de Alagoas, que preside o inquérito, deverá indiciar Rosane por peculato e formação de quadrilha, que prevêem penas de 2 a 12 anos de prisão.

Agitação não muda a rotina do STF

A poucos metros do centro da agitação do Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) viveu ontem uma tarde tranquila. Enquanto os deputados iniciavam a sessão de votação da aprovação do processo de impeachment do presidente Fernando Collor, os ministros do STF trabalhavam normalmente julgando os processos das sessões de turma. Apenas o presidente do Tribunal, ministro Sydney Sanches, acompanhou pela televisão o início da sessão da Câmara que resultou na aprovação do processo de impeachment. Prevía-se que, à noite, o presidente ainda estava disposto a discutir, com o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), o rito do processo a partir de hoje.

No protocolo, com a TV ligada, os funcionários aguardavam a chegada de um provável recurso do Palácio do Planalto contra a deliberação da Câmara, que acabou não chegando.

COMO VOTARAM OS DEPUTADOS

Deputado	S	N	Ab.	Aus.
Roberto Campos	■	□	□	□
Prisco Viana	■	□	□	□
Abelardo Lupian	□	■	□	□
Adão Pretto	■	□	□	□
Adauto Pereira	□	□	□	■
Adelaide Neri	■	□	□	□
Adroaldo Streck	■	□	□	□
Adylson Malta	■	□	□	□
Aécio de Borba	■	□	□	□
Aécio Neves	■	□	□	□
Agostinho Valente	■	□	□	□
Alacid Nunes	□	■	□	□
Alberto Goldman	■	□	□	□
Alceste Almeida	■	□	□	□
Alcides Modesto	■	□	□	□
Aldir Cabral	■	□	□	■
Aldo Pinto	■	□	□	□
Aldo Rebelo	■	□	□	□
Aloisio Vasconcelos	■	□	□	□
Aloizio Mercadante	■	□	□	□
Aloizio Santos	■	□	□	□
Aluizio Alves	■	□	□	□
Álvaro Ribeiro	■	□	□	□
Álvaro Valle	■	□	□	□
Amaral Netto	■	□	□	□
Amoury Muller	■	□	□	□
André Benassi	■	□	□	□
Ângela Amin	■	□	□	□
Ângelo Magalhães	■	□	□	□
Aníbal Teixeira	■	□	□	□
Antônio Bárbara	■	□	□	■
Antônio Britto	■	□	□	□
Antônio C. M. Thame	■	□	□	□
Antônio de Jesus	■	□	□	□
Antônia dos Santos	□	□	□	■
Antônia Faleiros	■	□	□	■
Antônia Holanda	□	□	□	■
Antônia Marimota	■	□	□	□
Antônia Ueno	■	□	□	□
Aracely de Paula	■	□	□	□
Ariosto Holanda	■	□	□	□
Armando Costa	■	□	□	□
Arnaldo Faria de Sá	■	□	□	□
Arno Magarinos	■	□	□	□
Aroide de Oliveira	■	□	□	□
Araldo Cedraz	■	□	□	■
Araldo Goes	■	□	□	□
Artur da Távola	■	□	□	□
Ary Kara	■	□	□	□
Átila Lins	□	□	□	■
Augustinho Freitas	■	□	□	□
Augusto Carvalho	■	□	□	□
Augusto Farias	■	□	□	■
Avelino Costa	■	□	□	□
Avenir Rosa	■	□	□	□
B. Sá	■	□	□	□
Basílio Villani	■	□	□	□
Bebeto Haddad	□	■	□	■
Benedita da Silva	■	□	□	□
Benedito de Figueiredo	■	□	□	□
Benedito Domingos	■	□	□	□
Benito Gama	■	□	□	□
Beraldo Boaventura	■	□	□	□
Beth Azize	■	□	□	□
Beto Mansur	■	□	□	□
Camilo Machado	■	□	□	□
Cardoso Alves	■	□	□	□
Carlos Alberto Campista	■	□	□	□
Carlos Azambuja	□	■	□	□
Carlos Benevides	■	□	□	□
Carlos Camurça	■	□	□	■
Carlos Kayath	■	□	□	□
Carlos Lupi	■	□	□	□
Carlos Roberto Massa	■	□	□	□
Carlos Santana	■	□	□	□
Carlos Scarpelini	■	□	□	□
Carlos Virgílio	□	□	□	■
Carrión Júnior	■	□	□	□
Célia Mendes	□	■	□	■
Célio de Castro	■	□	□	□
Celso Bernardi	■	□	□	□
César Bandeira	■	□	□	□
César Maia	■	□	□	□
César Souza	■	□	□	□
Chico Vigilante	■	□	□	□
Cid Carvalho	■	□	□	□
Cidinha Campos	■	□	□	□
Ciro Nogueira	■	□	□	□
Cleonância Fonseca	■	□	□	□
Cleto Falcão	■	□	□	□
Clóvis Assis	■	□	□	□
Costa Ferreira	■	□	□	□
Cunha Bueno	■	□	□	□
Daniel Silva	□	□	□	■
Dejandir Dalpasquale	■	□	□	□
Dalcino Tavares	■	□	□	□
Delfim Netto	■	□	□	□
Délio Braz	□	□	□	■
Dércia Knap	■	□	□	□
Derval de Paiva	■	□	□	□
Diogo Nomura	■	□	□	□
Djenal Gonçalves	■	□	□	□
Domingos Juvenil	■	□	□	□
Eden Pedrosa	■	□	□	□
Edésio Passos	■	□	□	□
Edevaldo Alves da Silva	■	□	□	□
Edi Siliprandi	□	□	□	■
Edison Fidelis	■	□	□	□
Edmar Moreira	■	□	□	□
Edmundo Galdino	■	□	□	□
Edson Silva	■	□	□	□
Eduardo Braga	■	□	□	□
Eduardo Jorge	■	□	□	□
Eduardo Mascarenhas	■	□	□	□
Eduardo Matias	■	□	□	□
Eduardo Moreira	■	□	□	□
Eduardo Siqueira Campos	■	□	□	□
Efraim Moraes	■	□	□	■
Elias Murad	■	□	□	□
Eliel Rodrigues	■	□	□	□
Élio Dalla-Vecchia	■	□	□	□
Elísio Curvo	□	□	□	□
Eraldo Trindade	■	□	□	□
Ernani Viana	■	□	□	□
Ernesto Gradella	■	□	□	□
Etevalda Grassi de Menezes	■	□	□	□
Etevaldo Nogueira	■	□	□	□
Euclydes Mello	□	■	□	□
Euler Ribeiro	■	□	□	□
Eurides Brito	■	□	□	□
Evaldo Gonçalves	□	□	□	■
Everaldo de Oliveira	■	□	□	□
Ézio Ferreira	□	■	□	□
Fábio Feldmann	■	□	□	□
Fábio Meirelles	■	□	□	□
Fábio Raunheitti	■	□	□	□
Fátima Palaes	■	□	□	□
Fausto Rocha	■	□	□	□
Felipe Mendes	■	□	□	□
Felipe Neri	■	□	□	□
Félix Mendonça	□	□	□	■
Fernando Bezerra Coelho	■	□	□	□
Fernando Carrión	■	□	□	□
Fernando Diniz	■	□	□	□
Fernando Freire	■	□	□	□
Fetter Júnior	■	□	□	□
Flávio Arns	■	□	□	□
Flávio Derzi	■	□	□	□
Flávia Palmier de Veiga	■	□	□	□
Flávia Rocha	■	□	□	□
Florestan Fernandes	■	□	□	□
Francisco Coelho	■	□	□	□
Francisco Diógenes	□	□	□	■
Francisca Dornelles	■	□	□	□
Francisca Evangelista	□	□	□	■
Francisco Rodrigues	■	□	□	□
Francisca Silva	■	□	□	□
Freire Júnior	■	□	□	■
Gastone Righi	□	□	□	■
Geddel Vieira Lima	■	□	□	□
Genebaldo Correia	■	□	□	□
Genésio Bernardino	■	□	□	□
George Takimoto	□	□	□	■
Geraldo Alckmin Filho	■	□	□	□
Germano Rigotto	■	□	□	□
Gerson Peres	■	□	□	□
Getúlio Neiva	■	□	□	□
Gilson Machado	□	■	□	□
Gilvan Borges	■	□	□	□
Giovanni Queiroz	■	□	□	□
Gonzaga Mota	■	□	□	□
Gustavo Krause	■	□	□	□
Hagahus Araújo	■	□	□	□
Haroldo Lima	■	□	□	□
Haroldo Sabóia	■	□	□	□
Heitor Franco	■	□	□	□
Hélio Bicudo	■	□	□	□
Hélio Rosas	■	□	□	□
Henrique Eduardo Alves	■	□	□	□
Hermínio Calvino	■	□	□	□
Hilário Coimbra	■	□	□	□
Homero Oguida	■	□	□	□
Hugo Biehl	■	□	□	□
Humberto Souto	□	□	□	■
Ibere Ferreira	■	□	□	□
Ibrahim Abi-Ackel	■	□	□	□
Inocência Oliveira	■	□	□	□
Irani Barbosa	■	□	□	□
Írma Passoni	■	□	□	■
Israel Pinheiro	■	□	□	□
Ivan Burity	■	□	□	□
Ivandro Cunha Lima	■	□	□	□
Ivânia Guerra	■	□	□	□
Ivo Mainardi	■	□	□	□
Jabes Ribeiro	■	□	□	□
Jackson Pereira	■	□	□	□
Jair Bolsonaro	■	□	□	□
Jairo Azi	□	□	□	■
Jairo Carneiro	□	□	□	■
Jamil Haddad	■	□	□	□
Jandira Feghali	■	□	□	□
Jaques Wagner	■	□	□	□
Jarvis Galdzinski	■	□	□	□
Jayme Santana	■	□	□	□
Jerônimo Reis	■	□	□	□
Jesus Tajra	■	□	□	□
João Almeida	■	□	□	□
João Alves	□	□	□	■
João Baptista Motta	■	□	□	□
João Carlos Bacelar	□	□	□	■
João de Deus Antunes	■	□	□	□
João Fagundes	■	□	□	□
João Faustino	■	□	□	□
João Henrique	■	□	□	□
João Maia	■	□	□	□
João Mendes	■	□	□	□
João Natal	■	□	□	□
João Paulo	■	□	□	□
João Rodolfo	□	□	□	■
João Rosa	■	□	□	□
João Teixeira	■	□	□	■
João Tola	■	□	□	□
Joaquim Sucena	■	□	□	□
Jonas Pinheiro	■	□	□	□
Jones Santos Neves	■	□	□	□
Joni Varisco	■	□	□	□
Jonival Lucas	□	□	□	■
Jorge Khoury	■	□	□	□
Jorge Tadeu Mudalen	■	□	□	□
Jorge Uequed	■	□	□	□
Jário de Barros	■	□	□	□
José Aldo	■	□	□	□
José Augusto Curvo	■	□	□	□
José Belato	■	□	□	□
José Burnett	□	□	□	■
José Carlos Aleluia	■	□	□	□
José Carlos Coutinho	■	□	□	□
José Carlos Sabóia	■	□	□	□
José Carlos Vasconcellos	■	□	□	□
José Cicote	■	□	□	□
José Diogo	■	□	□	□
José Dirceu	■	□	□	□
José Dutra	■	□	□	□
José Egydio	■	□	□	□
José Elias	■	□	□	□
José Falcão	■	□	□	□
José Fortunati	■	□	□	□
José Genofino	■	□	□	□
José Geraldo	■	□	□	□
José Jorge	■	□	□	□
José Linhares	■	□	□	□
José Lourenço	■	□	□	□
José Luiz Clerot	■	□	□	□
José Luiz Maia	■	□	□	□
José Maranhão	■	□	□	□
José Maria Eymael	■	□	□	□
José Mendonça Bezerra	■	□	□	□
José Múcio Monteiro	■	□	□	□
José Reinaldo	■	□	□	□
José Santana de Vasconcellos	■	□	□	□
José Serra	■	□	□	□
José Teles	■	□	□	□
José Thomaz Nono	■	□	□	□
José Ulisses de Oliveira	■	□	□	□
José Vicente Brizola	■	□		

DECÁLOGO

Um dia negro

Os astros, em que o presidente Fernando Collor tanto confiou, lhe pregaram uma terrível surpresa ontem, dia em que mais precisava de ajuda. Todos os horóscopos publicados nos jornais previam um dia negro para o signo de Leão: situações embaraçosas e reflexão sobre sua conduta. O astrólogo Jan Perrier garantia: “Durante

este dia a sorte vai lhe falar totalmente”. Outra previsão era a de que “pode ser que você esteja se depa-
rando com uma situação bem irônica e que o convide a rever seus métodos”. O astrólogo Oscar Quiroga informava: “Nasceu leão-
no para considerar-se o centro do mundo, não vítima”. O resultado da votação dispensa qualquer comentário.

I — Disponibilidade

Após o cumprimento do ritual do processo de impeachment, o presidente Fernando Collor será afastado da Presidência da República pelo prazo de 180 dias. Dentro deste prazo, Collor viverá uma situação semelhante à que o seu governo criou logo nos primeiros dias, quando colocou milhares de servidores em disponibilidade. Há quem diga que é tudo obra do destino. Tem gente que não acredita.

II — Cercado

Depois de “fugir” com a defesa do presidente Fernando Collor, o deputado Gastone Rig-
hi (PTB-SP) teve de enfrentar a ira popular. Quando Gastone chegava ao Congresso para a sessão da manhã de ontem, os manifestantes que estavam no gramado para acompanhar a sessão cercaram seu carro e o impediram de prosseguir. O presidente da Casa, Ibsen Pinheiro, teve de pedir reforço no policiamento para garantir a segurança dos parlamentares.

III — Confiante

A deputada Roseana Sarney (foto), considerada a musa do impeachment, refletiu nas suas vestes o desenrolar das sessões de ontem.



No início da manhã, ainda sem saber o desdobramento das discussões, ela foi para o plenário em tons sombrios — vestido preto e blazer cinza. À tarde, confiante da vitória, Roseana optou por blazer amarelo sobre o vestido preto.

IV — Equívoco

Muitos políticos não conseguem aliar o discurso à prática, o que compromete de forma irreparável o seu papel perante o eleitorado. Era assim que alguns deputados da bancada de Goiás viam, ontem, o colega Délio Braz (PFL-GO), que parece ter esquecido da votação do impeachment do Presidente. Como o parlamentar tem base eleitoral na região do Entorno, alguém brincou: “É bom ele esquecer o caminho de Luziânia”. Só para lembrar, Braz era um defensor intransigente da moralização, mas sem o seu voto.

V — Extermínio

O documento final do XI Encontro Nacional de Saúde, promovido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à CNBB, revela: os cerca de 230 mil índios espalhados pelo País não tardarão a desaparecer do mapa. Sem demarcação de terras, cercados de garimpeiros, madeireiros e fazendeiros, sucumbem a doenças, como desnutrição, alcoolismo e doenças infecciosas. Este ano, já morreram 60 Ianomami devido a surtos de malária e tuberculose, 56 Kiriri-Xokó, de cólera, além de outros surtos.

VI — Programa

O governador do Rio, Leonel Brizola, saiu um pouco arranhado do episódio da votação do impeachment pelo apoio que deu ao presidente Fernando Collor. Mesmo assim, ele disse que não recusará ajuda à administração de Itamar Franco, mais avisa: “Será preciso discutir um programa mínimo de governo que leve à retomada do desenvolvimento e à revisão do programa de desestatização”.

VII — Votos

Dos oito deputados federais eleitos por Brasília, sete votaram sim ao impeachment e apenas um votou com o presidente Fernando Collor: o deputado Paulo Octávio (PRN-DF). Os três deputados ligados ao governador Joaquim Roriz e liberados para votar com suas consciências — Osório Adriano, Benedito Domingos e Eurides Brito — optaram pelo impeachment.

VIII — Confundido

Sem o botton que identifica os parlamentares, o deputado Wilson Muller (PDT-RS) acabou sendo confundido por um segurança da Câmara. Tentando controlar o tumulto que se formava na porta da enfermaria por causa do deputado José Genoino (PT-SP), o segurança barrou Muller na rampa de acesso ao plenário. Irritado, o deputado forçou a passagem e ainda saiu esbravejando contra o segurança. Ao saber que se tratava de um parlamentar, o segurança quis se explicar, dizendo que apenas havia solicitado ao deputado que esperasse um pouco.

IX — Rapidez

A mesa da Câmara queria votar o mais rápido possível a admissibilidade do impeachment do presidente Fernando Collor, mas não teve como impedir que os diversos votantes fizessem verdadeiras declarações de voto. Quase todos os defensores do impeachment haviam mandado gravar a transmissão televisada e vão incluir o flash de seu voto, no plenário da Câmara, em suas futuras campanhas eleitorais.

X — Sozinho

Após uma sessão tensa da votação do impeachment, o deputado José Lourenço (foto), vice-líder do Governo, deixou o plenário da Câmara sozinho, desceu as escadas do Salão Verde desolado e caminhava pela chapalaria do Congresso inconsolável com a derrota. O único afago que recebeu foi um forte abraço do deputado oposicionista Aloízio Mercadante (PT-SP). Outro que também estava desolado no plenário era Roberto Jefferson.



VERSÍCULOS

- Até as 22h30 de ontem, o presidente do STF, Sydney Sanches, e o do Senado, Mauro Benevides, estavam reunidos discutindo o ritual do impeachment que será obedecido a partir de hoje.
- Há quem diga que o vice-presidente Itamar Franco teria muito prazer em contar com Luis Inácio Lula da Silva como integrante do seu futuro ministério.
- A deputada distrital Maria de Lourdes Abadia vive momentos de muita felicidade, mas suas análises sobre o quadro político do DF estão em senti-

- do contrário.
- O povo brasileiro deu ontem mais uma demonstração de maturidade política ao saudar a aprovação do impeachment em frente ao Congresso. Nem mesmo a euforia conseguiu provocar qualquer ato exaltado ou provocação no prédio vizinho.
- Mais uma vez o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, aposta e pode até se dar bem. Com um governo Itamar Franco, tentará ser o líder da oposição. Dá para acreditar...



HELIVAL RIOS

O vice-presidente Itamar Franco pretende deflagrar um programa emergencial de saneamento financeiro do País, tão logo assuma o governo. Além de uma reforma fiscal de emergência, envolvendo a simplificação e criação de novos impostos, Itamar — segundo informação de políticos a ele ligados — pretende realizar um ajuste orçamentário, redimensionando despesas e refazendo o perfil esperado para as receitas públicas.

Todos os compromissos assumidos pelo governo brasileiro com entidades internacionais, tais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), Clube de Paris e bancos privados estrangeiros, serão plenamente respeitados. Itamar também pretende aprovar um programa mínimo de governo, após discuti-lo com as forças políticas responsáveis pelo afastamento do presidente Collor. E, como uma espécie de ponto de partida, está prevista a adoção de medidas que possam alterar os impactos recessivos gerados até agora.

Além disso, entende o atual vice-presidente que a política social do governo não deve seguir a reboque da política econômica, ao contrário, ela norteará a política econômica.

Itamar Franco, segundo disse-
ram ao **Jornal de Brasília** vários dos seus interlocutores das últimas horas, quer uma política econômica voltada para o bem-estar — o mais imediato possível — dos grandes contingentes populacionais, voltada para a geração do emprego, manutenção do poder aquisitivo dos salários e melhor distribuição da renda.

Agricultura — A política agrícola, segundo esses interlocutores do vice, por ser um setor de grande poder de alavancagem de outros, e por ter a capacidade de dar respostas rápidas, receberá um tratamento especial, gerando receitas para a formação da poupança nacional necessária a dar sustentação à retomada do crescimento econômico, desejada pelo futuro governo.

Assessores de Itamar Franco disseram que será mantida a busca da modernidade e de uma economia de mercado para o Brasil, mas sem exageros e sem o favorecimento de grupos. O programa de privatização será desenvolvido de modo a não contrariar os interesses nacionais. Os assessores de Itamar esperam contar com uma base parlamentar sólida no Congresso Nacional, o que deverá facilitar a adoção dessas medidas emergenciais de saneamento financeiro.

Crescimento torna-se um desafio

O desafio político foi vencido. O Brasil conseguiu realizar uma verdadeira revolução, sem derramamento de sangue. O próximo grande desafio, a partir de agora, contudo, será de natureza econômica. É este desafio que está no centro das maiores preocupações do vice-presidente Itamar Franco, segundo ele mesmo tem confidenciado a vários amigos políticos e futuros colaboradores.

O novo governo precisa conseguir o milagre de conciliar o combate à inflação com a retomada do crescimento econômico para, deste modo, começar a enfrentar o desafio social que é histórico e crescente, a julgar pelo aumento do número de desempregados, de menores abandonados, de famílias sem habitação e pelo recrudescimento das crises da saúde e da educação.

Para vencer o desafio econômico de retomar o crescimento, Itamar Franco não poderá contar somente com o auxílio de políticas or-

todoxas, posto que estas, a julgar pela experiência histórica de outros países, são francamente incapazes de obter resultados de curto prazo. O provável, portanto, é que o futuro governo procure criar um programa econômico mesclado de medidas de natureza ortodoxa, como um controle da liquidez, mas sem os exageros de se chegar a juros reais de 5 a 6% ao mês, com medidas de natureza heterodoxa, retomando a criatividade de algumas iniciativas que tiveram êxito no passado, como a criação de incentivos específicos a alguns setores de grande capacidade de gerar efeitos positivos na economia e mesmo o controle de alguns preços, como o dos medicamentos de uso contínuo.

Descamisados — A maior crítica que o vice-presidente Itamar Franco vinha fazendo ao programa econômico do governo Collor era no sentido de que aquele programa havia se afastado da essência das promessas de campanha, que acenava para os descamisados e para os tra-

balhadores de um modo geral.

Esses erros de rota poderão ser corrigidos a partir de agora, não somente por iniciativa do Executivo, mas também através de todo um trabalho de colaboração com os partidos políticos e com a colaboração de outras forças que ajudaram no afastamento do presidente Fernando Collor.

Tão logo assuma o governo, o vice-presidente Itamar Franco pretende criar uma espécie de fórum nacional para debater uma estratégia econômica e social para o País, estratégia que vai responder pela criação de um programa emergencial de governo, cuja meta maior é recuperar, em pouco mais de dois anos, o tempo perdido até aqui. O fim de tudo é a retomada do desenvolvimento e a execução de um programa social profundo que não tenha caráter meramente assistencialista, mas que, ao contrário, vá na essência dos problemas brasileiros. (H.R.)

Recriação do SNI está no plano

O vice-presidente Itamar Franco pretende modificar a estrutura administrativa do governo, logo ao assumir o cargo de Presidente da República, restabelecendo, além do Gabinete Civil, os ministérios da Fazenda e Planejamento, Indústria e Comércio, Interior, Educação, Cultura, Esportes. Esta confirmado a recriação do Serviço Nacional de Informações (SNI), com estrutura mais avançada e moderna, para orientar Itamar nas questões sociais e políticas do País. Conforme análise de um deputado que frequentemente tem se reunido com o vice, Itamar sempre foi favorável à existência de um “serviço de inteligência”, seja em país do Primeiro ou Terceiro Mundo.

Itamar deverá manter os ministérios da Saúde, Trabalho e Administração, Previdência Social, Minas e Energia, Transportes e Comunicações. As secretarias de Desenvolvimento Regional, Ciências e Tecnologia, Esportes e Cultura poderão se transformar em Ministérios. O vice estaria também propenso a criar um ministério voltado para a ecologia (Ministério da Ecologia ou do Meio Ambiente). O Ministério das Relações Exteriores fica com sua estrutura atual. **Ação Social** — Outro ministério que Itamar quer alterar é o da Ação Social. É provável que este seja integrado ao do Interior, que seria re-

criado, ficando junto com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), retomando integralmente a antiga fórmula. O atual Ministério da Economia seria desmembrado novamente, criando-se três outros: Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio. A Secretaria de Esportes voltaria a se integrar ao Ministério da Educação.

Os ministérios do Exército,

Marinha e Aeronáutica continuam com suas estruturas atuais. Itamar não descarta a possibilidade de se criar o Ministério da Defesa, que seria ocupado por um civil. O Ministério da Justiça, que deverá ser ocupado pelo senador Maurício Corrêa (PDT-DF), também terá sua estrutura mantida. O Ministério da Agricultura, unido ao da Reforma Agrária, agrada ao vice-presidente.

NÚMERO DE MINISTÉRIOS AUMENTA

Fernando Collor:
Ministérios
Economia
Transportes e Comunicações
Infra-Estrutura
Minas e Energia
Ação Social
Saúde
Educação
Trabalho e Administração
Previdência Social
Relações Exteriores

Secretarias
Agricultura
Assuntos Estratégicos
Ciência e Tecnologia
Meio Ambiente
Desportos

Itamar Franco:
Ministérios
Fazenda
Planejamento
Cultura
Minas e Energia
Interior
Saúde
Educação
Trabalho e Administração
Previdência Social
Relações Exteriores
Comunicações
Chefia do Gabinete Civil
Agência de Inteligência

Secretarias
acaba
pode virar ministério
pode virar ministério
dúvida se mantém

Obs.: No governo Itamar, ainda não foi definido se haverá criação do Ministério da Indústria e Comércio.

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, após conversar com seus colegas de Goiás, Íris Rezende, e do Pará, Jáder Barbalho, afirmou que o vice-presidente tem que assumir o governo logo, e ir “chutando a gol”



O senador Albano Franco deixa a residência de Itamar Franco

Fleury quer governo de fato para o vice

O vice-presidente Itamar Franco tem de assumir o governo “chutando a gol”, afirmou o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), repetindo numa conversa com os colegas de Goiás, Íris Rezende, e do Pará, Jáder Barbalho, a frase dita ao próprio vice na véspera, durante um encontro do qual participou o presidente do PMDB, Orestes Quêrcia. Os governadores, incluindo aí os do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, e do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, ambos do PDT, querem que Itamar ocupe o lugar do presidente Fernando Collor, durante o processo de julgamento pelo Senado, como um governante de fato, não apenas provisório. “Ele não terá tempo para tomar contato com a administração, terá de sentar na cadeira e colocar em prática, no dia seguinte, um programa de governo para os próximos dois anos e três meses”, disse Collares.

Preocupados com a recessão e com o crescimento do desemprego nos estados, com o crescimento da sonegação de impostos e com a falta de investimentos, mais até do que com os índices de inflação, os governadores que ontem acompanharam em Brasília a votação do impeachment pela Câmara, defendem a adoção de um projeto de administração que, neste primeiro momento, se preocupe especialmente em promover o crescimento da atividade econômica, menos do que em baixar os índices inflacionários. “O primeiro passo tem de ser o saneamento financeiro”, pregou o governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB).

Força Sindical crê em união no poder

São Paulo — O governo Itamar terá que ser feito com os partidos que fizeram o impeachment. Essa é a opinião do presidente da Força Sindical, Luiz Antonio de Medeiros. Segundo ele PT, PSDB e PMDB devem fazer parte do governo. “De minha parte, já estou me preparando para o futuro. Não seremos oposição ou situação, pois não somos partido político. Dependendo de cada medida dele, ele terá ou não nosso apoio”, afirmou Medeiros. O líder sindical, que só se mostrou favorável ao impeachment depois de conhecer o parecer da CPI do PC, observou que vai apoiar a modernização. “Estamos dando um vôo no escuro. A única coisa que tenho a dizer é que esse processo de combate à corrupção tem que continuar”.

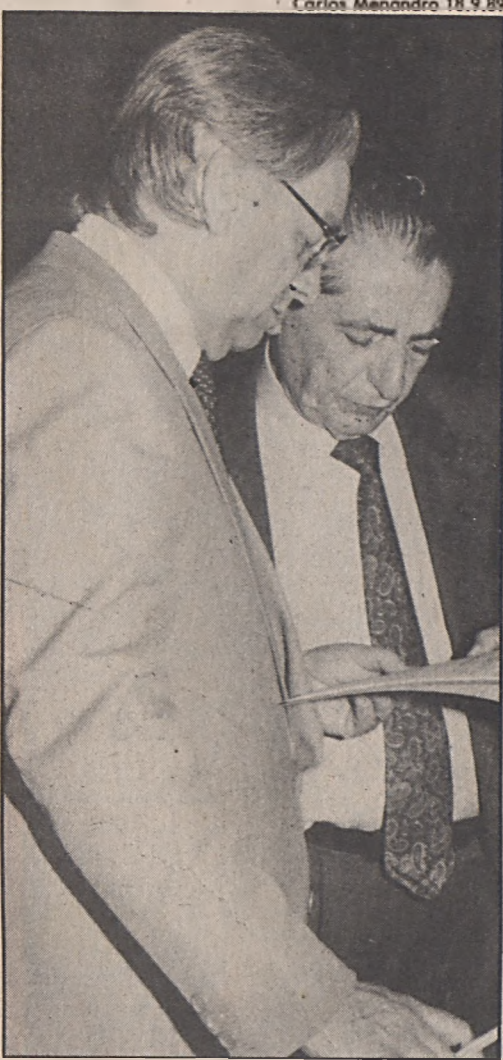
Hoje pela manhã os presidentes do PMDB, Orestes Quércia; do PSDB, Tasso Jereissatti; e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, estarão reunidos para elaborar um programa mínimo de governo que será levado ao vice-presidente.



Fernando Henrique e Corrêa estão no Ministério

ANDREI MEIRELES
O vice-presidente Itamar Franco já convidou quatro pessoas para compor sua equipe ministerial — os senadores Maurício Corrêa, Justiça; Fernando Henrique Cardoso, Relações Exteriores; Alexandre Costa, Transportes; e o assessor da Câmara dos Deputados Henrique Hargreaves, para o Gabinete Civil da Presidência da República. Nas próximas horas, ele espera concluir a formação de sua equipe na expectativa de vir a assumir a Presidência da República na sexta-feira. Hoje, pela manhã, os presidentes dos três principais partidos de oposição — os ex-governadores Orestes Quércia, do PMDB, e Tasso Jereissatti, do PSDB, e o ex-deputado Luiz Inácio Lula da Silva, do PT — definem um programa mínimo de governo a ser levado em seguida a Itamar Franco. Eles também serão consultados sobre os outros ministros a serem convidados. O PT continua recusando o Ministério do Trabalho, mas estaria disposto a avalizar um nome para o cargo, desde que não seja filiado ao partido.

Itamar Franco ainda pretende insistir com os dirigentes do PT para aceitarem a indicação do deputado petista João Paulo Vasconcelos, de Minas Gerais, para esse ministério. Os principais dirigentes das oposições estão em conversas permanentes avaliando propostas de nomes para o novo governo. O senador Pedro Simon, já confirmado como líder do governo Itamar no Senado Federal, é um dos responsáveis pelas consultas junto aos aliados. A partir da decisão da Câmara, autorizando o processo contra Collor, Itamar está se sentido mais à vontade para conversar sobre o seu ministério e já são considerados certos na equipe os deputados Paulino Cícero, do PSDB de Minas Gerais, Antônio Brito, do PMDB do Rio Grande do Sul, e Ja-



Itamar chamou Alexandre Costa para Transportes; Fernando Henrique, Relações Exteriores; Henrique Hargreaves, Gabinete Civil; e Maurício Corrêa, Justiça



mil Haddad, do PSB do Rio de Janeiro.

O cargo que está exigindo maior cuidado para o seu preenchimento — e também mais consultas — é o de ministro da Fazenda. Tasso Jereissatti e o ex-ministro João Sayad continuam no páreo, mas o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, e Quércia terão peso decisivo na definição do substituto de Marcílio Marques Moreira.

O deputado Roberto Cardoso Alves, do PTB de São Paulo, criticou ontem a participação no gover-

no de políticos do PSDB e do PT. Em sua opinião, isto equivaleria a um golpe de Estado. "Itamar Franco tem de governar com os partidos que o apoiaram e ao presidente Collor na campanha eleitoral de 89", reivindicou. O líder do PTB, deputado Nelson Marquezelli, disse que seu partido tem bons quadros para participar do governo Itamar e lembrou que vários deputados, como Roberto Cardoso Alves e o ex-ministro Aníbal Teixeira, mantêm bom relacionamento com o futuro Presidente da República.

Marcos de Oliveira/GDF



Em Águas Claras, Roriz acompanhou pela televisão a votação da admissibilidade do impeachment

Roriz recebe elogio pela isenção

O vice-presidente Itamar Franco cumprimentou o governador Joaquim Roriz num telefonema, ontem, por sua postura de equilíbrio, que permitiu aos três Poderes da República resolverem a crise política rigorosamente dentro dos limites da Constituição, fortalecendo as instituições e garantindo o estado de direito.

Para Itamar, o papel do governador Roriz, mantendo-se isento para que a população pudesse se manifestar livremente, foi fundamental para que se chegasse, ontem, a uma das maiores manifestações da história de Brasília, sem o registro de nenhum incidente — como, aliás, aconteceu durante todo o processo que levou à admissibilidade do pedido de impeachment pela Câmara, para que se inicie o julgamento no Senado.

O governador Roriz, segundo o secretário de Cultura, Esportes e Comunicação Social, Fernando Lemos, permaneceu o dia todo na residência oficial de Águas Claras, em contato permanente com o secretário de Segurança, coronel João

Manoel Brochado, a quem determinou que coordenasse pessoalmente o esquema de segurança, envolvendo mais de 10 mil homens. A determinação do governador, disse Fernando Lemos, "foi de que a polícia garantisse a liberdade das manifestações".

Roriz assistiu pela televisão a todo o processo de votação ao lado de sua mulher, dona Weslian, de sua filha Liliana e do genro Gilberto, e dos secretários de Governo, Carlos Sant'Anna, de Cultura, Esportes e Comunicação Social, Fernando Lemos, de seu adjunto, Wellington Moraes, e do secretário José Roberto Arruda, de Obras Públicas.

— O governador ficou satisfeito pelo fato histórico de uma crise de tal envergadura ser resolvida dentro dos limites constitucionais, o que fortalece as instituições, tornando-se exemplo para a América Latina, onde normalmente as crises se resolvem com golpes militares, e para o mundo — afirmou o secretário de Governo, Carlos Sant'Anna.

Para Carlos Sant'Anna, Roriz assumiu integralmente a responsabilidade de ser um dos principais fiadores das instituições, como governador da capital da República. "Mantendo-se isento, numa postura de tranquilidade, o governador Roriz assegurou a paz necessária para que os três Poderes resolvessem a crise política — uma crise sem precedentes na história do Brasil — sem arrastar as instituições e com total liberdade para os manifestantes", afirmou o secretário de Governo.

— A posição política que o governador tinha que assumir, ele o fez há mais de um mês, quando liberou a bancada do partido do qual é presidente de honra, o PTR, e o deputado que é fiel a seu Governo — Osório Adriano, do PFL do Distrito Federal, a votarem de acordo com suas consciências. Foi o que eles fizeram ontem — afirmou Sant'Anna, lembrando que a liberação foi total, incluindo o presidente nacional do partido, Benedito Domingos, e a líder Eurides Brito, eleitos por Brasília.

ESCLARECENDO À POPULAÇÃO

Ofício do Governador ao Presidente do TRE

Divulga, para conhecimento público, o ofício que dirige ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Décio Itabaiana da Silva, a propósito dos desentendimentos, das queixas e reclamações contra o Governo Estadual que aquele magistrado tem veiculado na imprensa. Eis, na íntegra, o texto do ofício, até hoje sem resposta.

"Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1992. Senhor Desembargador Presidente, Cumpro reportar-me aos Ofícios DG. nº 101.2425 e DG. nº 170-1484, respectivamente de 08 de abril e 31 de junho de 1991, da lavra do eminente Desembargador Eugênio de Vasconcelos Sigaud, quando Presidente desse Tribunal Regional Eleitoral, em que Sua Excelência solicitara à Chefia do Poder Executivo Estadual, em face do Decreto nº 16.534, de 03 de abril de 1991, a permanência, junto a vários órgãos da Justiça Eleitoral, de dezenas de servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente, 146 servidores que estão em exercício na Secretaria dessa Colenda Corte e nos Juizados das Zonas Eleitorais da Capital e do Interior.

Muito embora não seja minha intenção determinar o imediato retorno de todo esse contingente de servidores aos seus órgãos de origem, isto para não criar qualquer dificuldade ao bom andamento do serviço eleitoral, mormente no fluente ano de eleições municipais, é certo que urge uma manifestação dessa Presidência indicando, nomeadamente, quantos e quais servidores apresentam-se indispensáveis ao funcionamento ordinário da Justiça Eleitoral em nosso Estado.

Por outro lado, e dada a indesejável tradição e permanente propósito de meu governo de colaborar com os órgãos e serviços da Justiça Eleitoral, esclareço que levarei em alta consideração as solicitações de apoio material e de recursos humanos providas da Justiça Eleitoral, desde que materializadas em atos próprios dessa Presidência, e de conformidade com o disposto no Decreto nº 17.535, de 05.06.92, tudo com o sadio propósito de propiciar o eficiente controle de tais reivindicações por esse Egrégio Tribunal e, ainda, evitar interferências indevidas na economia interna de cada Poder pela atuação de canais subalternos e impróprios.

Nesse sentido, e confirmando a inescusável posição de respeito à boa convivência entre o Executivo e o Judiciário, permito-me, muito a propósito, trazer à colação o Provimento nº 04/90, do Egrégio Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, publicado no D.O. — Poder Judiciário de 03.09.90, dispondo:

"Art. 1º. A requisição de servidor público, para atender à deficiência de pessoal dos quadros próprios da primeira instância, deverá ser feita, sem ônus, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, mediante solicitação do Juiz de Direito e parecer da Corregedoria Geral da Justiça".

Vê-se, assim, que o próprio Poder Judiciário de nosso Estado, através de sua autoridade máxima, em boa hora, reconheceu a necessidade de disciplinar as requisições de pessoal, fazendo-as confluir para a Presidência do Tribunal de Justiça, o que por certo constitui paradigma a ser reverenciado e que bem enaltece o postulado maior da separação e da harmonia entre os Poderes constituídos.

Tem oportunidade considerar, ademais, que a Lei nº 6.999/82, disciplinadora dos procedimentos requisitórios de servidores pela Justiça Eleitoral, somente prevê, em seu artigo 1º, a disposição de funcionários da Administração Direta e Autárquica, não autorizando o seu comando a solicitação de servidores da Administração Indireta e Fundacional, como a Cedae e o Metrô, ou de qualquer ocupante de cargo técnico (engenheiro, advogado, professor, etc) que recentemente foram alvo de inúmeras requisições, conforme elencadas no demonstrativo em anexo, e que, por isso mesmo, justificadamente restaram indeferidas, conforme as razões declinadas nos respectivos processos administrativos para esse fim instaurados, que ora faço acostar por cópias reprográficas, para o perfeito conhecimento e cabíveis orientações por parte desse Tribunal aos órgãos da 1ª instância da Justiça Eleitoral.

No que tange à solicitação de viaturas da Administração Estadual, também prodigalizadas em requerimentos dos vários Juizados Eleitorais, cabe-me reconhecer sua desconformidade com os preceitos ditados na Lei nº 6.091, de 15.09.74, que as admite tão apenas para uso no dia das eleições e, exclusivamente, para transporte gratuito de eleitores em zonas rurais, entendimento este que, por sinal, teve acolhida no Ac. nº 11.055, de 06.03.90, H.C. nº 153, classe 1ª, do Eg. TSE, relator o eminente Ministro Octávio Gallotti, à unanimidade decidido:

"... o art. 1º da citada Lei nº 6.091 só autoriza a requisição no próprio dia de eleição, e com a finalidade limitada ao transporte de eleitores".

Idêntica compreensão acha-se, também, proclamada na Resolução nº 16.990, de 19.06.90, daquele mais alto Colégio Judiciário Eleitoral, na Representação nº 11.050, classe 10ª, tudo de molde a servir de preceito reitor da matéria em prol da boa relação entre os Poderes constituídos.

Todavia, nada obstante a inexigibilidade de atendimento de requisição de viaturas, tirante a oportunidade prevista no art. 1º, da antes mencionada Lei nº 6.091, como estou imbuído do firme propósito de colaborar com os relevantes serviços da Justiça Eleitoral em nosso Estado, mantenho-me disponível para avaliar pessoalmente a possibilidade de atender a algumas dessas solicitações, desde que compatíveis com as possibilidades materiais da Administração estadual e transmitidas por ato próprio dessa Presidência.

Por todas essas razões, e considerando as disposições constitucionais e legais pertinentes e, sobretudo, o princípio da legalidade a que está subordinada a atuação administrativa das autoridades de todos os Poderes representativos da soberania, com ênfase para as intangíveis tradições da separação e harmonia entre Judiciário, Legislativo e Executivo, reafirmo a disposição de meu Governo de colaborar com o bom desempenho dos órgãos da Justiça Eleitoral, aguardando, para tanto, se assim o desejar, o oportuno e devido pronunciamento dessa Presidência sobre o assunto em consideração."

Além destas informações, esclareço à população que já autorizei, também, a cessão de outros 94 servidores, 64 viaturas e de dois imóveis, para a utilização da Justiça Eleitoral no dia das eleições. Outra coisa, bem diferente, é a cessão em caráter permanente de servidores públicos para ficarem à disposição dos juizes. Determinei, igualmente, aos Secretários de Estado e dirigentes de órgãos e empresas públicas que cedam aos juizes eleitorais, no dia 3, tantos funcionários quantos sejam solicitados. Esta é a nossa tradição, cooperar com o Judiciário sempre, principalmente com a Justiça Eleitoral, repositária da suprema responsabilidade de zelar pelo voto livre da população e defender das irregularidades e das fraudes o resultado eleitoral e a manifestação soberana do povo

Engº Leonel Brizola
Governador do Estado do Rio de Janeiro



Um convite à reflexão foi a mensagem do vice-presidente Itamar Franco a todos os brasileiros, lida ontem por seu assessor Lúcio Neves (foto). A partir de hoje, Itamar começa a articular apoios a seu governo, uma coalizão de forças antagônicas.

Itamar inicia articulações hoje em busca de apoio

ARTHUR HERDY

O “dia seguinte” do vice-presidente Itamar Franco será de muito trabalho. Pela manhã, ele se reúne primeiramente com o ministro da Justiça, Célio Borja, membro da Comissão de Transição do Governo, para discutir o encaminhamento do processo. Às 11h00, tem encontro marcado com os governadores pedetistas Leonel Brizola, Albuíno Azeredo e Alceu Collares. Mas, a reunião mais esperada do dia não tem hora para começar e vai colocar na mesma mesa as lideranças políticas do PMDB, do PSDB e do PT. O assunto principal será o chamado “pacto de governabilidade”.

Itamar Franco passou todo o dia de ontem em sua casa, na Península dos Ministros. Mesmo depois da aprovação do pedido de impeachment, ele se negou a falar com a imprensa ou mesmo permitir a gravação das imagens no seu bunker político. Às 18h45, fez um pronunciamento à Nação, através de uma curta nota, lida pelo assessor de imprensa Lúcio Neves.

Segundo Itamar, “a decisão da Câmara dos Deputados reclama de todos os brasileiros, principalmente dos que detêm qualquer parcela de autoridade, profunda e serena reflexão”. E acrescenta: “A Nação espera de seus filhos união, paz e trabalho para o resgate dessa e de futuras gerações”.

Visitas — O entra-e-sai na residência oficial do vice-presidente foi

grande durante todo o dia. Pela manhã, estiveram com Itamar o governador João Alves, de Sergipe — que definiu a intenção de sua banca de votar a favor do impedimento do Presidente — acompanhado do senador Albano Franco e a “República da uai”, conterrâneos e companheiros políticos de Itamar.

À tarde a romaria aumentou. Visitaram Itamar os governadores Ciro Gomes, do Ceará, Edison Lobão, do Maranhão, e o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, que negou ter sido convidado para o Ministério da Economia. Também estiveram presentes os senadores Maurício Corrêa — que também negou qualquer convite para o novo governo —, Fernando Henrique Cardoso e Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado.

O presidente do PST, Álvaro Dias, fez uma aparição meteórica, mas deixou no ar uma pista sobre “uma possível filiação de Itamar — no momento sem partido — ao PST, agremiação partidária da qual é o presidente. O deputado João Paulo Pires (PT-MG) levou ao vice-presidente “sugestões pessoais para o governo.

Segundo a maioria dos interlocutores do vice-presidente, a adoção de um programa mínimo de governo deve ser urgente e, entre várias ações, está a reforma fiscal. “Precisamos discuti-la e votá-la imediatamente, no máximo, em 30 dias”, disse o “tucano” Tasso Jereissati.



Reverente, o governador João Alves, de Sergipe, foi comunicar a Itamar seu apoio ao impeachment

Militares ficam fora do processo

ZENAIDE AZEREDO

Ausentes do processo político que resultou na aprovação do impeachment do presidente Fernando Collor, os militares fizeram questão, ontem, de continuar distantes da Esplanada dos Ministérios, deixando o policiamento ostensivo a cargo da Polícia Militar. Mesmo o estado de prontidão, determinado pelo Alto Comando do Exército e colocado em prática em todo o território nacional, ficou restrito em Brasília, ao Palácio do Planalto, à Casa da Dinda e a prédios militares.

Os ministros do Exército, Carlos Tinoco; da Marinha, Mário César Flores; e da Aeronáutica, Sócrates Monteiro permaneceram em seus gabinetes durante a votação, assistindo-a pela televisão. Nenhum dos três, segundo seus assessores, se pronunciaria publicamente sobre o processo de impedimento do Presidente. Mesmo porque, o pedido de demissão dos três ministros já estava, desde o início do dia, nas mãos do ministro da Justiça, Célio Borja.

Os três militares, conforme decisão tomada com os demais oficiais de quatro estrelas das Forças Armadas, permanecerão nos cargos até que sejam designados seus substitutos. A única dúvida com relação ao Ministério Militar de Itamar Franco reside no titular do Exército. Apesar de o Alto Comando ter fechado questão, na sexta-feira, em torno do nome do general Tinoco, há informações de que Itamar Franco estaria mais propenso a designar para o cargo o comandante militar do Sul, general Bayma Denys.

Apoio — Depois de ter feito pro-



Tinoco: apolo do Alto Comando

nunciamentos contra o processo de apuração das denúncias de corrupção pela CPI, distribuindo críticas à imprensa e ao próprio processo de investigação do Presidente, que a seu ver estaria sofrendo um verdadeiro “linchamento”, o brigadeiro Sócrates Monteiro tornou pública sua derradeira opinião. Em mensagem ministerial publicada no Noticiário da Aeronáutica, que circulou na semana passada, o ministro Sócrates fez um apelo à “soberania da lei”, analisando o processo de impeachment, pedindo ordem e maturidade e, sobretudo, enaltecendo o fato dessa crise política estar sendo resolvida sem a participação dos militares. “A crise é política; deve ser resolvida no foro adequa-

do e administrada por políticos. Se houver necessidade de arbitragem, que o Judiciário desempenhe suas elevadas funções”, observou o ministro, em sua mensagem.

Prontidão — Na área militar, ontem, a situação foi calma. Os Ministérios da Marinha e Aeronáutica dispensaram, às 14h00, a maior parte de seus funcionários, operando apenas com os chamados serviços essenciais. No Emfa, o expediente foi normal, apesar de o general Antônio Veneu encontrar-se fora da cidade.

No Exército, onde foi decretado estado de prontidão, não houve ponto facultativo. Os oficiais comentavam, às vezes até contrangidos, que a prontidão não implicava qualquer ameaça e que está distante aquele tempo em que carros de combate eram colocados nas ruas para garantir a lei e a ordem, conforme determinada pelo comandante supremo.

Não foi notado na área militar qualquer gesto de simpatia ao presidente Collor, pelo menos nos últimos dias. Os militares tinham informações sobre várias ações de Collor não compatíveis com seu cargo e se espantaram com o fato de Collor não ter-se defendido em momento algum e, mesmo, de ter faltado com a verdade ao dizer que não via PC Farias há pelo menos dois anos — aviadores, pilotos do Presidente, e o Gabinete Militar sabiam que, inúmeras vezes, nesses dois últimos anos, o presidente Collor desceu de helicóptero da FAB na casa de seu amigo PC Farias, localizada perto da Casa da Dinda. E o roteiro, todos sabiam, era preparado pelo Gabinete Militar da Presidência da República.

Preocupação agora é formar a coalizão

Parlamentarista convicto — na Constituinte ele votou a favor do parlamentarismo —, o vice-presidente Itamar Franco, que assume o governo presidencialista, temporariamente, do ponto de vista legal, mas em definitivo, ao que as circunstâncias indicam, não ignora as dificuldades que enfrentará no cargo, para equilibrar-se entre as diversas forças que apoiaram o impeachment de Collor e se comprometeram a apoiá-lo na fase inicial da troca de presidentes.

Sua intenção, embora não declarada formalmente, é a de fazer um governo de coalizão, de modo a contemplar as principais correntes partidárias do Congresso.

Todavia, Itamar tem presente, de um lado, que o ex-Presidente José Sarney, ao seguir esse esquema, herdado do presidente eleito indiretamente, mas que não chegou a empossar-se (Tancredo Neves), ficou a reboque das divisões internas de seu governo e praticamente não governou, hesitante entre o PMDB e seus aliados, e o PFL, com seus seguidores.

O Vice-Presidente sabe, por exemplo, que mesmo no sistema parlamentarista, como ocorre na França, os governos de coalizão — quando nenhum partido tem maioria absoluta no Congresso — costumam dar ensejo a sérias divergências internas, pois os representantes de uns partidos geralmente criam problemas para os de outras agremiações, no ministério. Foi o que ocorreu, aliás, no ministério chefiado por Laurent Fabius, em que ministros do RPR preparavam armadilhas para ministro da UDF e vice-versa.

Por isso, na expectativa de assegurar a governabilidade do País, embora não disponha de esquema partidário próprio, o vice Itamar está inclinado a organizar um ministério suprapartidário, integrado por personalidades políticas que considera competentes, mas também por técnicos de alto nível. Uns e outros — pelo que o Vice pretende — têm de assumir o compromisso de ajudá-lo a governar, por cima de suas divergências partidárias.

Lafaiete e Mendonça deixam BB e Caixa

Os presidentes do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho Torres, e da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, pediram demissão ontem à noite ao presidente Fernando Collor. Eles preferiram não aguardar a posse do novo governo. O Banco do Brasil será dirigido interinamente pelo diretor de Crédito Rural, Luiz Fayet, e a Caixa pelo diretor de Operações, Milton Luiz Mello. Ontem, os dois expoentes da “tropa de choque” do governo passaram a manhã praticamente sozinhos em seus gabinetes. Até às vésperas da votação do impeachment, eles eram procurados por inúmeros políticos, que chegavam a fazer filas nas ante-salas para solicitar verbas da Fundação Banco do Brasil e da Caixa.

Lafaiete Coutinho e Álvaro Mendonça foram à tarde ao Palácio do Planalto, acompanhar, do gabinete do secretário Marcos Coimbra, a votação na Câmara. Ao deixar a sede do Banco do Brasil, Lafaiete orientou sua assessoria a impedir o acesso dos jornalistas à garagem do prédio.

“Homem igual a Fernando Collor vai nascer ainda”, disse o presidente do BB, quando o impeachment já estava decidido. Triste, mas tranqüilo depois do desfecho da votação, Lafaiete declarou-se aliviado pelo fim das pressões que vinha vivendo na luta para manter o mandato presidencial.

No meio da tarde, Álvaro Mendonça telefonou para o secretário-executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, que assistia à votação na Câmara pela TV, em seu gabinete. Gonçalves mandou a secretária dizer que não podia atender.

PC viu resultado como traição

Maceió — Para o empresário Paulo César Farias, que acompanhou toda votação em sua casa, na Mangabeira, o resultado “foi uma traição ao presidente Collor”. PC, que chegou a ficar nervoso, não quis receber a imprensa. Porém fez um comentário muito breve com um amigo, dos poucos que atendeu ontem, através do telefone. Quando PC fez o comentário, a votação estava com 323 votos em favor da saída de Collor do Governo.

Já à noite, quando a situação estava definida em termos da votação, alguns dos seguranças de PC, geralmente muito precavidos no trato com as pessoas e até educados, mostraram-se irritados com um repórter que insistia em falar com PC Farias.

Joel Boeira, o mordomo, embora nervoso e dizendo que “ele

ainda está assistindo, mas não vai fazer qualquer declaração”, sempre atendia com atenção aos telefonemas. Um segurança com colete à prova de bala se postava no terraço da mansão, observando o movimento da rua. Não aparecia com a arma, uma espingarda 12, encostada num canto.

O deputado Augusto Farias, que faltou à votação, não era encontrado em casa. Uns diziam que ele estava em Brasília; outros, que estava no interior. No dia anterior, Augusto ainda apareceu em Maceió e fez seu cooper na praia.

PC Farias manteve contato com seus advogados Antônio Mariz e Nabor Bulhões, tratando dos problemas jurídicos que continuará a enfrentar, além dos que já vinha enfrentando em função das denúncias.



Ibsen reuniu com amigos no Plantella para comemorar o 'sim'

Ibsen festeja vitória em jantar

ENIO ARDOHAIN

Assim que terminou o processo de votação do impeachment na Câmara, o presidente da Casa, Ibsen Pinheiro, reuniu amigos próximos e parlamentares para um jantar em comemoração à vitória do “sim”. Na mesa, em que estavam presentes Miro Teixeira, Valdir Pires e o ministro do TST, Liz José Guimarães Falcão, o clima era de descontração e alívio. Pouco se falava a respeito do tema da votação. Os comentários centravam-se na carga horária excessiva de trabalho e nos números finais da apuração que, pela elasticidade em favor dos

vitoriosos, surpreendeu todos.

Estiveram presentes também ao restaurante Piantella, porém sentados em mesas separadas, o relator da Comissão Especial que apreciou o pedido de impeachment, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e o governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo (PDT). Jobim preferiu a companhia da família. Menos descontraído, Azeredo conversava com assessores e correligionários de forma reservada.

O deputado Ulysses Guimarães, aguardado pelo grupo, não havia chegado até as 23h20. Informalmente, corria a informação de que teria se reunido em outro local.

Os ministros Marcílio Marques Moreira e Célio Borja e o chanceler Celso Lafer se preparam para deixar os cargos, enquanto aguardam a escolha de seus sucessores, garantindo tranquilidade à transição do governo.



Derrota apressa demissão dos ministros

MARIZETE MUNDIM

Desde a noite da última segunda-feira, véspera da votação do **impeachment**, o primeiro escalão do governo estava convencido de que o pedido de impedimento do Presidente seria aprovado pela Câmara. Em reunião na casa do ministro da Criança, Carlos Garcia, a maioria dos ministros decidiu redigir a carta coletiva de demissão e eleger o ministro da Justiça, Célio Borja, como o emissário que entregaria, na tarde de ontem, o documento ao presidente Collor.

Segundo o ministro das Minas e Energia, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, que falou à imprensa depois de atingidos os 336 votos contra a permanência de Collor no exercício da Presidência, “a reunião foi tranqüila” e já refletia a decisão que foi tomada ontem. Para ele, que é filiado ao PDS, “o partido, na votação, obedeceu a orientação definida pelo seu presidente, Paulo Maluf, que seguiu a corrente de opinião pública que se formou no País, em clima emocional”.

Pratini de Moraes admitiu que passou a manhã de ontem telefonando para parlamentares, na tentativa de reverter votos contra o **impeachment**, sem sucesso. “Quase todos eles”, disse Pratini, “manifestaram sua convicção inabalável de votar a favor do afastamento do Presidente”. O ministro diz que volta, agora, à iniciativa privada e retoma seu cargo na Associação Comercial dos Exportadores do Brasil.

Reunião — O ministro disse que na noite de segunda-feira, ele e os ministros Carlos Garcia, Celso Lafer, Marcílio Marques Moreira, Affonso Camargo, João Mellão, Célio Borja e os secretários Sérgio Rouanet e Hélio Jaguaribe reuniram-se para avaliar a votação de ontem na Câmara. “Nessa ocasião, firmamos a carta de demissão coletiva que a estas alturas (cerca de 18h30 de ontem) já deve ter sido entregue ao presidente Collor”.

Questionado se permaneceria no governo, caso fosse convocado pelo presidente Itamar Franco, Pratini de Moraes foi reticente. Disse apenas que “não falo sobre hipóteses”, mas adiantou que não encaminhou carta de demissão individual, como fizeram alguns de seus colegas de ministério.

Pratini avalia que a mudança na chefia do Ministério das Minas e Energia não implicará situação traumática para o setor energético: “Esta é uma área muito técnica, onde os investimentos são programados a longo prazo. Portanto, não haverá grandes traumas”. Disse torcer, entretanto, para que o novo governo programe novos investimentos para o setor de energia.

Borja viaja para o Rio onde vai morar

O ministro da Justiça, Célio Borja, apresentou, ontem à noite, ao Presidente da República, a sua carta de demissão “em caráter irrevogável”. Ele deverá viajar para o Rio de Janeiro sábado, onde fixará residência.

Borja participou do almoço oferecido pelo chanceler Celso Lafer ao embaixador da Espanha, José Luiz Crespo, que deixa o posto em Brasília após quatro anos.

Em seu pronunciamento o chanceler Celso Lafer salientou que o diplomata espanhol “muito contribuiu para a melhoria das relações entre os dois países”.

Lafer acentuou que Collor e Gonzalez puderam, durante este período, estreitar um relacionamento que teve resultados positivos para os dois países.

O ministro das Relações Exteriores acrescentou que o comércio brasileiro-espanhol atingiu US\$ 920,8 milhões, em 90. Celso Lafer também disse que encaminhou seu pedido isolado de renúncia ontem à noite. O chanceler não informou, entretanto, quanto tempo permanecerá na Capital Federal e se aguardará a nomeação do seu substituto no Itamaraty.



Emivaldo mostra máquina destruída



Ricardo Fiúza (D) e Luiz Eduardo Magalhães (C) participavam do jantar no Florentino

Fiúza espanca fotógrafo do JBr

GUARABYRA NETTO

O deputado Ricardo Fiúza, ministro licenciado da Ação Social, foi acusado de espancar, ontem, com a ajuda dos seus seguranças, o fotógrafo Emivaldo Raimundo Silva, do **Jornal de Brasília**. A agressão ocorreu à 1h00, quando Emivaldo tentava fotografar o deputado no restaurante Florentino. Diversas testemunhas compareceram à delegacia, onde confirmaram o fato. A vítima foi encaminhada ao IML, para exame de corpo delito e o titular da 1ª DP, Francisco Crisanto, enviou cópia da ocorrência, ontem mesmo, ao presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro.

O fotógrafo revelou que soubera de um jantar marcado, por um grupo de governistas, no final da noite de segunda-feira, “para comemorar, antecipadamente, a vitória, na Câmara, contra o **impeachment**, que eles diziam já ter assegurada. Emivaldo disse ter sido também informado que os participantes do jantar tinham recebido a recomendação de só chegar após as 23 horas, “para ficarem livres da imprensa”.

Agressão — Fiúza, segundo Emivaldo, já estava em estado etílico, quando ele resolveu apontar a máquina em sua direção. Aos gritos, de que não aceitava fotografias, o deputado avançou sobre o fotógrafo e passou a esmurrá-lo, exigindo que entregasse o filme. Não satisfei-

to, pediu a ajuda dos seguranças que o acompanhavam. O fotógrafo saiu correndo do recinto, sendo perseguido pela via pública, até conseguir abrigo no Restaurante Ascot. Ali, sabendo que os seguranças o aguardavam do lado de fora, telefonou para a Polícia Militar, pedindo auxílio.

“Os soldados, chamados para proteger minha saída, simplesmente me entregaram aos meus perseguidores”, protestou Emivaldo. Houve nova sessão de espancamentos, arrancaram-lhe a máquina, que foi quebrada, e inutilizaram o filme. O fotógrafo, durante a perseguição, havia trocado o filme. Ele acusa os espancadores de destruírem, além

da máquina, a bolsa importada com a qual trabalha, que custou US\$ 600.

Dentre as personalidades que participavam do jantar — e testemunharam, segundo ele, as agressões praticadas pelo deputado — Emivaldo cita o deputado Luiz Eduardo Magalhães, Hélio Macedo Soares, Vera Martins e Vera Almeida. “Eu era amigo do presidente Collor e de dona Rosane até ontem, quando vi o tipo de ministro que ele nomeou”, desabafou Emivaldo.

Desde a manhã até o final da tarde, não foi possível manter contato telefônico com Ricardo Fiúza, para ouvir sua versão sobre o episódio.



Marcílio prepara sua saída do ministério

Cerca de uma hora antes da definição do 336º voto na Câmara dos Deputados, em favor do encaminhamento do **impeachment** do presidente Fernando Collor, o ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, Fazenda e Planejamento, deixou o seu gabinete e seguiu para o Palácio do Planalto. Momentos antes de deixar o Ministério, o ministro já dizia a assessores estar preparando a sua saída do governo, mas destacava da conveniência de aguardar no posto o seu sucessor, para que não haja desordem na condução da economia do País.

Marcílio Marques Moreira praticamente não tem nenhuma chance de ser mantido à frente do Ministério da Economia pelo futuro presidente Itamar Franco, cujo ministro da Economia deve ser um nome que reúna o apoio das alianças políticas que se articularam para que se efetivasse o afastamento

do presidente Fernando Collor.

Ontem, no início da tarde, no Ministério da Economia, já não havia nenhuma dúvida de que o pedido de **impeachment** passaria pela Câmara dos Deputados. E este sentimento se tornou mais visível quando antes da votação, o líder do governo Humberto Souto passou a falar do governo no passado e a usar tempos verbais dando como fato consumado o afastamento do Presidente da República.

Nos últimos dias, já havia um crescente afastamento entre o ministro Marcílio e a sua equipe. Durante um bom tempo, o ministro Marcílio assumiu uma posição beirando à neutralidade, colocando a governabilidade do País acima das suas ligações com o governo do presidente Collor.

Alguns parlamentares, contudo, assinalam que a partir do mo-

mento em que o ministro Marcílio sentiu que ele não tinha mais nenhuma chance de ser confirmado na pasta pelo futuro governo Itamar, teve que se decidir, em favor do presidente Collor, passando a assumir, tardiamente, uma defesa do governo.

Nesta linha de defesa, Marcílio Marques Moreira passou também a atender à demanda do bloco dos governistas (tropa de choque) facilitando ao máximo a liberação de recursos do Tesouro para projetos considerados prioritários pelo grupo de governistas.

Esta posição tardia de Marcílio em defesa do presidente Collor causou profundas divergências no Ministério da Economia. Grande parte da equipe de Marcílio queria que ele continuasse defendendo uma linha de neutralidade de modo a apenas garantir a governabilidade do País. O ministro, contudo,

Sindicato faz nota de repúdio ao ato

O Sindicato dos Jornalistas do DF distribuiu ontem uma nota de repúdio à agressão sofrida pelo fotógrafo Emivaldo Silva, que foi atacado pelo deputado Ricardo Fiúza, no restaurante Florentino, na noite que antecedeu a votação do **impeachment**. Fiúza estava acompanhado do deputado Luiz Eduardo e do deputado João Carlos Bacelar, que por sinal estava ausente ontem na votação. Eis a íntegra da nota:

“Nota de Repúdio

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), neste momento em que toda a Nação se concentra em torno do Congresso Nacional, que decide os rumos deste País, denunciam publicamente, à comunidade em geral, e à classe política em especial, a ação desumana, violenta e contrária aos princípios do livre exercício profissional do deputado e ex-ministro Ricardo Fiúza, que, na noite de 28 de setembro, agrediu o jornalista Emivaldo Silva, pelo simples fato de o mesmo ter fotografado o parlamentar num restaurante de Brasília em companhia do deputado Luiz Eduardo Magalhães.

Além de ser agredido fisicamente, o jornalista Emivaldo Silva teve seu equipamento sob risco de danos, uma vez que os seguranças do parlamentar tentaram violentamente retirar do profissional o filme já operado.

Num momento em que toda a Nação se pauta pela defesa da ética, pelo fim do arbítrio, é inadmissível que representante da classe política, aquela que deve dar o bom exemplo ao País, aja com base no coronelismo selvagem, que tanto prejudicou e tem prejudicado este país”.

do, acabou sucumbindo às pressões.

Marcílio assistiu a boa parte da votação de ontem da Câmara, através da televisão, sozinho em seu gabinete. Depois de alguns telefonemas, um deles para o Palácio do Planalto, decidiu ir até lá, segundo alguns assessores, já portando sua carta de demissão.

Reunião — Os técnicos e assessores do Ministério da Economia mesmo demissionários, participam hoje da reunião do Conselho Monetário Nacional. Segundo Luiz Antonio Gonçalves, secretário-executivo do Ministério, os técnicos vão atender a um apelo do ministro Marcílio Marques Moreira que pediu para eles permanecerem nos cargos até serem substituídos por Fernando Collor, caso ele permaneça no governo, ou por Itamar se a Câmara aprovar o **impeachment** do Presidente.

Cabrera poderá permanecer na Agricultura

JORGE RETI

O ministro Antônio Cabrera, da Agricultura, após passar o dia de ontem em seu gabinete, deixou a sede do Ministério pouco antes das 17h00, dirigindo-se, segundo seus assessores, à sua residência no Lago Sul. Mas até a noite, mesmo após o encerramento da sessão da Câmara dos Deputados, a sua empregada, atendendo o telefone, dizia que Cabrera não se encontrava.

Até as 17h00 o ministro despachou com diversos assessores, mas não recebeu ninguém de fora, inclusive jornalistas. Ele almoçou no próprio Ministério, como sempre foi seu costume nestes dois anos e meio, com a chamada “turma de São José do Rio Preto”. Cabrera agradeceu a todos e disse que “o futuro não nos pertence”.

Essa frase foi interpretada por alguns de seus assessores como a possibilidade de o ministro ser convidado pelo futuro presidente Itamar Franco a permanecer no cargo.

Especulação ou não, o fato real é que há cerca de 20 dias Itamar Franco telefonou ao ministro, convidando-o para uma conversa. Cabrera havia aceitado, mas, a pedido de Collor, não efetivou o encontro. Mesmo assim, Itamar elogiou a política adotada por Cabrera, declarações essas interpretadas como um recado para a chamada “bancada ruralista”.

Os votos da bancada ruralista indicam que Itamar foi bem-sucedido, pois, dos seus deputados mais expressivos, apenas dois votaram contra a licença para o processo do impedimento: Gilson Machado (Bloco/PE) e Ronaldo Caiado (PFL-GO), este último dizendo a amigos que Itamar é “esquerdista” e que esta era a razão de seu voto.

Antônio Cabrera está na lista dos ministros que poderão permanecer, não só devido a esses entendimentos preliminares com Itamar Franco, mas também pelo apoio que recebeu, nestes dois últimos anos, dos produtores rurais.

Diário Oficial traz “desova” das liberações

Os ministros do presidente Fernando Collor “desovaram” na edição de ontem do Diário Oficial da União grande parte dos pedidos de liberação de verbas acumulados em suas gavetas nos últimos dias. Foram aprovadas as liberações de Cr\$ 55,5 bilhões para projetos de saneamento, educação e reforma agrária espalhados em centenas de municípios, a maioria do Nordeste. O campeão das liberações foi o ministro da Educação, Eraldo Tinoco, que distribuiu Cr\$ 18,7 bilhões, na maior parte provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foi esta fonte de recursos que tanta dor de cabeça trouxe ao ocupante anterior da pasta, José Goldemberg, que se retirou do Governo denunciando pressões para destinar verbas de acordo com critérios políticos.

O segundo ministério no ranking das liberações foi o da Ação Social, cujas portarias ainda foram assinadas por Ricardo Fiúza, embora este tenha abandonado a pasta na semana passada para coordenar a defesa do Governo na Câmara, durante a votação do **impeachment**. De sua caneta saíram Cr\$ 12 bilhões, ontem, ou pelo menos a promessa desse dinheiro, já que a simples assinatura do convênio não garante ao conveniado a recepção dos recursos.

Em terceiro lugar ficou a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), dirigida por Ângelo Calmon de Sá, que liberou Cr\$ 11 bilhões, dos quais Cr\$ 5,4 bilhões foram escodados através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A própria Presidência da República liberou Cr\$ 10,6 bilhões, dos quais Cr\$ 8,9 bilhões destinados ao Programa Minha Gente, em Brasília, ficando Cr\$ 1,6 bilhão restante para o meio ambiente e pesquisas científicas.



Foi uma festa só em todo o País, espécie de desabafo do povo, que há mais de um mês pedia o impeachment presidencial e o fim da corrupção. Em Brasília, desde cedo, o público tomou um rumo comum, a Esplanada dos Ministérios



Na expressão alegre da juventude, a vibração de um momento político inédito no País. A multidão mobilizou-se pedindo dignidade aos dirigentes, erguendo os braços, num gesto que se tornou característico

Festa cívica em Brasília reúne 100 mil pessoas

HUGO MARQUES

Brasília teve a maior festa cívica de sua história, ontem. Mais de 100 mil pessoas participaram da manifestação pró-impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em frente ao Congresso, segundo cálculo dos organizadores. Foram dez horas de gritos e risos na Esplanada.

Rostos pintados de verde e amarelo e trajés pretos, as pessoas começaram a chegar em frente ao Congresso às 8h00. Algumas dormiram no local. A grande maioria era de estudantes que já vinham participando de manifestações anteriores a favor do impeachment. Mas também compareceram muitos idosos.

A partir das 11h00, a festa começou a ficar mais animada, quando o som colocado no gramado anunciou que 337 deputados estavam participando da sessão pela manhã, sendo que os governistas não tinham assinado a lista de presença.

Nem a chuva que caiu no início da tarde chegou a dissolver a manifestação. Quando o relógio marcou

15h00, que era o início oficial dos discursos, o gramado já contava com milhares de manifestantes, todos dançando sob a chuva, gritando palavras de ordem contra o presidente Collor, PC Farias e Rosane Collor.

Representantes de quase todos os sindicatos e entidades civis de Brasília discursaram no palanque montado ao lado do parlatório. Alguns arrancaram gritos da plateia. O presidente do Sindicato da Polícia Civil (Sinpol), por exemplo, disse que não bastava o impeachment de Collor, mas também um mandado de prisão.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes, Vicente Oliveira, disse que, além do impeachment, a população quer reforma agrária, educação e saúde. O presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conan), Vladimir Dantas, disse que a punição do presidente Collor é bem menor que a punição que ele aplicou em 14 milhões de famílias desassistidas.

Votação — Mas o delírio total começou quando os deputados Rober-

to Campos (PDS-RJ) e Prisco Viana (PMDB-BA), ambos enfermos, votaram pelo “sim”. Os deputados que votavam pelo não e os que estavam ausentes eram vaiados. Os deputados de tendências mais conservadoras que votavam pelo “sim”, a exemplo de Benito Gama (PFL-BA), eram os mais aplaudidos. Quando foi anunciado o voto número 200, os gritos começaram a ficar fortes e as mãos levantadas a todo momento.

Quando a votação passou dos 300 “sim”, quase não se ouvia, os pequenos discursos dos deputados, tal a gritaria. Mais de uma centena de pessoas acenderam papéis enroscados, produzindo um efeito bonito no meio da multidão, pois já era noite.

A multidão vibrou quando foi anunciado o 336º “sim”. Ninguém conseguiu esconder a vibração, os risos, os choros. As tintas dos rostos já estavam se diluindo, as roupas encharcadas. Mas os olhares, os gritos, eram de quem resgatou a esperança. Depois da festa, continuaram os discursos de políticos, em sua maioria de partidos de esquerda.

Goianos fazem vigília na praça

MARIA JOSÉ BRAGA DA AJC

A aprovação do pedido de impeachment do presidente Fernando Collor foi comemorada por milhares de pessoas que se reuniram na Praça Cívica de Goiânia para acompanhar coletivamente a sessão de votação. Cerca de 6 a 7 mil pessoas, entre estudantes, profissionais liberais, funcionários públicos e militantes e dirigentes de partidos políticos atenderam à convocação do Fórum Goiano pela Ética na Política, chegando à praça no início da tarde e permanecendo até o fim da votação.

Um telão, que só funcionou depois que escureceu, e vários aparelhos de televisão, que foram espalhados pela praça, possibilitaram que os participantes da vigília cívica acompanhassem passo a passo a sessão da Câmara dos Deputados. O primeiro voto favorável ao impeachment foi comemorado com palmas e agitação de bandeiras, assim como os mais de 400 votos favoráveis que se seguiram.

Caravanas deram tom da alegria

JOÃO CARLOS HENRIQUES

“As cores da Bandeira Nacional voltaram a ser queridas, e agora eu tenho certeza de que o Brasil terá um futuro melhor”, comemorou ontem, à noite, a estudante de Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Inês de Souza. Ela e outros 43 estudantes da UFMG, que saíram de ônibus de Belo Horizonte às 23h00 de segunda-feira e chegaram ontem em Brasília, às 9h30, cantaram o Hino Nacional em frente à rampa do Congresso, logo após o voto que garantiu a admissibilidade do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

Dezenas de outras caravanas, de todas as regiões do País, chegaram ontem a Brasília durante a manhã e o início da tarde. O Sindicato dos Têxteis de São Paulo, por exemplo, compareceu ao ato público em frente ao Congresso com 176 trabalhadores, que vieram em quatro ônibus. Os têxteis paulistas trouxeram uma faixa com a inscrição “o dinheiro pode comprar a moral e o caráter de um político, mas não pode comprar a dignidade do povo”. Segurando essa faixa, o operário Maurício de Araújo Cardoso disse que o PMDB de São Paulo cedeu os ônibus para a categoria.

Uma das caravanas mais animadas veio de Vitória, no Espírito Santo. A idade média dos 70 integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Vale do Rio Doce, que participou da manifestação, é superior aos 60 anos. Os sindicalistas, em sua maioria, são aposentados. “A Vale liberou muito pouca gente que está na ativa”, explicou Argeu Rodrigues, de 65 anos, que é diretor do sindicato. Com um adesivo no peito, com o nome do sindicato, e o slogan “fora Collor”, Argeu disse que ontem foi “o dia mais importante da história recente do Brasil”. Ao lado de Argeu estava Fátima Coimbra, que é diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais de Vitória.

Brochado aprova comportamento

A Secretaria de Segurança Pública congratulou-se ontem com os manifestantes que se reuniram em frente ao Congresso Nacional para acompanhar a votação do processo de impeachment contra o presidente Collor. É que as 70 mil pessoas, segundo cálculos da Polícia Militar, se comportaram de forma exemplar, de acordo com a avaliação feita pelo comando da “Operação Primavera”, desencadeada por determinação do governador Roriz especialmente para garantir a manutenção da ordem pública.

Com exceção da falsa bomba colocada no prédio da SAF — Trabalho, nenhuma ocorrência relevante foi registrada pela PM. “O maior problema enfrentado pelos policiais militares foi a chuva, que causou incômodos para os soldados que prestavam serviço ao ar livre”, brincou o major Vítoia, responsável pela Comunicação Social da aquela força auxiliar. Desde o momento em que iniciou-se a concentração na Esplanada dos Ministérios, os policiais foram instruídos a não permitirem acesso de manifestantes portando bebidas alcoólicas o que, na avaliação da PM, auxiliou na calmaria.

Bomba agita o prédio da SAF

Uma caixa de papelão de 30 centímetros de comprimento e 20 centímetros de altura, anunciada como uma bomba em um telefonema anônimo recebido às 13h00 de ontem na Secretaria de Administração Federal, movimentou as polícias Militar e Federal por mais de duas horas, à tarde. O objeto foi encontrado às 14h00 no 8º andar da SAF e levado para o Instituto Nacional de Criminalística, onde um teste feito com raios X reforçou as suspeitas.

A caixa foi aberta e não foi encontrado explosivo, mas apenas um eletroímã, instrumento usado na fabricação de bombas caseiras.

O telefonema anônimo foi dirigido ao gabinete do secretário de Administração Federal, no início da tarde, e informava a existência de uma bomba no prédio. Peritos da PM, acionados, localizaram a caixa, em forma de tijolo, escondida no 8º andar.

Emoção toma conta de paulistas

São Paulo — Aplausos, abraços, lágrimas e um coro de milhares de pessoas entoando o Hino Nacional, saudaram, no Vale do Anhangabaú, o 336º “sim”, quando faltavam apenas 10 votos para a vitória do pedido de impeachment na Câmara. A prefeita Luiza Erundina, que acompanhou a votação no palanque do Anhangabaú, chorou copiosamente. Dividida entre a expectativa da vitória e o medo de uma repetição da derrota do movimento das “Diretas Já”, foi se acalmando com a enxurrada de votos favoráveis. “Nunca mais o Brasil será o mesmo”, sustentou. Ao longo da votação, a plateia aplaudia a cada “sim” e reservava as maiores vaias para os deputados ausentes. No final, 100 mil pessoas, segundo algumas estimativas, seguiram em passeata em direção à avenida Paulista.

Em Fortaleza a votação do impeachment do presidente Collor foi acompanhada por um telão, ontem, por cerca de 50 mil manifestantes na Praça do Ferreira, no centro, segundo avaliação dos organizadores e 40 mil para a PM. Cinco passeatas percorreram a cidade

com baterias de motociclistas da PM no início e final. Os carros de som exigiam o fechamento do comércio, e a liberação dos empregados para comparecer à manifestação. “Diante da ameaça, é melhor prevenir”, disse Cesar Augusto Pereira, gerente das lojas Esplanada, na Praça do Ferreira, com as portas fechadas. “Deixei de ganhar Cr\$ 2 milhões hoje (ontem) por causa do impeachment.

Em Porto Alegre o momento da aprovação do impeachment pelo Congresso Nacional foi marcado pela queima de um cartaz com as inscrições de “Fora Collor” em meio a milhares de pessoas que se aglomeravam junto ao palanque armado em frente à Prefeitura Municipal. O barulho de fogos de artifício confundiu-se com a gritaria generalizada da eufórica multidão, avaliada em quase 30 mil pessoas que pulavam e balançavam bandeiras brasileiras e vermelhas de partidos como o PT. No palco, o candidato do PT à prefeitura da capital, Tarso Genro, não conseguiu conter as lágrimas ao aparecer para o público, chorando como muitas outras pessoas emocionadas.

Repercussões

Herbert de Souza, Betinho, (cientista político): “O Brasil conseguiu sair do abismo da corrupção, da loucura e da criminalidade. Portanto, nós agora temos condições de construir o futuro, com Itamar, e principalmente com a Constituição de 1988”.

Clóvis Ramallete, (jurista): “O impeachment é a decisão suprema do sistema presidencialista. Aprendiz de direita opinam que deve haver prévia votação no Senado. A admissão do processo já foi votada pela Câmara. A competência do Senado é processar o Presidente.

Gilberto Gil, (cantor): “O resultado é consequência de uma disposição que se criou no Brasil, pela falta de defesa e pela crença geral de que os fatos condenam o Presidente. Uma decisão que foi aceita dentro da lei, da ordem e da Constituição. Todas essas coisas são sinônimo de uma força que parece estar crescendo e caminha para a consolidação de uma fé democrática”.

O mercado financeiro recebeu com satisfação a aprovação do processo de impeachment do presidente Collor. As Bolsas mantêm a tendência de alta e os analistas acreditam que Itamar Franco dará um novo panorama aos investidores e à economia



Bolsas vivem euforia antes do começo da votação

São Paulo — As Bolsas quase dispararam em função da expectativa de aprovação do imeachment do presidente Fernando Collor. Mas a Bolsa de São Paulo (Bovespa) sofreu fortes oscilações de preços de ações durante todo o dia de ontem. Ela acompanhou os boatos da falta de quórum na votação pelo impeachment. Agentes do mercado financeiro trabalharam com expectativa de as Bolsas abrirem em alta hoje, em função do resultado da votação no Congresso Nacional. Mas esses mesmos agentes acreditam que poderá ocorrer queda, quando o mercado financeiro se voltar às possibilidades de formação do novo Ministério do vice-presidente Itamar Franco.

Diante do novo cenário, o mercado de ações deverá procurar novo patamar de preços. No mercado de câmbio e ouro, a previsão é de queda nos próximos fechamentos. Analistas gráficos acreditam que deverá ocorrer correção de preços principalmente do metal, na medida em que ele teve fortes altas nos últimos dias.

A Bolsa de Valores de São Paulo registrou volume financeiro considerado fraco — Cr\$ 639,363 bilhões. Os investidores ainda estão cautelosos diante das incertezas quanto à política econômica de Itamar. Mas, segundo informações de corretores, cerca de Cr\$ 200 milhões desse total vieram de capital estrangeiro que voltou ao mercado nacional em função das expectativas de alta no mercado de ações de ontem. A Bovespa fechou com alta de 7,72%. No Rio, a Bolsa fechou com alta de 6,91% e volume de Cr\$ 300,468 bilhões.

Dólar — No mercado de câmbio, o dólar comercial fechou com alta de 1,02% — a Cr\$ 6.337,00 a venda. O paralelo teve alta de 1,47% — Cr\$ 7.350,00 a venda —, e o ágio ficou em 16,04%, sofreu que-

da de mais de um ponto percentual em relação à véspera. O ouro fechou com queda de 3,01% — o grama à vista na BM&F fechou a Cr\$ 80.600,00, com movimento equivalente a 10,5 toneladas, inferior à média de 12,6t da semana passada. No mercado de renda fixa, os juros continuam altos. Mas sofreram correção em relação aos dias anteriores. O CDB prefixado em 30 dias fechou a 1.875% (28,22% de rendimento bruto no mês). Os títulos da dívida externa tiveram alta de 2,26%. DFA foram cotados a 33,875% do valor da Face.

Na manhã de ontem, o mercado já trabalhava com a previsão de aprovação do impeachment de Collor. O que levou as Bolsas a ficarem em alta, assim como os DFAs. Mas os ativos dolarizados começaram a cair no decorrer do pregão da manhã. As Bolsas subiram firmes, com forte movimentação de compra. Mas sem vendas. A Bolsa de Valores de São Paulo fechou a manhã com alta de 8,34% e a Bolsa do Rio com alta de 7,02%.

O ouro encerrou o primeiro pregão do dia fraco e com movimento contrário ao mercado externo: enquanto subia lá fora, caía aqui. Para analistas, o metal devolveu parte dos lucros acumulados na expectativa do impeachment. Segundo operadores, porém, boa parte desse movimento foi apenas a troca de movimento do mercado — sem formação de novas posições, compradas ou vendidas.

Álvaro Augusto Vidigal, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), disse que.

“Não há muito o que comentar, pois o resultado está aí e ele por si só fala mais alto. Como cidadão brasileiro, sempre fui a favor do sim e era imprescindível para o País reconquistar o moral lá fora, no exterior. Eu estava na Europa há pouco e senti como essa votação era importante para nossa imagem”.

Investidor crê no fim da crise

Rio — O fim da crise por caminhos democráticos, mais que a votação do impeachment do presidente Fernando Collor, repercutiu favoravelmente na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que subiu 6,9%. Na análise do presidente interino da BVRJ, Gonçalo Meireles, “isso é que o mercado gosta e quer”.

Os investimentos nacionais e estrangeiros estão acreditando no desfecho da crise com perspectivas boas para o mercado de ações a médio e longo prazos, devido ao interesse pela economia brasileira já

manifestado por investimentos internacionais e também em razão de o preço das ações se encontrar baixo. A perspectiva de redução das taxas de juros reais também se alinha entre as causas principais para o reaquecimento do mercado, na opinião de Gonçalo Meireles.

O presidente interino da bolsa carioca demonstrou confiança de que o Governo que venha a substituir o atual, possa conciliar o combate à recessão com o crescimento econômico, o que se refletirá de modo favorável sobre as empresas privadas e o mercado de ações.



As Bolsas quase dispararam, mas com os boatos de falta de quórum ficaram com alta de 7%, em média

Setor financeiro reencontra perspectiva

São Paulo — O setor financeiro brasileiro passa a trabalhar, a partir de hoje, com a esperança de que o País poderá retomar o caminho do desenvolvimento não-inflacionário, em ambiente de conciliação política. E também com a certeza de que há ainda muita coisa a se fazer no campo econômico. Mas, na opinião dos banqueiros, o Brasil comandado pelo presidente Itamar Franco será um Brasil melhor para se trabalhar e tentar resolver as coisas. “A maioria dos empresários e banqueiros gostaria que o novo governo adotasse uma política voltada para o retorno dos investimentos e dos níveis de emprego”, afirma Alcides Lopes Tapias, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).

Essa fé na mudança da condução da política econômica existe e tem como base a idéia de que o País não poderá mais conviver com as altas taxas de sofrimento social, sem resultados na área inflacionária. “Eu rezo e tenho confiança que Itamar Franco aposte no Brasil e não governe por acordos políticos”, torce Nathan Blanche, presidente da Associação Nacional do Ouro (Anoro). “É fundamental nesse momento conhecer os nomes que comporão a área econômica do Governo para podermos formar



Alcides Lopes, da Febraban

nossos cenários”, acrescenta Antônio Carlos Porto, diretor do Banco de Crédito Nacional (BCN).

Superávit — O presidente da Febraban passou o dia de ontem em Brasília “trabalhando normalmente”. Entre uma audiência e outra, Tapias contou que ficou satisfeito por ter sido uma decisão dentro das regras democráticas: “Tudo foi resolvido no voto e assim deve ser respeitado por todos nós”. Tapias lembrou que o novo Governo deverá adotar algumas mudanças na política econômica. “O presidente Itamar deverá obter no Congresso alguma solução fiscal que permita o superávit fiscal do Governo”, espera ele.

“E isso o presidente Itamar poderá conseguir, pois o Congresso deverá ter mais boa vontade para com o novo Governo”, diz Nathan Blanche. Ao contrário de Tapias, Blanche e seus sócios no controle do Banco Goldmine decidiram fechar a instituição no período da tarde. Toda a diretoria do banco e mais seus funcionários preferiram participar em grupo das manifestações na Candelária. “Estamos apostando no Brasil”, afirmou. Manifestações à parte, os banqueiros imaginam ser possível haver uma queda nas taxas de juros reais: “Conseguida uma solução fiscal, poderemos ter juros mais brandos e abrir espaço para investimento na área produtiva”, afirma Tapias.

Os cenários montados pelos principais consultores de bancos apontam para a tentativa do novo Governo tentar, e conseguir, aprovar uma reforma fiscal de emergência amparado na criação da contribuição sobre transações financeiras (CTF) e ou um imposto sobre combustíveis. Esperam, ainda, um discurso de posse de Itamar Franco, brando e sem definições fortes, rompendo com o estilo agressivo do seu antecessor. O risco percebido pelas instituições e o excesso de correntes políticas díspares que terão de conviver no novo Governo.

Itamar altera rumo dos negócios

São Paulo — Definida a posse do presidente Itamar Franco, começa hoje uma nova fase de apostas no mercado financeiro. De início, os investidores deverão vender ações para realizar o lucro dos últimos dias, quando as bolsas, eufóricas, trabalharam com a expectativa do afastamento do presidente Collor. Deverá ser um dia de bolsas caindo. Nos outros mercados, o giro de negócios voltará gradativamente a seu volume normal e as apostas vão se orientar pelos nomes do novo Ministério: “Os mercados já haviam antecipado o fato, reduziram o giro de negócios, e agora tudo volta à normalidade”, analisa Alcides Lopes Tapias, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). “O novo Presidente toma posse e depois vai escolher os ministros e aos poucos retornamos ao nosso dia-a-dia”.

Segundo Nathan Blanche, presidente da Associação Nacional do Ouro (Anoro), os investidores vão realizar os lucros conseguidos nas bolsas, hoje. Na área de câmbio, porém, não deverá haver grande alteração.

“Quem comprou ouro e dólar para se proteger continuará nessa posição, principalmente as multinacionais”, analisa. “Esses investidores vão continuar esperando o pronunciamento do novo Presidente e tentar perceber as linhas gerais da política econômica”. Na opinião dos especialistas, as taxas de juros poderão cair: “O mercado futuro já sinaliza uma queda dos juros”, lembra Paulo Mallmann, diretor-financeiro do Banco Mercantil de Crédito (BMC). “Mas não será, ainda, por causa de uma decisão de Governo, mas em razão da queda da inflação”.

Para Mallmann, as apostas mais firmes do mercado financeiro vão aguardar uma melhor definição sobre a política econômica do novo Governo. Nathan Blanche concorda: “O pronunciamento de Itamar Franco será muito importante. Enquanto isso, os investidores vão apostar aqui e ali, dependendo do boato do momento, mas de um modo geral as pessoas ficarão aguardando em cima do muro. Mas é de se prever uma redução nas taxas de juros antecipando uma política monetária mais light”.

Derrota de Collor deixa EUA aliviado

Washington — Foi com indiferente alívio que os meios governamentais e financeiros americanos que se interessam pelo Brasil receberam no fim da tarde de ontem a notícia, de Brasília, de que a aprovação do processo de impeachment do presidente Fernando Collor era líquida e certa. Apesar da óbvia apreensão que existe sobre os rumos que o País tomará após a posse do vice-presidente Itamar Franco, funcionários dos governo americano e banqueiros disseram que a decisão sacramentada pela Câmara dos Deputados era a melhor entre as alternativas disponíveis.

Pela manhã, quando as informações captadas no Brasil indicavam uma margem de dúvida no desfecho da votação, a possibilidade de uma vitória de Collor chegou a alimentar, em alguns gabinetes, cenários dramáticos, de violência nas ruas e caos. Esse temor se dissipou, no entanto, no meio da tarde, quando chegou a confirmação, via CNN, de que o quórum para a votação estava assegurado.

Previsões — Dentro e fora da administração americana, as previsões coincidem em pelo menos um ponto. Acredita-se que até que o Senado tome a decisão de destituir Collor, a turbulência continuará na política brasileira. No governo americano, que manteve uma posição estrita de observador da crise, alguns funcionários renovaram ontem os elogios ao respeito absoluto às instituições democráticas que os brasileiros exibiram durante uma das mais graves crises políticas da história do País. “A fé dos brasileiros na democracia provavelmente é maior hoje do que em qualquer momento no passado”, disse um funcionário que viveu no País nos conturbados anos 60.

A maioria das previsões aponta para uma transição turbulenta, que poderá durar até que o Senado tome a decisão de destituir Collor formalmente. Não se espera que a direção do Governo seja estabelecida de forma clara antes do afastamento definitivo do Presidente. O passado nacionalista de Itamar Franco e sua imagem de político tradicional é fonte de alguma apreensão. Mas funcionários do Governo apostam que as circunstâncias da ascensão do vice-presidente levarão o vice-presidente a preservar o essencial da política de modernização e dizem que Washington receberá sua posse “com mente aberta”.

Maílson da Nóbrega teme a frustração

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda comentou, ontem, que “todos estamos felizes. Acho que do ponto de vista da democracia, o País demonstrou maturidade política. Só que não podemos nos deixar levar pela euforia, não podemos esquecer nossos problemas. Padecemos de problemas estruturais. Agora é um momento em que deveríamos buscar uma grande união, um esforço nacional. Temo que as pressões sobre Itamar para a recuperação da economia e retomada do desenvolvimento se transformem em um supermercado de ilusões. Daí temo que, depois da ressaca cívica, a euforia se transforme em frustração no futuro”.

Genoíno passa mal depois do 336º voto

O deputado José Genoíno (PT-SP) sentiu-se mal no momento em que o deputado Paulo Romano (PFL-MG) anunciava o histórico 336º voto e foi atendido no serviço médico da Câmara Federal, onde ficou internado para observação até as 21h30 de ontem, quando foi liberado para ir repousar em sua residência, conforme informou o médico José Luís Veloso. Genoíno sofreu uma crise hipertensiva, chegando a 20 por 12 de pressão no momento do voto que permitiu a abertura de processo de impeachment contra o Presidente.



“Pensam que eu tenho medo, mas eu canto como a Portela, na avenida: briga, eu quero briga...”

(Em 18.02.88)

Collor mostra a ambição política na fase colegial

Descendente de duas linhagens tradicionais de políticos, Fernando Affonso Collor de Mello nasceu em 12 de agosto de 1949 no Rio de Janeiro. Lançou candidatura logo cedo: quis ser presidente do grêmio do Colégio São José, onde estudou em regime de internato, de 1962 a 1966. Foi eleito depois de pedir a recontagem dos votos, já que, na primeira apuração, perdia por um.

Em 1967, Fernando Collor foi para Brasília morar com o pai, o então senador pela Arena, Arnon de Mello, um político que dominou o poder em Alagoas por várias décadas e onde montou um império na área de comunicações.

Na escola, o Centro Integrado de Ensino Médio, em Brasília, Fernando Collor voltou a concorrer à presidência do grêmio pela chapa “Bom Senso”, de direita. Também perdeu por um voto. Em Brasília formou-se em Ciências Econômicas e, depois, em Alagoas, em Jornalismo.

A vida política foi consequência da tradição familiar. Também a mãe, Leda, é filha do ex-ministro do governo Getúlio Vargas, Lindolfo Collor. Ainda quando estudava Economia disse: “Eu quero seguir a carreira política de meu pai. Vou ser prefeito de Maceió, deputado federal, governador de Alagoas e, se der, quero ser Presidente da República”.

Dez anos depois, aos 29, Fernando Collor já era prefeito biónico de Maceió, resultado de um acordo entre seu pai e o então governador Divaldo Suruagy. Aos 33, foi o deputado federal mais votado de Alagoas, pelo PDS, e aos 37 se elegeu governador de seu Estado, pelo PMDB.

A vida do jovem político logo apresentou suas contradições. Fernando Collor votou pelas diretas como deputado federal em 1984. Um ano depois, no Colégio Eleitoral, votou em Paulo Maluf — padrinho do segundo casamento, com Rosane Malta. Em 87, Collor lançou Mário Covas à Presidência da República. Como governador, foi o único a defender a redução para quatro anos do mandato de José Sarney.

Caçador de marajás sempre favoreceu os amigos

Fernando Collor foi indicado prefeito biónico de Maceió pelo então governador do Estado Divaldo Suruagy e nomeado pelo presidente Ernesto Geisel em 79. Nos 1.125 dias que ocupou a prefeitura — entre março de 79 e maio de 82 — destruiu a máquina administrativa do município, afirma hoje Suruagy, e já deu mostras do que seria depois como governador (87/89) e presidente da República. Ao sair, a administração da prefeitura estava inviabilizada e sem poder pagar o funcionalismo.

Obras sem licitação foram executadas por empresas de amigos, o número de funcionários tinha subido de 5 mil para 13 mil — nomeou sem concurso cerca de 8 mil pessoas. Na área de saúde, não houve maior preocupação do prefeito, porque o município não tinha hospitais, nem postos de saúde. O setor era suprido pelo governo do Estado. O setor de educação ficou abandonado, mas nele Collor se notabilizou pelas contratações sem concurso, preparando sua campanha de deputado federal. Basicamente o prefeito cuidou de pavimentar algumas ruas, notadamente na área nobre da cidade — a região da orla marítima.

Marajás — O título de “caçador de marajás” nasceu com o mandato de governador em 1986: congelou o próprio salário, instalou livro de ponto nas dependências administrativas e recusou-se a cumprir decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas, ordenando o pagamento dos altos salários, que ele havia reduzido. Também extinguiu três secretarias, duas fundações e três estatais, além de escritórios de representação de Alagoas em três Estados.

Mais tarde, constatou-se que nos últimos dias na Prefeitura de Maceió, Fernando Collor nomeou cerca de três mil funcionários. Disse ter sido enganado. Como governador, foi acusado de beneficiar prefeitos que aderissem ao PRN, antigo Partido da Juventude (PJ), que ajudou a instituir depois de sua saída do PMDB, por ocasião da votação dos cinco anos para Sarney.

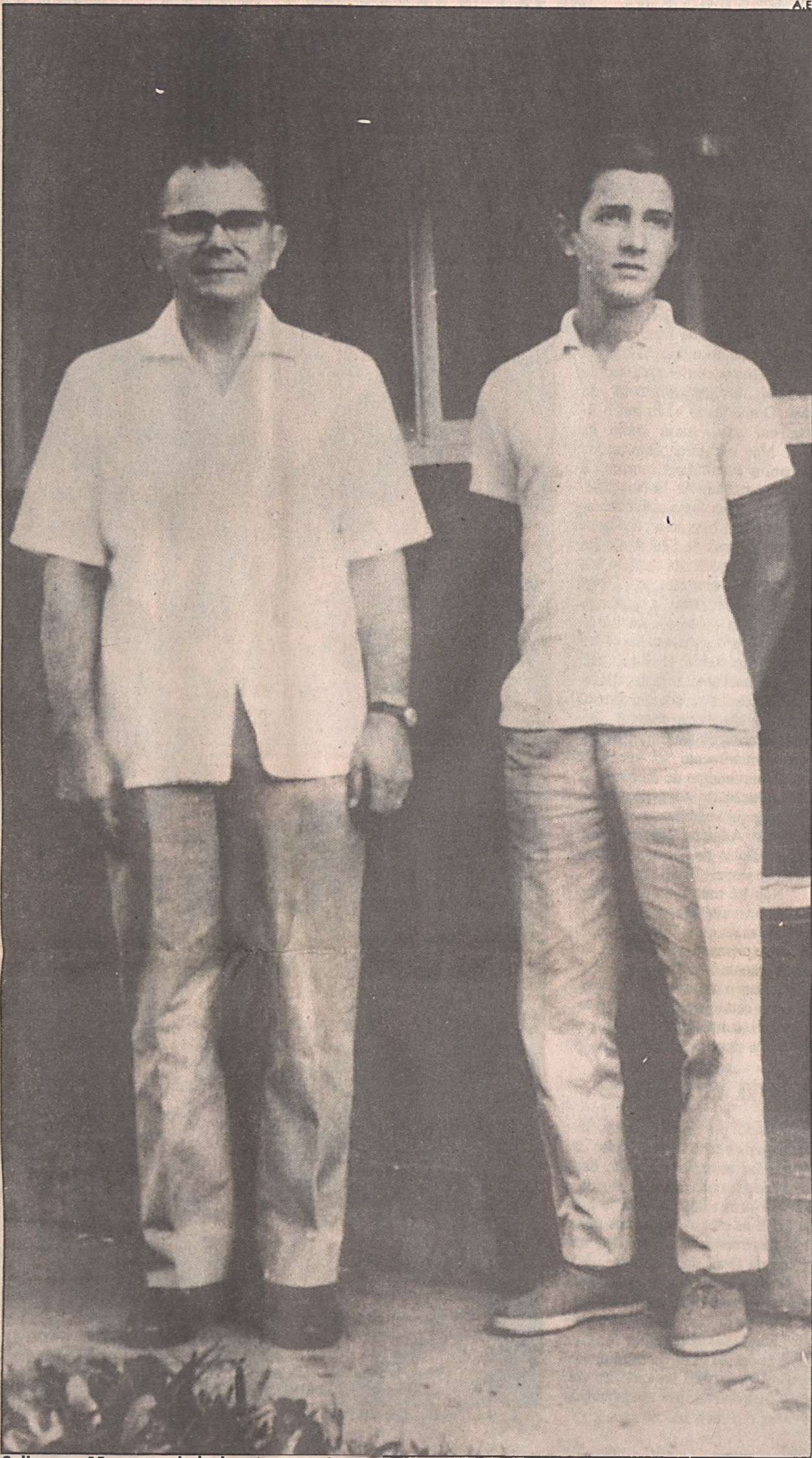
Nove parentes seus e 19 de sua mulher foram nomeados pela Assembleia Legislativa de Alagoas. Collor defendeu-se ao dizer que se tratava de um Poder autônomo, mas a lei que permitia a contratação sem concurso foi aprovada por ele mesmo. Sem falar do acordo que fez com usineiros em débito com seu governo.

A violência em família também marcou logo a vida de Collor. Quando tinha 14 anos, seu pai matou o suplente de senador José Kairala, errando o tiro que apontara para seu inimigo político, Silvestre Péricles de Góes Monteiro. Arnon de Mello foi absolvido. No governo do Estado, o irmão da mulher, com a ajuda de um tio, matou um secretário da Prefeitura de Canapi.

Fernando Collor iniciou a criação de bases políticas, esperando um resultado que poderia até ser uma modesta cadeira no Senado. Em pouco tempo, a candidatura de Collor atropelou as próprias ambições. Ele sempre quis basear suas campanhas no sobrenome da família do pai, para garantir herança eleitoral. Por isso mesmo é que Cláudio Humberto — num jornal de oposição e antes de se tornar amigo do político — insistia em chamá-lo de Collor. O sobrenome virou marca e logo verbo e até adjetivo. “Collorir” e “collorido” viraram lema do eleitorado que o elegeu Presidente da República.

Contratações — O setor de pessoal foi o principal instrumento usado por Collor na destruição da máquina administrativa do município. Ao longo do mandato nomeou 2.705 pessoas sem concurso público, em apenas dois órgãos — Superintendência Municipal de Obras e Viação (Sumov) e Instituto de Previdência e Assistência do Município (Ipam) —, e criou 332 cargos de confiança na administração direta e indireta para empregar amigos e parentes. Criou também os marajás municipais, em comum acordo com a Câmara Municipal, na qual tinha a quase totalidade dos vereadores.

Neste último caso, informa a ex-vereadora Kátia Born, hoje dirigente da CUT em Alagoas, através da Lei nº 2.092 chegou a igualar os vencimentos de secretários municipais aos dos secretários de Estado e incluiu três pessoas com postos-chave na Câmara, que o ajudavam a manter o controle sobre a casa: **Te-reza Holanda**, superintendente da casa e irmã do deputado federal Antônio Holanda (PSC); o primo, Fernando Mello, que era vereador e consultor-geral da Câmara, e Moab Pessoa, também vereador do PDS e funcionário.



Collor, aos 15 anos, ao lado do pai, Arnon de Mello, recebendo os primeiros ensinamentos da política

Outro parente beneficiado foi o primo Euclides Affonso de Mello, que coordenou a campanha presidencial do PRN, em São Paulo. Euclides foi contratado 10 dias depois da posse do prefeito para a chefia da Divisão de Materiais da Fundação Educacional de Maceió — Femac. Dois meses depois, com o aumento de 30% no salário, foi ocupar o cargo de chefe da Divisão de Promoções da Secretaria de Esportes e Promoções. A partir daí recebeu promoções e ocupou cargos de confiança durante toda a gestão. Um terceiro primo, Arnon

de Mello Sobrinho, foi contratado, inicialmente, para o cargo de Diretor de Registro e Permissão e depois chegou a supervisor de Registro Geral. Para os marajás municipais, Collor sancionou a Lei nº 2.879, que o permitiu aposentar de uma só vez 84 pessoas, beneficiadas com o chamado “efeito cascata” de proventos integrais acrescidos de gratificações relativas a três triênios e cinco quinquênios.

Antes de deixar a prefeitura, Collor já tinha enfrentado 227 processos com penhora de bens muni-

cipais pela Justiça do Trabalho porque a prefeitura não tinha dinheiro para pagar o funcionalismo contratado por concurso público. Não ficou nisso porém. Em maio, poucos dias antes de sair, Collor perpetrou as famosas nomeações da Femac. Foram cerca de cinco mil nomeações. Na campanha de deputado federal do PDS, Collor afirmou ter sido traído pelo diretor da Femac, José Luitigard de Moura Figueiredo. Explicou que havia feito apenas 15 ou 20 nomeações, mas Luitigard enxertava centenas de nomes na relação assinada por ele. As cópias das nomeações com a assinatura de “F. Collor” provam o contrário. Além disso, Collor levou o funcionário que o “traíu” para ser subsecretário de Educação, quando se elegeu governador do Estado, em 86, e mais tarde o nomeou secretário-executivo do Ministério da Educação, ao se eleger presidente da República. Luitigard, conhecido professor nos meios acadêmicos de Maceió, não desmentiu o chefe que o responsabilizou pelas nomeações “fraudulentas”.

O então prefeito de Maceió, Fernando Collor, com os eleitores



Um amante dos esportes vira Indiana Jones

Amante dos esportes de risco, Fernando Collor de Mello é faixa preta, primeiro grau no caratê, modalidade em que chegou a ser vice-campeão brasileiro. Durante sua juventude em Brasília, fez uso da força de seus golpes por diversas vezes. Como aluno do Centro Integrado de Ensino Médio, derrubou uma porta com golpes de caratê por ter sido proibido de assistir a uma aula do professor de História, Hélio Miranda. Conforme revelou à revista “Playboy” de março de 90, era muito agressivo e brigava “como quem toma um copo de água”. Nessa mesma entrevista, admitiu ter participado de uma briga com policiais. Apesar do apego à violência, fez um curso de manequim no Rio de Janeiro.

Além das longas caminhadas e corridas dominicais no Lago Norte, Collor nada, com elegância, os quatro estilos, mas é um péssimo jogador de futebol. Com 1m89 de altura, calça sapatos 43,5 e tem predileção por velocidade. Já eleito presidente, pilotou a 160 km/h uma motocicleta pelas ruas de Brasília. Antes disso, porém, ele já havia voado em um Mirage F-103 da Força Aérea Brasileira e rompeu a barreira do som. Depois de algumas acrobacias, Collor disse: “manobras perigosas são o meu estilo”.

A imagem do presidente jovem e esportista sempre foi devidamente promovida por sua assessoria. Esse trabalho de marketing tinha por objetivo transmitir a imagem de um homem saudável, pronto para enfrentar qualquer emergência. Essa maneira de ser teve repercussão até mesmo no exterior. Em certa ocasião, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, definiu o estilo de seu colega brasileiro como “Indiana Jones”. Dentro desse trabalho promocional estavam também as mensagens, algumas diretas, outras indiretas, de suas camisetas. Algumas dessas frases ficaram famosas:

- “Baleia no mar é vida” (27/05/90)
- “Criança: prioridade nacional” (24/06/90)
- “O tempo é o Senhor da razão” (18/11/90)
- “Roxo de paixão pelo Brasil!” (07/04/91)
- “É tempo de semear. Planta, Brasil!” (06/10/91)
- “Não fale em crise. Trabalhe!” (19/10/91)

Pavimentação — Para garantir os votos em Maceió, o prefeito Collor usou outras armas. As mais conhecidas foram a pavimentação de trechos das praias da Avenida e da Jatiúca; a pavimentação da Avenida Duque de Caxias, ligando os bairros de Jaraquá e São Sebastião; e a construção da Avenida Perimetral (de 12 km) ligando o bairro do Poço ao do Tabuleiro dos Martins. Nessas obras, para as quais o ex-prefeito de Maceió Dejalma Falcão conta que não encontrou registros de licitação pública ao assumir o cargo em 87 (no mesmo esquema político de Collor, já então no PMDB), trabalhou a Construtora Sersan.

A empresa é de propriedade de Sérgio Naia, empresário de Brasília e deputado federal pelo PMDB de Minas Gerais. Naia foi sócio do deputado federal Paulo Octávio (PRN), no Hotel Saint Paul, em Brasília. Dejalma Falcão conta que Collor tinha facilidade de obter verbas federais através do então ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, na época sogro de Paulo Octávio. As obras, diz Falcão, eram feitas por “amigos” e superfaturadas.



Ambigüidade marca relação com políticos e família

São Paulo — A trajetória política de Fernando Collor é toda ela marcada pela ambigüidade no relacionamento com amigos, adversários políticos e a família. Não causa surpresa o fato de ter sido um irmão dele, Pedro Collor, a desencadear a mais grave crise política do Brasil nas últimas décadas, acusando um amigo de Fernando Collor, o empresário Paulo César Farias, de corrupção e tráfico de influência. O próprio Fernando havia, antes, obrigado a mulher, Rosane, a demitir-se da presidência da LBA sob suspeita de envolvimento em irregularidades. Quando teve que afastar do governo o então ministro Antonio Rogério Magri, acusado de corrupção, queixou-se dos amigos. “Será que não estamos sintonizados na mesma onda?”

Conta-se que certa vez, ao apartar dois amigos que brigavam, Collor levou a nocaute um deles com violento pontapé nas costas. Esse destempero no convívio com as pessoas que o cercavam pode ter sido herdada do pai, Arnon de Mello, que, em 1963, ao atirar contra um desafeto, o senador Péricles Silvestre Monteiro, em pleno Senado, errou o alvo e atingiu mortalmente um companheiro, o senador José Kairala, do Acre. Protegido da mãe, Leda, o relacionamento de Fernando com os irmãos nem sempre foi pacífico. O mais velho, Leopoldo, visto como a vocação política da família, desentendeu-se com ele antes do início da campanha presidencial. “Ora, Fernando, sua candidatura é risível”, teria dito Leopoldo em janeiro de 1989. Uma das irmãs, Ana Luíza, nunca aprovou os métodos de Fernando e deu apoio a Pedro quando este foi afastado da direção das empresas da família pela mãe por causa das denúncias contra PC.

Os interesses políticos de Fernando Collor sempre estiveram acima do sentimento de amizade, garantem os que conviveram com ele. Foi assim com Sarney: o ex-presidente avalizou, em 1986, o ingresso de Collor no PMDB. Sarney lembrou os laços de amizade com o ex-senador Arnon de Mello desde



Pedro (à esquerda) e Leopoldo Collor, irmãos do Presidente, caminhando em sentido contrário

os tempos da UDN e garantiu ao líder do partido, Ulysses Guimarães (SP), que o então malufista seria fiel ao seu governo dentro do PMDB. Anos depois, Collor transformaria o presidente Sarney em seu inimigo número um e usaria dos ataques ao governo, tachado de corrupto, como a principal arma para eleger-se presidente.

O mesmo aconteceu com Divaldo Suruagy, ex-governador de Alagoas e principal responsável pela indicação de Fernando como prefeito biónico de Maceió, em 1979. Suruagy passou a ser o maior adversário político de Collor em Alagoas. Com Renan Calheiros ocorreu processo inverso: o deputado alagoano era inimigo ferrenho de Collor, a quem atribuía a pecha de “Príncipe da corrupção”. Tornou-se depois líder do PRN na Câmara, até se sentir desprestigiado por Collor, de quem voltou a ser crítico feroz. Outra vítima do relacionamento ambíguo de Fernando Collor, a

ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, deixou o governo sentindo-se traída, pela forma como foi demitida. Mas só depois do afastamento de Magri é que Fernando Collor adotou como sua a frase atribuída ao duque de Villars: “Os meus inimigos eu conheço e deles me protejo; dos meus amigos, só Deus me ajudando”.

Até o último momento, Fernando Collor negou que mantivesse, como presidente, relações de amizade com o empresário PC Farias, principal coordenador de sua campanha presidencial. As ligações de Collor com o empresário, entretanto, foram levantadas e comprovadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou PC.

Fernando Collor de Mello cultivou a fama de ser implacável com os inimigos. Na política, entretanto, sempre considerou os desafetos e adversários como inimigos relativos. Foi assim com o governador

do Rio, Leonel Brizola (PDT), a quem chamava de “Escadinha da política”, numa referência ao conhecido traficante carioca, durante a campanha presidencial. Em 91, formalizou um pacto político-administrativo com Brizola, que, em contrapartida, passou a dar apoio ao governo federal. A mesma troca de favores manteve em relação ao governador baiano, Antônio Carlos Magalhães (PFL). Pelo apoio ao governo, ACM adquiriu o direito de indicar nomes para os principais postos da República.

A inimizade com o candidato do PT à presidência, Luís Ignácio Lula da Silva (SP), transferida para o campo pessoal quando o então candidato do PRN levou à TV a amante de Lula para dizer que ele a forçara a um aborto, não impediu que Collor tentasse, no início de 92, uma aproximação com o PT. “O nosso governo é muito aberto ao diálogo e ao consenso”, justificou.

Fernando e Pedro. Ao substituir Fernando no comando da Organização Arnon de Mello, Pedro disse que encontrou o grupo devendo três vezes mais do que o seu patrimônio. Fernando, então prefeito de Maceió, não gostou e mandou reduzir as verbas oficiais de publicidade para as empresas. Também por essa época deu curso a informações de que Pedro roubava dinheiro da empresa, por meio de um caixa dois.

Leopoldo nunca se interessou muito pela administração dos negócios da família em Alagoas e logo procurou fazer carreira em São Paulo, onde foi diretor regional da TV Globo. Ele chegou a vender sua parte na Organização Arnon de Mello para a mãe, dona Leda, depois de uma frustrada tentativa de PC Farias em adquiri-las — segundo Pedro, na verdade PC queria as ações para Fernando, que gostaria de tirá-lo, depois, da chefia das empresas. Na crise familiar, ficou ao lado de Fernando.

Ao lado de Pedro, a rigor, ficou apenas a irmã Ana Luíza, considerada pelo irmão caçula como a “mais sofrida” de toda a família. Ana Luíza formou-se em psicologia, teve um casamento desfeito, sofre da tireóide e sobrevive com um salário de editora do jornal Gazeta de Alagoas. Ledinha, a irmã mais velha, também teve um casamento desfeito na adolescência: aos 16 anos, ela fugiu de casa para se casar com o filho de um usineiro. Voltou seis meses depois e o casamento foi anulado por uma bula papal. Casou com Marcos Coimbra, foi embaixatriz no Egito, e recebe US\$ 4 mil da Organização Arnon de Mello, além dos US\$ 8 mil que o Presidente paga pelo aluguel da Casa da Dinda.

“Sou uma pessoa carinhosa, que gosta de conviver com as outras pessoas e não fazer mal a ninguém. E, por incrível que possa parecer, vindo de um Presidente da República, tenho uma dose muito forte de timidez”.

(Em 17.06.91)

Do conto de fadas à separação

Rio — O casamento de Fernando Collor de Mello com Lilibeth Monteiro de Carvalho começou como uma história de conto de fadas e terminou em distanciamento. “Criança! Não verás um casamento como este!”, escreveu o então famoso cronista social carioca Jacinto de Thormes, parodiando Olavo Bilac, para descrever a suntuosidade do casamento de Fernando e Lilibeth, em outubro de 1975. Segundo o cronista, “foi o último grande casamento de um época”, juntando um filho da pós-oligarquia nordestina com a filha de uma das famílias mais ricas do país, os Monteiro de Carvalho.

A recepção foi no Copacabana Palace Hotel, uma festa para cinco mil convidados, com cascatas de camarões e lagostas. Poucos conseguiram assistir à cerimônia, na Igreja do Carmo, na Praça XV, Centro do Rio, pequena para tanta gente. A noiva vestia um modelo francês, de Scherr, bordado, com uma grinalda de flores na cabeça. Coincidentemente, ao se casar com Collor, Rosane, a segunda mulher, escolheu um modelo parecido, usando também uma grinalda na cabeça. A maioria das pessoas que chegava à porta da igreja e via que não iria conseguir entrar seguia direto para o Copacabana Palace. Isso provocou um engarrafamento de Mercedes, Limousines, Rolls-Royces e outros carros de luxo inédito até hoje no Rio.

Foi um casamento-relâmpago: a noiva, então com 17 anos, retornara da Inglaterra, onde estudou durante dois anos, e conheceu Collor, então com 26 anos, através de amigos comuns. Sete meses depois estavam casados. Durou até 1981. Lilibeth, rejeitada pela sociedade de Maceió por seu jeito simples, ape-



Lilibeth, simplicidade

sar da grande fortuna da família, foi aumentando os períodos que passava no Rio, até a separação.

Na época, a sociedade comentava os ciúmes que Fernando tinha de Lilibeth, uma bela mulher de olhos azuis e 1m71 de altura. Mãe dos dois filhos de Collor, Arnon Affonso e Joaquim Pedro, Lilibeth retorna ao Rio depois da separação.

A ex-mulher de Collor não gosta de comentar a separação. Mas o próprio Collor, em entrevista em 87 à Revista Playboy, disse que a rejeição foi porque as mulheres de Maceió se sentiam diminuídas diante da beleza da herdeira Monteiro de Carvalho. “Essa situação caminhou para a instigação e provocação. Quando entrei para a prefeitura, a oposição fez uma campanha muito rígida. Ela não entendia aquilo, chorava, tinha pesadelos à noite”.

Sem aliança, conflito público

São Paulo — O primeiro sinal da crise conjugal entre Fernando Collor de Mello e Rosane Malta de Mello surgiu em 8 de agosto de 1991, quando o Presidente enviou ao Congresso Nacional o projeto de incentivos fiscais à cultura. Sem aliança e um botão de rosa na lapela do terno, Collor ofereceu o projeto à atriz Cláudia Raia, única artista a passar pelo gabinete presidencial antes do evento. Eles trocaram olhares durante toda a cerimônia, mas a atriz limitou-se a dizer: “Eu pedi tanto pelo projeto, insisti tanto, que ele mostrou que tinha assinado”.

Nos dias seguintes, Collor continuou aparecendo em público sem a aliança no dedo anular da mão esquerda, mas seus assessores diziam que se tratava de mero esquecimento.

O escândalo da LBA já ameaçava a paz do casal desde o dia 2 de agosto de 1991, o que motivou a antecipação da viagem de Collor a Fernando de Noronha, com os filhos Arnon e Joaquim Pedro, mas sem a mulher Rosane. Pouco depois, o presidente saiu em defesa da mulher, criticando os que tentavam destruir seu segundo casamento. E contestou as versões de que Rosane havia deixado a LBA por pressão do Palácio do Planalto.

Amigos do casal revelaram, porém, que a crise já se arrastava desde janeiro. Durante viagem a Maceió, Rosane reclamou em voz alta da ordem do marido para ocupar um outro carro no trajeto até o apartamento deles. “Eu não posso nem mais andar no mesmo carro que o presidente, porra”. Esse clima já impe-



Rosane: lágrimas conjugais

rava, entretanto, desde janeiro, quando da viagem à Antártida. Testemunhas garantiram, na época, que chegaram a voar pratos no acampamento do Brasil.

Em entrevista coletiva no dia 30 de setembro, o Presidente anunciou a superação da crise conjugal e afirmou que não haveria separação. Disse ainda que a mulher não tinha conhecimento dos problemas de corrupção na LBA. Fernando e Rosane voltaram a aparecer publicamente de mãos dadas em 18 de outubro, por ocasião da inauguração do Ciac da Vila Paranoá, em Brasília. Depois de fazer elogios à mulher durante seu discurso, beijou-lhe a testa.

Briga com irmão vira crise nacional

Dias após o depoimento do motorista Eriberto França, um amigo do presidente Fernando Collor esteve com ele, no Palácio do Planalto, e disparou taxativo: “Essa é a pior crise política atravessada pelo País desde a destituição de João Goulart pelos militares, em 64”. O Presidente ouviu calado, sem questionar. Esse mesmo amigo havia advertido o irmão caçula do Presidente, Pedro Collor, sobre as consequências institucionais que suas denúncias contra o empresário Paulo César Farias poderiam desencadear — Pedro não ouviu e transformou um conflito familiar numa crise nacional.

“Filhos são como setas — a gente as põe no mundo e elas se espalham”, disse certa vez, fatalista, a matriarca dos Collor de Mello, dona Leda. Ela bem que tentou manter uma trajetória harmoniosa para as setas, mas elas se separaram e transformaram a convivência familiar num jogo de intrigas, invejas e situações mal resolvidas ao longo dos anos. Os cinco irmãos não se entendem: Ledinha não gosta da irmã Ana Luíza, que por sua vez não gosta do primogênito Leopoldo, que não se entende com o caçula Pedro que detesta Fernando desde que se convenceu que o Presidente tentou seduzir sua mulher, Maria Tereza, durante uma separação do casal.

O clã Collor de Mello tem sua origem no casamento de Leda, filha de Lindolpho Collor, um dos líderes da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930 e, depois, seu ministro do Trabalho, com Arnon de Mello, deputado, senador e governador de Alagoas, filho de um senhor do engenho que não deixou herança a seus dez filhos. Quando a



D. Leda Collor não conseguiu evitar o conflito entre os filhos

fortuna do pai se perdeu, logo após a Primeira Grande Guerra, o menino Arnon vendia frutas colhidas no quintal de casa no mercado. Ainda adolescente, juntou-se ao grupo de intelectuais de Maceió, Jorge Lima, Aurélio Buarque, Valdemar Cavalcanti, Manuel Diegues Junior e o paraibano José Lins do Rego.

Arnon migrou com a turma para o Rio de Janeiro, com 19 anos, levando o dinheiro que a mãe, Lúcia, juntou amarrado na cueca. Foi repórter político, escreveu livros sobre a Revolução de 30 e se elegeu deputado federal em 1950, renunciando um ano depois para se elege governador de Alagoas, aos 38 anos. Em 1963, Arnon protagonizou uma grande crise: no plenário do Senado, ele trocou tiros com o

senador Silvestre Péricles e acabou matando o senador José Kairala, do Acre. Nos anos 50 ele passou a reconstruir a fortuna da família, por meio de negócios imobiliários no Rio e de comunicações em Alagoas, onde montou um jornal, uma bem equipada emissora de televisão e duas estações de rádio (AM e FM).

Foi esse pequeno império familiar, que tem 700 funcionários e fatura cerca de US\$ 12 milhões ao ano, que Arnon, ao morrer em 1983, legou à mulher Leda, que ficou com 75% das ações, e aos cinco filhos Leopoldo, Leda, Ana Luíza, Fernando e Pedro, cada um com cinco por cento das ações. É na administração das empresas que começam as rusgas entre os irmãos



Arnildo Schultz

“O fato de ser parente do Presidente, conhecido do Presidente ou amigo do Presidente, não dá a essa pessoa ou a essas pessoas o direito de ter um salvo-conduto”

República de Alagoas, um reduto dos Malta

A política da República de Alagoas nos últimos 90 anos — contam os políticos locais mais velhos — começa com as oligarquias dos Malta e dos Fernandes Lima, que dominaram o Estado no início do século. Durante 20 anos as duas famílias revesaram-se no governo estadual e no controle do sertão e da zona da mata. Pelos Malta, o “coronel” Euclides e o irmão Joaquim. Euclides Malta foi governador e deputado federal e aparece em um livro de Afonso Arinos, sobre os 150 anos do Congresso.

A partir das revoluções dos tenentes nos anos 20, os Malta perderam terreno. Euclides, já velho, recolheu-se a Mata Grande, no alto sertão. Na revolução de 30, a família Góes Monteiro passou a dominar e manteve o controle político até 1950. O general Góes Monteiro, que foi ministro da Guerra de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, fez governador em 35 o professor Osmar Loureiro de Farias e, em 37, com o golpe do Estado Novo nomeou interventou de Alagoas o irmão Ismar Góes Monteiro. Em 47, após a ditadura Vargas, o general elegeu outro irmão, Silvestre Péricles.

Os Góes Monteiro eram duros e dominavam o Estado com mão de ferro. Em 1950, porém, a família se desentendeu. De um lado ficaram Ismar, então senador e presidente do PSD, e o irmão Edgard. O general e Silvestre foram para o PST. Silvestre era o governador e tinha fama de imbatível, tanto que o seu candidato à sucessão, Luiz Campos Teixeira, por pouco não ficou sem concorrentes. Os líderes da UDN — Mário Gomes de Barros, Freitas Cavalcanti e Rui Palmeira — eram deputados federais e não quiseram se arriscar a perder e ficar sem mandato.

Foi assim que a política alagoana passou a conhecer efetivamente a família Mello — mais tarde Collor de Mello. O jovem Arnon desde cedo mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi trabalhar no Diário de Notícias, que tinha como diretor o ex-governador de Alagoas, Costa Rêgo. Foi correspondente de guerra. Na volta, casou-se com Leda, filha do ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, dedicou-se ao ramo imobiliário. Seus adversários de Alagoas dizem que Arnon ficou rico comprando terrenos na área onde mais tarde seria construída a Avenida Brasil, por causa da sua amizade com Alzira Vargas.

Já com fama de incorporador imobiliário, Arnon de Mello disputou uma cadeira de constituinte em 46 por Alagoas. Ficou na suplência. Como os candidatos naturais ao governo do estado em 50 não quiseram disputar, Arnon ofereceu-se porque não tinha nada a perder. Por exclusão, foi aceito e ganhou folgado a eleição.

A campanha de 50 marcou o estilo Arnon de Mello e registrou, por outro lado, os primeiros conflitos de grande repercussão envolvendo os Malta. Diz o anedotário político alagoano que o candidato Arnon de Mello usou o fato de ser a máquina de costura o maior sonho de consumo no interior do estado. Comprou uma “Singer” e a cada comício presenteava uma eleitora com a máquina. Depois do comício colocava a mesma máquina no carro e partia para outra cidade. Assim “distribuiu” máquinas de costura no estado inteiro e ganhou a eleição.

No caso dos Malta, a família envolveu-se em um grande tiroteio na praça principal de Mata Grande. O prefeito local, Moacir Peixoto, era do PST e ligado ao governador Silvestre Péricles. Uma parte da família Malta apoiava o prefeito — era o coronel Pompílio Malta (avô de Rosane Collor), casado com uma filha do ex-todo-poderoso Euclides. A outra parte, liderada por Antônio Malta (tio-avô de Rosane), apoiava o candidato da UDN. O senador Ismar resolveu então ir a Mata Grande prestigiar a parte da família que lhe dava apoio, mas anunciou-se na cidade que Ismar iria, em realidade, desmoralizar o p r e f e i t o .



Cláudio Humberto, Cleto Falcão, Renan Calheiros, Leopoldo Collor e Zélia Cardoso, a base da República de Alagoas

Os dois grupos encontraram-se em frente à prefeitura e houve o conflito. No tiroteio morreu Urbano Malta, um filho e uma filha dele. O senador saiu ferido nas costas. Peixoto perdeu a eleição e fugiu para Goiás. voltou a Alagoas 12 anos depois e se elegeu deputado estadual.

Em 1963, Peixoto saía da Assembleia Legislativa e foi morto a tiros por Urbano Malta Filho, que era criança quando o pai e os irmãos morreram no conflito. Urbano Filho foi absolvido em júri popular e, hoje, é candidato a vereador por Maceió, pelo PSC.

Há também uma história de crime de morte, com grande repercussão na mesma época, envolvendo o nome de Arnon de Mello em Alagoas. Ele tomou posse no governo, mas Getúlio Vargas ainda era o presidente e, para prestigiar o general Góes Monteiro, nomeou Campos Teixeira (o candidato derrotado) para a Caixa Econômica. Arnon tentou impedir e ameaçou o adversário. Três meses depois, Campos Teixeira foi morto a tiros pelo deputado Oséas Cardoso, do PTN e aliado do governador.

Há um lado irônico na atuação política de Arnon de Mello, relacionado com a crise que o filho Fernando enfrenta agora. Candidato por acaso a governador em 50, Arnon era adversário, em 57, do então

governador Muniz Falcão. E foi o principal articulador, pela UDN, do impeachment — o primeiro caso registrado no Brasil — movido pela Assembleia Legislativa contra Falcão, que tinha apenas 12 dos 35 deputados. O processo demorou quatro meses, houve tiroteio e mortes em plenário, dividiu a sociedade local. A Assembleia acolheu o pedido de impeachment. Constituiu-se um tribunal com cinco deputados e cinco desembargadores. Muniz Falcão ganhou por um voto.

É QUEM — A República de Alagoas tem uma bancada de oito deputados federais. Três de oposição: Thomaz Nonô e Olavo Calheiros, ambos do PMDB, e Mendonça Neto, do PDT. Os da situação são Antônio Holanda, Luiz Dantas e Augusto Farias, do PSC; Vitório Malta, PDS, e Roberto Torres, do PTB. Dos 27 deputados estaduais (o número foi reduzido com relação ao fim dos anos 50) praticamente todos são da situação, não há oposição aberta ao governador Geraldo Bulhões (PSC).

Apesar de o senador Divaldo Suruagy (PMDB) aparecer, no momento, como candidato mais forte à sucessão de Bulhões, ele não tem cargos no estado — Suruagy é ligado às famílias Amaral, Torres e Maia, resquícios das antigas oligarquias. Os deputados federais, se-

gundo o ex-líder do PRN na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros, estão insatisfeitos com Bulhões porque ele lançou a mulher Denilma candidata à Câmara sem consultar a ninguém. Denilma estaria usando um helicóptero, comprado pelo governo do estado, para percorrer todo o território alagoano e se eleger a deputada federal mais votada em Alagoas — o que significa tirar votos da bancada da situação.

Controlando toda a máquina estadual, o homem forte em Alagoas, hoje, é o governador Geraldo Bulhões. Tem ligação pessoal com todos os seus secretários estaduais. Mesmo os que nomeou para agradar correligionários, como os Malta, ou o senador Guilherme Palmeira. Os Malta tiveram o maior contingente nos cargos públicos. Companhia Energética de Alagoas (Ceal), a estatal mais importante, está Laércio Malta, tio de Rosane. A Fundação do Bem-Estar do Menor, até o mês passado era dirigida por Sandra Malta, cunhada de Vitório Malta, deputado federal pelo PDS. Ela foi exonerada sob suspeita de desvio de verbas da Fundação Centro Brasileiro da Criança e Adolescência (FCBIA). Eraldo Malta, deputado estadual, era o secretário da Indústria e Comércio — desincompatibilizou-se para concorrer à prefeitura de Mata Grande.

Há, ainda, José Carlos Malta, nomeado recentemente para uma das chefias da Procuradoria Geral do Estado. Até a nomeação, José Carlos era um dos críticos da própria família.

A segunda família mais aqinhoadada por Bulhões é neófito em política: os Farias, cujo chefe é o empresário Paulo César, o PC. Cláudio Farias, vereador de Maceió, era o secretário de Saneamento e Energia — deixou o cargo para disputar a reeleição. Para compensar, o governador chegou a anunciar Luiz Romedro Farias para a Secretaria de Saúde. Ele estava deixando o Ministério da Saúde, no qual era o todo-poderoso secretário geral, no tempo de Alcení Guerra. Com o escândalo PC, Bulhões recusou. Augusto Farias, deputado federal pelo PSC, seria o candidato do governador à prefeitura de Maceió. Também por causa do escândalo PC foi aconselhado a desistir. Cláudio, Luiz Romero e Augusto são irmãos de PC.

O senador Guilherme Palmeira tem o irmão, Godofredo, secretário de Planejamento. Por causa de Fernando Collor, o senador influi no governo. É dele o nome de José Bernardes, (PFL), deputado estadual e 1º secretário da Assembleia, para concorrer à prefeitura no lugar de Augusto Farias. Palmeira não tinha gostado nada da manobra de PC para eleger o irmão Augusto, prefeito. Comenta-se em Maceió que PC comprou por US\$ 5 milhões a renúncia do ex-prefeito João Sampaio, no início do ano. Acusado de irregularidades administrativas, Sampaio, prejudicaria a campanha de Augusto com o seu apoio. PC teria armado a seguinte estratégia: colocar o suplente de vereador Pedro Vieira (PSC) na prefeitura, para garantir o apoio da máquina municipal sem o peso da má fama de Sampaio. A estratégia passou pelo governador Bulhões e pelo Palácio do Planalto. Assim, Maceió é a única capital que tem hoje um prefeito biônico — Vieira foi eleito pela Câmara de Vereadores, em um episódio de grande repercussão em Alagoas. João Sampaio apresentou a desculpa que estava saindo para se candidatar a vereador. Não se candidatou. O ex-governador Moacir Andrade tem a irmã Alita Andrade, secretária da Cultura. Foi, porém, nomeação pessoal de Bulhões, com quem Moacir brigou antes mesmo da posse do novo governador. Hoje, além de adversários, são inimigos. Uma das marcas de Bulhões é a centralização do poder. Nenhum secretário toma decisão sozinho.

Augusto Farias, irmão de PC, desistiu de disputar a Prefeitura

Contradições abalam slogan da moralidade

Eleito o mais jovem governador de Estado do Brasil, com 37 anos de idade, Fernando Collor de Mello ganhou projeção nacional ao abrir sua temporada de caça aos marajás em Alagoas. Conseguiu, com isso, condições para estabelecer uma meteórica ascensão política, que culminou na sua eleição à Presidência da República. Ao final do mandato de governador, já candidato à vaga de presidente do Brasil, Collor enfrentou um desgaste: denúncias de que ele próprio havia engordado os salários dos marajás.

Logo depois de tomar posse, em 87, o jovem governador mandou reabrir inquéritos sobre os 800 assassinatos impunes cometidos pelo chamado “sindicato do crime” — uma organização de coronéis do interior alagoano, especializada em mortes por encomenda. Numa terra onde a morte era moeda de troca, Collor determinou uma severa operação de apreensão de armas de fogo.

Collor apresentou-se como o “caçador de marajás” mas levava para o governo estadual a desconfortável acusação de ter nomeado três mil funcionários enquanto prefeito de Maceió. Collor disse ter sido tapeado. Segundo contou, havia aprovado 400 contratações para preencher vagas em escolas.

Em abril do mesmo ano Collor começou o confronto com o governo federal. Lançou sua defesa em favor de mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, alegando que faltava legitimidade ao presidente da República. Em junho, desligou-se do PMDB, atribuindo sua atitude “ao comportamento vergonhoso” do partido, cuja maioria aprovava o mandato de cinco anos para Sarney.

No papel de “inimigo nº 1 de Sarney”, Collor conseguiu se transformar em fenômeno nacional. Ao final do primeiro semestre de 1987, pesquisa do Ibope concluía que Collor era considerado o melhor governador eleito do País — 70% dos alagoanos consideravam sua administração boa ou regular.

Depois de suspender o pagamento dos salários dos marajás por um ano, o Tribunal de Justiça de Alagoas pediu ao STF a intervenção no Estado. Diante da ameaça, Collor avisou: “Só o povo me tira daqui”. Ao final do primeiro ano, porém, o governo Collor já apresentava desgastes. Já havia deixado Alagoas nada menos do que 90 vezes e tirado férias aos nove meses de mandato. O Estado sentia que Collor passava tanto tempo fora que não poderia se dedicar à administração.

Candidato à sucessão da Presidência da República, Collor começou a enfrentar a maior crise de seu governo. O combate aos marajás não deu certo. Apesar de, no início de governo, ter conseguido do Supremo uma liminar extinguindo os benefícios dos marajás e reduzindo-lhes os salários em 50%, meses depois o STF, ao julgar o mérito da questão, deu ganho de causa aos marajás e obrigou o governo alagoano a pagar todos os atrasados.

Para piorar a situação, em outubro de 1987, o próprio governador Collor de Mello sancionou uma lei passando de 15% para 70% a gratificação de representação paga aos funcionários de nível especial. Com isso, alguns marajás passaram a ganhar mais do que antes da gestão Collor.

Com uma folha de pagamento quase 50% maior do que a arrecadação total, Collor começou o processo de desgaste. Perdeu o prestígio junto ao funcionalismo ao demitir 15 mil servidores. Acordos com usineiros provocaram o endividamento do Estado e a arrecadação do ICM caiu em razão da exagerada anistia fiscal. Acusado de gastar em demasia nas viagens ao exterior, acossado de um lado pelos usineiros e do outro pelo funcionalismo, partidos políticos e sindicatos, o governador de Alagoas terminou seus dois anos e dois meses de mandato evitando sair às ruas.



“O Brasil pode estar tranqüilo de que no momento em que tomarmos posse na Presidência, devolveremos à nossa Pátria a tranqüilidade para voltar a trabalhar e retomar a trilha do crescimento econômico com bem-estar e justiça social”

(Em 06.01.90)

Corrupção e inflação derrotaram as promessas

A campanha de Fernando Collor à Presidência da República foi marcada por uma avalanche de promessas, entre as quais reduzir a inflação de 35% para 3% ao mês, acabar com a corrupção e colocar o Brasil entre as principais nações industrializadas do mundo. Nenhuma dessas metas foi cumprida. O político “alagoano” não conseguiu fazer jus à fama de caçador de marajás, que o tornou conhecido no País ao ponto de viabilizar sua candidatura. Funcionários com altos salários, que ele prometeu alijar do governo, continuam recebendo vencimentos integrais.

Quando se lançou candidato à sucessão de Sarney, no final de 87, Collor se dispunha a estancar o que chamava de “enorme crise de imoralidade” do governo. “Temos que pôr na cadeia os que estão pilhando o Brasil”, pregava. Foi batendo duro nesse “governo nojento” que o candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), sigla que sugeria um partido reformista, conseguiu ascender rapidamente nas pesquisas. Dos 10 pontos percentuais que vários institutos lhe atribuíam em março de 89, logo depois de assinar a ficha de filiação no PRN, avançou para 22% em julho, à custa de um discurso contundente e um caudaloso repertório de promessas.

Em agosto, Collor tinha 36% das intenções de voto, segundo as pesquisas, e adotava o estilo “colorido”, prometendo um Brasil bonito, competente e viável, sem se afastar, entretanto, do que dizia serem as metas básicas: o combate à inflação, a implantação do capitalismo com riscos, o resgate da confiança na classe política: “Vou colocar na cadeia os ladrões da Nova República”, disse, num dos constantes ataques ao governo do então presidente José Sarney. No último comício antes do segundo turno, em novembro de 89, fez mais uma promessa de palanque: transformar Alagoas num dos Estados mais prósperos do País.

A não aceitação do terceiro-mundismo marcou a definição do plano de governo do então candidato Fernando Collor. “Vamos trazer o Brasil de volta à modernidade”,

proclamou. A privatização das estatais, a modernização da indústria nacional, a descentralização das negociações da dívida externa e um substancial aumento no salário mínimo foram as propostas para colocar o Brasil na direção do Primeiro Mundo. Collor pretendia assegurar um crescimento da economia entre 6% e 7% ao ano, para acabar com a miséria no País.

Acima de tudo, o combate à inflação. “O compromisso que eu mantenho é o de reduzir, no espaço de 18 meses, a inflação a no máximo 3% ao mês”, dizia em fevereiro de 90, já eleito Presidente. Mais tarde, ele comparava a inflação a um tigre e prometia matá-lo com uma só bala. Um ano e meio depois de sua posse, a inflação chegava aos 12% e, meses depois, passava de 20%. O tiro de Collor não tinha sido suficiente para abater o tigre. O crescimento real do salário mínimo também não se concretizou e a Economia, afetada pelas tentativas frustradas de controlar a inflação, precipitou-se na recessão. Ao invés dos 47% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) até o fim do governo, houve queda de 4% no primeiro ano, da qual o País ainda não se recuperou. A recessão atropelou outros projetos, como a modernização da indústria e privatização das estatais. Discreto sucesso foi obtido na reforma fiscal: em 90, o setor público registrou o primeiro superávit da história, de 1,3% do PIB, mas à custa do “calote” na dívida pública. Em 91, o déficit do setor público ficou em 2,2% do PIB.

A promessa de combater a corrupção e acabar com os marajás, termo que adotou para designar funcionários públicos que recebiam sem trabalhar, rendeu muitos dividendos políticos ao candidato Collor. “Ele apresenta-se como amigo do povo e inimigo de tudo o que irrita o eleitor hoje em dia”, analisava em 89 o deputado Delfim Netto (PDS-SP). Seu estilo confundia-se com o do ex-presidente Jânio Quadros: como se empunhasse uma vassoura, pretendia varrer a corrupção. “Meu primeiro ato como presidente da República será man-



Em campanha, Collor motivou o eleitor com promessas de emprego e chances para os descamisados

dar para a cadeia um bocadinho de corruptos”, disse à revista “Veja”, em 29 de novembro de 89.

Collor nem acabou com os marajás — milhares de servidores continuam em disponibilidade recebendo vencimentos sem trabalhar — nem foi eficiente no combate à corrupção. Já no segundo ano de governo, eram contabilizados 28 casos de escândalos, denúncias ou suspeitas de irregularidades na administração federal. Muitos envolviam integrantes da chamada “República das Alagoas” — o grupo de amigos e assessores presidenciais que acompanhava Collor desde que ele governou o Estado entre 87 e 89 — e a própria mulher do presidente, Rosane.

No auge da campanha eleitoral, em agosto de 89, quando Collor beirava os 40 pontos percentuais na preferência dos eleitores, seu então aliado político, o deputado Renan Calheiros, lançava uma profecia. “Fernando é o candidato Mike Tyson; ninguém será capaz de vencê-lo”. O ex-campeão mundial dos pesos-pesados sofreu uma queda no ringue, mas perdeu a luta para si mesmo. Acusado de estupro, cumpre pena de prisão nos Estados Unidos.

Collor foi vítima da corrupção que sempre alegou combater. Em maio de 88, acusou o então ministro da Educação do governo Sarney, Jorge Bornhausen, de ter ido a Maceió com uma “mala preta” pa-

ra aliciar seus aliados e prejudicar sua candidatura. Quatro anos mais tarde, Bornhausen era um dos únicos ministros fiéis a ele. Sua investida contra os corruptos limitou-se a determinar à Polícia Federal a apuração de alguns casos, que resultaram em processos ainda em andamento. A austeridade prometida limitou-se às ações iniciais, como o fim da chamada Península dos Ministros, com a venda de 34 mansões em Brasília.

Considerada a base da revolução tecnológica que pretendia realizar no País, a Educação recebeu muito pouco do governo. Collor prometera erguer 5.000 Centros Integrados de Assistência à Criança

(Ciacs), mas até julho de 92 seu governo tinha inaugurado apenas três. Seus planos para a Saúde não conseguiram evitar que a cólera se alastrasse pelo País. A promessa de melhorar a situação dos aposentados esbarrou no impasse provocado pela negativa de conceder o reajuste de 147% obtido pela classe na Justiça. Na Agricultura, Collor não conseguiu levar adiante o projeto de reforma agrária que previa, no início do governo, o assentamento de 140 mil famílias no campo. O governo comemorou, no início de 92, a super safra de 69,5 milhões de toneladas de grãos, mas dados da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) registraram perdas de 30% da produção entre a colheita e o armazenamento.

Superstição virou conselheira

Ainda candidato, Fernando Collor, mesmo sem confessar, já levava em conta as previsões da vidente mineira Neila Alkimin. No dia 28 de outubro de 1989 — data em que deveria sofrer um atentado — fez uma pausa em sua campanha e ficou em casa. Neila Alkimin nega essa previsão. Assessores de Collor negam a relação. Mesmo assim, na época, ele visitou diversos videntes, entre os quais o médium Chico Xavier. No dia 29 de outubro retomou a campanha.

Aos 14 anos, em Araxá (Minas Gerais), Fernando Collor soube, através das cartas de tarô, como seria seu futuro. Dona Maria, reconhecida na estância pelas suas previsões, vaticinou: a Prefeitura de Maceió, o governo de Alagoas e depois a Presidência da República. Na época, Collor recorreu às cartas apenas para saber se iria se casar com a pernambucana Márcia Nejaín, sua namorada. Não se casou com Márcia e chegou a Presidente. Sua campanha presidencial durou dez anos.

Atento às advertências de conselheiros espirituais e de ocultistas, Collor sempre deu importância a hábitos conhecidos por afastar a má sorte. Dos mais simples — passar debaixo de escadas e fugir de gatos pretos — aos mais requintados — aumentar a cota habitual de charutos (três por dia), quando se encontra com alguém perseguido pelo fracasso. E mais: não entrar pela porta dos fundos; entrar em todos os lugares com o pé direito; sair sempre pelo mesmo lugar que entrou; não pegar o saleiro passado por outra pes-



Devoção aos santos, outra característica de Collor

soa para evitar inimizades; não deixar roupas pelo avesso; nunca dormir com os pés virados para a porta do quarto.

Durante a campanha, em vários comícios usou um “botton” quebrado. Temia as consequências, caso jogasse fora. Certa vez devolveu um collar de flores, presente do eremita José Gerson Costa, que vive na Floresta da Tijuca, no Rio. Desconfiou que o presente era com flores de despacho e tratou de se livrar dele.

Antes das eleições, o Presidente e sua mulher Rosane Collor consultaram pelo menos seis videntes.

Usineiros trocam Ação por apoio

Os usineiros de Alagoas, tradicionalmente, bancam ou simplesmente contribuem para as campanhas políticas locais. Isso ocorreu também nas campanhas de Collor ao governos estadual e federal. Collor, porém, como marketing de campanha ao governo do estado (da mesma forma que fez com a Fiesp em 89) alardeou uma disputa com o setor. Em represália, os usineiros entraram com ação judicial para reaver o ICMS que haviam pago nos 10 anos anteriores — em 1977 o Supremo Tribunal Federal havia decidido que os usineiros eram isentos de pagar imposto sobre a cana própria, mas eles continuaram pagando, atendendo a apelo do então governador Divaldo Suruagy.

A ação duraria pelo menos 10 anos em tramitação na Justiça, de acordo com o advogado de Maceió. Para surpresa geral, o governador Collor, antes mesmo de a ação ser distribuída no Fórum local, propôs um acordo para devolver o dinheiro. O acordo foi articulado por PC Farias e homologado em 88. Foi feito com 19 usinas (18 cooperativadas) e permanece em vigor — por ele as empresas estão sendo ressarcidas, em 120 meses, em cerca de US\$ 65 milhões. Apesar do escândalo entre as oposições alagoanas ninguém reclamou. Até hoje fala-se em Maceió que Collor recebeu US\$ 12,5 milhões de comissão. O assunto, mais do que nunca, continua tabu em Alagoas por causa da eleição à Procuradoria da República. Até os inimigos, que fornecem a informação, pedem para não ser citados com medo de represálias e processos judiciais. Do total do dinheiro, conta-se que PC ficou com US\$ 2

milhões, Mário Jorge Uchoa com US\$ 800 mil e outros dois ou três, menos cotados, com quantias menores.

Animado com o sucesso da primeira transação e precisando se capitalizar para a campanha presidencial, Collor “atendeu” os 11 usineiros não cooperativados que ficaram de fora do primeiro acordo. Foi tudo preparado, mas não houve tempo de homologar na Justiça — Collor se desincompatibilizou na primeira quinzena de maio.

Ocorre que a 19 de maio de 89, o promotor de Justiça Luciano Chagas, hoje na 2ª Vara da capital, denunciou formalmente o segundo acordo poucos dias depois da saída de Collor. No mesmo dia Moacir Andrade — que, como todos em Alagoas, achava a candidatura Collor uma mera aventura — demitiu o procurador Mário Jorge Uchoa, deixado por Collor para tocar a homologação de acordo na Justiça. Andrade encaminhou pedido de cancelamento do acordo na Justiça. Os usineiros perderam o prazo para o recurso, junto ao juiz da 15ª Vara, Adalberto Correia de Lima, mas depois recorreram ao Tribunal Federal de Recursos, em Brasília. Juristas alagoanos afirmam que é causa perdida para os usineiros. Enquanto isso, em Maceió, o juiz Adalberto Lima dava uma primeira sentença cancelando o acordo. A definitiva está por sair. Semana passada ele disse que dará até agosto.

Na prática, o segundo acordo está anulado, mas vigora. A empresa Mendo Sampaio e outros nove usineiros (10 dos 11 participantes

do segundo acordo) entraram, no dia 20 de julho de 89, na mesma 15ª Vara da capital, com um mandado de segurança pedindo que lhes fosse assegurado não só a isenção do ICMS (como há havia decidido o STF, em 77), mas também a devolução do imposto que haviam pago nos últimos cinco anos. Em suma, a mesma coisa que dizia o acordo.

O juiz Adalberto Lima concedeu a liminar dois dias depois e fez o pedido de informações à Secretaria da Fazenda. Apesar da gravidade do assunto, a Secretaria não se manifestou. No dia 8 de julho de 92, o Diário Oficial do Estado publicou a sentença definitiva no mandado de segurança atendendo os usineiros, que estão sendo creditados do ICMS (da mesma forma que os 19 do primeiro acordo), desde julho de 89. O governo do estado teve até o dia 8 de agosto para recorrer.

O que se fala em Alagoas é o seguinte: Moacir Andrade queria se vingar de Collor, quando denunciou o acordo iniciado pelo antecessor. Os usineiros começaram a pressionar Collor porque haviam pago a comissão antecipadamente — de acordo com a denúncia formal do promotor Luciano Chagas, 20% do montante da transação, US\$ 69 milhões. Andrade foi chamado a Brasília e levou a maior bronca do candidato à Presidência da República — a esta altura a candidatura não era mais aventura e Collor aparecia bem nas pesquisas. A “saída” foi o mandado de Segurança.

O secretário da Fazenda, em julho de 89, era o mesmo Luiz Dan-

tas que ocupara a pasta no governo Collor e participara do 1º acordo. Em agosto Dantas deixou a secretaria e até a semana passada os procuradores do estado não sabiam do mandado de segurança. “Ficou engavetado com o secretário”, disse um procurador. Ele explicou que, nesses casos, o pedido de informações da Justiça vai para a secretaria ligada ao problema. O secretário providencia as informações e manda o processo à Procuradoria Geral do Estado para as providências de praxe. O processo 315/89 (o mandado de segurança em questão) nunca chegou à Procuradoria Geral, diz o procurador. O juiz Adalberto Lima confirmou que não recebeu as informações, nem outro recurso do governo estadual nesses três anos que demorou para dar a sentença final. O caso agora está no Tribunal de Justiça de Alagoas.

Relatório — Em Alagoas existem 7 mil plantadores de cana (85% dos quais pequenos produtores), 27 usinas (de propriedade de 22 famílias) e nove destilarias de álcool — as maiores autônomas. A cana é plantada em 450 mil hectares, o que representa 35% do território do estado — a maiores concentrações ao norte e ao sul, na parte mais úmida, a zona da mata. A safra 91/92 foi de 6,8 milhões de toneladas de cana e 75% da produção destinadas à produção de álcool. A tonelada de cana na esteira (entregue na usina para moagem) custa Cr\$ 48.876,07, o preço líquido. O preço bruto é de Cr\$ 62.272,60, incluindo-se os 17% de ICMS e mais 6% de taxas. A produção atual representa Cr\$ 42,3 trilhões, o que renderia em ICMS Cr\$ 7,1 trilhões.



“Vamos retomar o desenvolvimento, muito mais rápido do que se espera e por caminhos seguros: sem inflação, com regras nítidas na economia, com uma máquina governamental séria, sem corrupção mesmo”

(Em 20.04.90)

Chancelaria tem posição omissa durante Governo

A organização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (Rio-92) é a exceção à regra da omissão na política externa brasileira em dois anos e meio do governo Collor. Na Rio-92, o Brasil livrou-se do vexame de vir a ser considerado o “vilão” do meio ambiente, que era o temor do governo, e conseguiu o feito de sair-se como país anfitrião, bem organizado e com boas intenções em favor do desenvolvimento sustentado, que provocou a admiração dos dirigentes até de países do Primeiro Mundo. O saldo da atuação do governo Collor na área diplomática revela uma ação retardada e movida pelo impulso dos acontecimentos externos. Não houve uma política ou uma estratégia de governo na área externa.

Foi assim na guerra do Golfo, em janeiro de 1991, quando o Itamaraty precisou recorrer ao prestígio e habilidade pessoal do embaixador do Brasil em Londres, Paulo Tarso Flecha de Lima, para conseguir retirar os brasileiros que estavam no Iraque. O incidente com o avião de garimpeiros brasileiros — metralhado pela Guarda Nacional venezuelana em 16 de janeiro passado — serviu para mostrar a inoperância da chancelaria. Mesmo depois de as imagens do avião metralhado serem divulgadas pela televisão brasileira, comprovando o ataque à aeronave, o Itamaraty relutava em confirmar oficialmente o fato, para não criar um contencioso com o governo da Venezuela.

O ingresso do Brasil no mercado comum dos países do Cone Sul — Mercosul — começou, na área interna, com várias trapalhadas. Para livrar-se de um problema político, Collor deu ao ex-ministro da Educação, Carlos Chiarelli, um Ministério Extraordinário para Integração Latino-Americana, que nunca existiu. Chiarelli foi bombardeado pelo Itamaraty e criou um grande constrangimento interno. Sem pasta e sem equipe, o ministro extraordinário foi demitido em 24 de janeiro deste ano. Numa entre-

vista melancólica, Chiarelli alegou “razões de foro íntimo” para deixar o cargo.

Em abril último, Collor entregou o comando da política externa ao tucano intelectual Celso Lafer e reconduziu o ex-chanceler Francisco Rezek ao Supremo Tribunal Federal. Lafer, que assumiu o Itamaraty às vésperas da Rio-92, subdividiu o trabalho da Chancelaria em dois temas básicos: os relativos ao Brasil subdesenvolvido (como o problema do garimpo e das fronteiras) e os inerentes ao Brasil moderno, como o acesso à tecnologia do Primeiro Mundo. Segundo o ministro, em balanço de sua área feito durante a última megareunião ministerial, em 15 de maio, a tarefa diplomática tem um tempo variado e consiste em “traduzir necessidades internas e impossibilidades externas”, o que chama de agenda interna e externa. O tema é complexo — justifica Lafer — porque envolve um país de contrastes, com problemas de nação subdesenvolvida e de país moderno.

Até o fim de sua administração, entretanto, Lafer também não deixou marcas no Itamaraty, casa que sofreu no governo Collor dois tipos de assédio. Ali o presidente Fernando Collor foi buscar a mão-de-obra qualificada para o resto do governo. Cercou-se de diplomatas no Planalto e na Esplanada dos Ministérios. Tendo um cunhado diplomata como seu braço direito na Presidência, o embaixador Marcos Coimbra, Collor deixou também que o Itamaraty se consumisse em brigas internas pelas decisões de Coimbra em modificar a estrutura da carreira e a organização do Ministério, onde ele havia amargado o desprestígio em postos menos nobres. Os diplomatas, nesses dois anos e meio, passaram seus dias discutindo se deveria haver três, duas ou nenhuma subsecretaria geral, e se foi acertada ou não a medida de criar a expulsória aos 15 anos de posto.



A tradicional solenidade da descida da rampa marcou uma época de grande popularidade de Collor

Palácio usa a rampa no marketing político

São Paulo — O marketing político de Fernando Collor de Mello apostou firme nas atividades de maior apelo popular. Por isso mesmo as solenidades de subida e descida da rampa do Palácio do Planalto passaram a integrar o calendário turístico de Brasília. Além das aparições públicas de Collor, sempre bem disposto, havia a atração de seus convidados, não só ministros, assessores e parlamentares, mas também personagens de destaque durante a semana, nos mais diversos setores, e artistas.

O clima positivo da solenidade, entretanto, não durou muito. Em 23 de março de 91, José Darionísio Pereira da Cruz foi preso numa dessas solenidades, sob a acusação de atentar contra a vida de Fernando Collor. Darionísio portava uma faca de cozinha e um bilhete, no qual explicava que sua intenção não era a de matar ou ferir Collor, mas apenas chamar a atenção para o fato de estar desempregado. Em 28 de junho do mesmo ano, mil professores, alunos e funcionários da Universidade de Brasília e trabalhadores sem-terra de Alto Floresta, no Mato Grosso, vaiaram Collor durante toda a cerimônia. Ele lembrou seus tempos de campanha. Com os punhos cerrados, gritou diversas vezes: “Tudo pelo Brasil”.

Excentricidade, uma constante

São Paulo — O nome de Fernando Collor de Mello está nas páginas dos jornais todos os dias, não só por sua atuação política frente a um País em crise, mas também por suas extravagâncias e escândalos. Logo depois de eleito presidente, provocou surpresa geral ao embarcar para as Ilhas Seychelles com a esposa Rosane, onde passaram o réveillon. Cercada de mistério, essa viagem transformou-se no primeiro escândalo do novo governo. O frete do jato Falcon 900, alugado a uma empresa suíça, custou 300 mil dólares, quantia que nem mesmo todo o patrimônio do então recém-empossado presidente seria suficiente para pagar.

A projeção internacional de Fernando Collor passou por sua inclusão na lista das 50 pessoas mais bonitas do mundo, segundo seleção realizada pela revista norte-americana “People”, no primeiro semestre de 90. Definido como “um presidente dinâmico e desportista”, Collor apareceu na listagem ao lado de personalidades como a princesa Diana, os atores Michelle Pfeiffer, Paulina Porzko, Paul Newman, Tom Cruise, Kevin Costner e Mel Gibson, além de John F. Kennedy Jr., entre outros.

Esse novo estilo de governar um País problemático resultou, porém, em reportagens que de uma forma ou de outra arra-

nharam a imagem que vinha sendo arduamente construída. Em setembro de 90, Jucineide Bras da Silva, ex-funcionária da prefeitura de Maceió, veio a público para dizer que Fernando Collor era pai de seu filho James Fernando Brás da Silva, então com 10 anos de idade. O menino foi registrado como filho dos pais de Jucineide, Gerdo e Luiz. Jucineide afirmou, na ocasião, que recebeu ajuda financeira para o parto, foi contratada como assistente administrativa pela Fundação Educacional de Maceió sem obrigação de comparecer ao trabalho. “um marajzinho”, como ela mesma se definiu e recebeu, durante três anos, depósitos regulares em dinheiro. Essa ajuda financeira foi extinta quando ela passou a viver com o fazendeiro Pedro de Holanda Cavalcanti, morto de emboscada anos mais tarde.

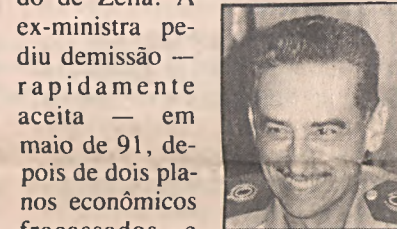
No domingo de 16 de dezembro de 1990, Collor dirigia a Veraneio FC-1989, próximo à Casa da Dinda, quando atingiu em cheio a kombi do comerciante Geraldo Reis. Collor bateu quando tentava entrar no atalho que leva ao bosque de eucalipto, onde costumava correr. Ele não parou para ver se havia alguém machucado e muito menos para conversar sobre os estragos que provocou na Kombi. O comerciante, que tem uma chácara a seis quilômetros do local da colisão, considerou o acidente “uma barbearagem”.

Só ministros militares não foram mudados

São Paulo — O governo Collor foi marcado pela instabilidade também na composição de seu Ministério. A equipe inicial, montada com tempo e cuidado durante o chamado período de transição, não demorou muito para começar a desmantelar-se. Restam hoje do quadro original apenas os ministros militares — Carlos Tinoco, do Exército, Mário Flores, da Marinha, e Sócrates Monteiro, da Aeronáutica.

O primeiro a sair, antes de “esquentar” a cadeira, foi o ex-ministro da Agricultura, Joaquim Roriz, que preferiu disputar o governo do Distrito Federal. Mas a “dança” do Ministério de Collor começou literalmente ao som de um bolero, que derrubou o ex-ministro da Justiça, Bernardo Cabral, envolvido em rumoroso caso de amor com a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Foi a primeira grande crise do governo: Bernardo e Zélia, que até então haviam se limitado à troca de bilhetinhos em que ele elogiava as pernas da colega nas reuniões ministeriais, dançaram de rosto colado o bolero “Besame Mucho”, na festa do 37º aniversário da ministra, em setembro de 90, no Clube das Nações, em Brasília. Cabral estava casado há 35 anos e Collor exigiu sua saída, 15 dias depois. Foi também o começo do fim do reinado de Zélia. A ex-ministra pediu demissão — rapidamente aceita — em maio de 91, depois de dois planos econômicos fracassados e vários projetos frustrados de rearranjo da economia. Antes, Zélia trombara com o então secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, que também só se manteve no cargo por mais alguns meses. A ex-ministra foi substituída por Márcio Marques Moreira. Dança dos ministros — Collor consagrou a chamada “fritura”, caracterizada com a criação de condições adversas à permanência da pessoa no cargo, para livrar-se de vários assessores. Foi assim que a ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio, deu lugar para o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Carlos Chiarelli perdeu o Ministério da Educação para José Goldemberg. O afastamento do ex-ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, apressou o projeto de reforma ministerial concretizado em abril de 92.



Carlos Tinoco



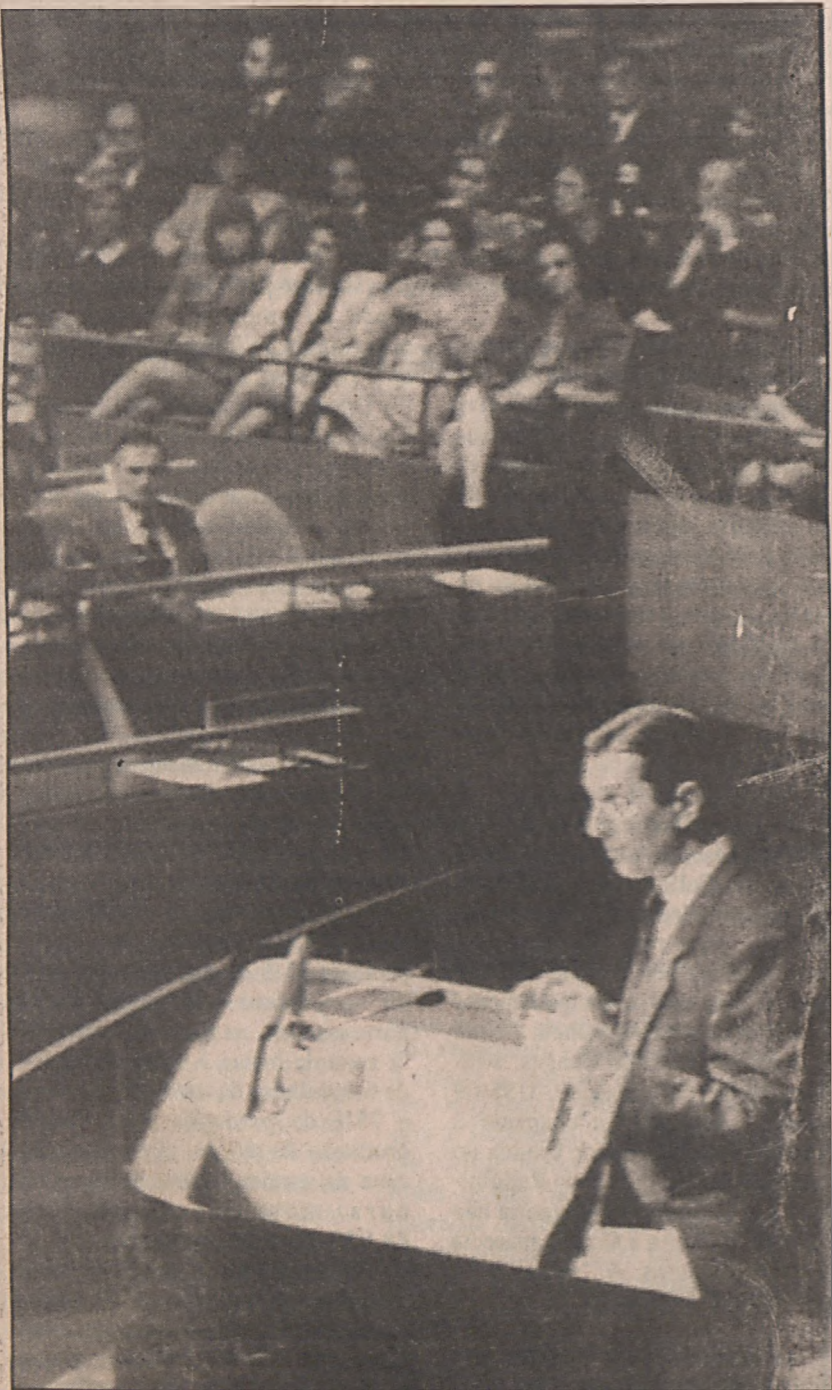
Sócrates Monteiro



Mário César Flores

O ministério foi desmembrado em duas pastas, a do Trabalho e da Administração Federal, que passou a ser ocupada por João Mellão Neto (PL-SP) e a da Previdência Social, para a qual foi nomeado ministro Reinhold Stephanes (PFL). Para o lugar do ex-ministro Alcení Guerra, envolvido em licitações irregulares no Ministério da Saúde, foi indicado Adib Jatene. No Ministério da Agricultura, Antônio Cabrera assumiu o lugar de Roriz. Para o lugar de Cabral no Ministério da Justiça nomeou Jarbas Passarinho, depois substituído por Célio Borja.

O da Infra-Estrutura, foi ocupado inicialmente por Ozires Silva, que passou o cargo a Eduardo Teixeira que, por sua vez, o repassou a João Santana. O Ministério foi dividido em duas novas Pastas, a das Minas e Energia, entregue a Marcus Vinícius Pratini de Moraes, e a dos Transportes e Comunicações, que ficou com Affonso Camargo (PTB).



Na Rio-92, como anfitrião, Collor mostrou-se diplomático



GOVERNO É MARCADO POR DENÚNCIAS

Denúncias foram constantes desde os primeiros meses do governo:

■ **SOS Rodovias/junho de 90** — US\$ 600 milhões/ sem licitação e revogado um dia após assinatura. (Envolvido — Marcelo Ribeiro, ex-secretário nacional dos Transportes)

■ **Publicidade/julho — 90** — Contratação sem concorrência da Setembro e Giovanni Associados. Agências que trabalharam na campanha presidencial de Collor. Ação popular que pede a invalidação dos contratos tramita na Justiça Federal em Brasília. (Envolvidos: Fernando Collor; Cláudio Vieira; as agências e empresas estatais).

■ **Favor/set de 90** — Financiamentos junto à CEF no valor de Cr\$ 1 bilhão à construtora Plano, de propriedade do empresário Eduardo Cardoso, amigo de Collor. Construção de apartamentos de luxo em Goiânia. Ação civil pública tramita na Justiça Federal. Cardoso vende o empreendimento para outro amigo de Collor, empresário Luiz Estevão. (Envolvidos: Cardoso; Lafayette Coutinho; Alvaro Mendonça/ diretores da CEF).

■ **Vasp/ set 90** — Privatizada consegue refinarar uma dívida de US\$ 276 milhões com o BB, em condições só permitidas às estatais. Polícia Federal investiga. (Envolvidos: Eduardo Teixeira, Alberto Policaro e Roberto Figueiredo).

■ **Vasp/ out 90** — Luís Octávio da Mota Veiga demite-se da Petrobrás e denuncia proposta de empréstimo de US\$ 40 milhões à Vasp (dinheiro mais combustível) intermediada por Paulo César Farias e Marcos Coimbra. Ação popular contesta financiamento de US\$ 13,2 milhões em combustível à Vasp.

■ **Fraude/ out 90** — Justiça Eleitoral impugna 55 mil votos no primeiro turno das eleições em Alagoas, em outubro, por fraude e corrupção eleitoral envolvendo Geraldo Bulhões e Renan Calheiros (candidatos).

■ **Intermediação/ fev 91** — O Governador do CE, Ciro Gomes (PSDB) denuncia intermediação da empresa Sansuy para liberação de verbas junto ao Ministério de Ação Social. Sindicância interna isenta empresa, mas a Procuradoria Geral da República investiga.

■ **LBA/ fev — 90** — Compra em dezembro de 89 Cr\$ 66,5 milhões em cestas básicas, sem licitação, em São Paulo envolvendo o superintendente José Hercúlio Alcântara Carvalho, demitido do cargo.

■ **Fraude/ fev 91** — Rede de quadrilha no INSS desmascara 315 marajás da Previdência.

■ **Café/ mar - 91** — A decisão do governo brasileiro de suspender as exportações de café vaza antes do anúncio oficial. Especulação corre solta. Só quem sabia da operação: Zélia Cardoso de Mello; Edgar Pereira, Ricardo Mesquita e exportadores brasileiros.

■ **LBA/ mar — 91/AM** — Compra de 21.950 cestas básicas sem licitação, em dezembro de 89.

■ **LBA/ mar — 91/PR** — Liberação de Cr\$ 1,1 bilhão para a Associação dos Amigos do Excepcionais do Estado de São Paulo condicionada à contratação da empreiteira Paes de Almeida para construir 59 oficinas de trabalho.

■ **Empreiteiros/ abr — 91** — Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) denuncia cobrança de comissão de até 30% na contratação de obras públicas.

■ **Antônio R. Magri/ abr/ 91** — Duplo salário no Ministério do Trabalho e Eletropaulo. Cadeira transportada em carro oficial e durante reunião da OIT, na Suíça, faz turismo.

■ **Zona Franca/ abr — 91** — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello acusa o secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista de favorecer o irmão Gilberto Miranda (empresário em Manaus) com a assinatura de portaria libe-

rando as licenças de importação.

■ **Sade/ mai — 91** — Denúncias de que Zélia Cardoso de Mello havia pressionado os fundos de pensão para compra de ações da Sul Americana de Engenharia (Sade) do seu amigo empresário Nelson Tanure.

■ **TCU/ jun — 91** — Relatório do ministro Homero Santos revela que em 1990 governo gastou Cr\$ 1,6 trilhão sem licitações e que para cada cruzeiro com licitação, outros Cr\$ 8,8 foram dispendidos sem licitação.

■ **Usineiros/ jun — 91** — BB paga uma dívida de US\$ 85, 9 milhões ao Midland Bank, de Londres, contrada por usineiros alagoanos, beneficia o líder do PFL na Câmara, dono da usina Biritinga, Ricardo Fiúza. A ministra Zélia é acusada de receber uma comissão de US\$ 20 milhões.

■ **LBA/ RJ/ jul 91** — Cestas básicas no valor de Cr\$ 15,2 milhões foram compradas sem licitação e o preços superfaturados da Nutrinatam.

■ **Festa/ jul — 91** — A primeira-dama Rosane Collor gasta Cr\$ 5,3 milhões para dar uma festa a sua amiga Eunícia Guimarães e os contribuintes pagam a conta. Ação popular tramita no 7º Vara da Justiça Federal em Brasília.

■ **Usineiros/ jul — 91** — Comissão interministerial propõe refinanciamento da dívida de Cr\$ 517 bilhões dos usineiros com o Governo Federal, em prazos que variam de 100 meses a 15 anos.

■ **Ciacs/ ago — 91** — Denúncia de que Paulo César Farias e o seu irmão secretário-executivo do Ministério da Saúde, Luiz Romero Farias, pressionam para aumentar para US\$ 400 o custo da construção do metro quadrado dos Ciacs. O ministro Akeni Guerra eleva para US\$ 220.

■ **LBA/ ago — 91** — Várias denúncias apontam a participação da primeira-dama no favorecimento a parentes, desvios de recursos públicos e compras de 188 mil cestas

básicas, sem licitação e por um preço 20% acima do mercado, influenciando as eleições em alagoas. Investigações continuam em curso.

■ **FAE/ ago — 91** — Um dia antes da saída de Carlos Chiarelli do MEC, o presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Adolpho Schuller Neto, homologa uma concorrência, com irregularidades, de Cr\$ 53,8 bilhões para compra de merenda escolar.

■ **Chácaras/ ago — 91** — O porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, ganha por procuração passada pelo líder do PRN na Câmara, Cleto Falcão, uma chácara num bairro nobre de Brasília, avaliada em Cr\$ 284 milhões. Procuração cancelada depois da denúncia.

■ **Joãozinho/ set — 91** — Irmão caçula da primeira-dama, João Malta Brandão (Joãozinho), irritado com as denúncias de corrupção na LBA, quatro anos depois de matar um adversário político, dispara dois tiros contra o prefeito de Canapi, Mauro Fernandes Costa.

■ **Inan/ set — 91** — Compra, pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, de 8,4 mil toneladas de feijão a preços superfaturados. O presidente Marcos Candau se demite.

■ **Assinatura/ set — 91** — Laudo da PF diz que assinatura do ministro da Saúde, Akeni Guerra, em oito convênios no valor de Cr\$ 800 milhões pode ser falsificada. Os processos vieram do secretário-geral do Ministério da Saúde, Carlos Augusto Viveiros.

■ **Plano/ jul — 92** — Terrenos comprados por PC próximos à Casa da Dinâmica foram adquiridos com cruzados novos, nove dias antes do confisco decretado pelo governo.

■ **Curio/ jul — 92** — O ex-deputado Sebastião Moura, o Curio, diz que Collor mandou PC Farias dar 120.000 dólares à sua campanha e exibe três gravações como provas da denúncia.



Pedro, ao lado da mulher Tereza, detonou o processo contra o irmão

Tribuna de Alagoas gerou a ira de Pedro

Os desentendimentos entre o irmão caçula de Fernando Collor, Pedro Collor de Mello, e o empresário Paulo César Farias, o PC, começaram em setembro de 91, quando PC anunciou o lançamento do jornal "Tribuna de Alagoas" para concorrer com a "Gazeta de Alagoas", da família Collor. Pedro dirigia a Gazeta e reagiu: "Vou defender o patrimônio da família com as armas de que disponho", disse ao irmão de PC, deputado federal Augusto Farias (PSC).

O que mais irritou Pedro foi a suspeita de convivência do irmão Fernando com os planos de Farias de concorrer com as organizações Arnon de Mello, que possui ainda uma gráfica, uma emissora de TV coligada à "Globo" e quatro rádios em Alagoas.

Em dezembro de 91, quando Collor visitava a Europa, Pedro fez a primeira declaração pública contra PC. Ele desafiou o empresário, que tinha sido o caixa da campanha presidencial do irmão, a explicar como operara, em menos de 24 meses, o milagre da multiplicação dos cruzeiros. "A vida de milionário que ele leva é um escárnio à miséria do povo brasileiro", disse, anunciando que dispunha de um dossiê contra "o careca", como se referia ao empresário. Pedro Collor ameaçava apresentar provas de que Farias enriquecera extorquindo empresários durante a campanha e, no governo, intermediando verbas para construtoras.

Em janeiro de 92, PC anunciou o lançamento do jornal para o dia 11 de fevereiro. Pedro renovou as ameaças e Farias decidiu adiar o lançamento da "Tribuna de

Alagoas".

Em março de 92, Pedro ganhou o registro da marca "Tribuna de Alagoas" e Paulo César teve que desistir, temporariamente, de editar o jornal no Estado. A briga transformou-se em guerra fria quando PC, usando intermediários, passou a espalhar notícias de que Pedro Collor tinha um caso com Vânia Guerreiro, loira paulista que havia sido namorada de Farias. O episódio chegou a desestabilizar o casamento de Pedro com Maria Tereza, filha do ex-senador João Lyra. PC teria se aproveitado disso para reabrir antigas feridas no relacionamento entre os dois irmãos, insinuando que Fernando teria mantido, no passado, um caso com a cunhada.

Em abril de 92, Pedro Collor entrega o primeiro dossiê a depositários, contendo três fitas cassete nas quais relata operações financeiras irregulares promovidas por PC. No mês seguinte, Pedro se reconciliou com a mulher e intensifica os ataques ao empresário. As denúncias causam a alta do dólar e queda na Bolsa de Valores.

Pedro Collor divulga fita na qual vincula Fernando a PC e revela detalhes íntimos do relacionamento com o irmão, como o consumo de drogas na juventude. A Receita Federal intensifica a devassa nas declarações de rendas de Farias. No dia 23 de maio, Pedro diz à revista "Veja" que PC e Collor são sócios. No dia seguinte, Fernando pede abertura de processo contra o irmão por ofensa à sua honra. Ao mesmo tempo, a Polícia Federal inicia a apuração das denúncias contra PC.

Collor começa a ficar só, a partir de agosto

O processo de isolamento do presidente Fernando Collor de Mello começou a ficar evidente na comemoração do seu 43º aniversário, dia 12 de agosto. Ele foi cumprimentado por todos os ministros, mas não recebeu os parabéns de sua mãe, Leda Collor. O cerimonial convidou funcionários do alto escalão do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, mas poucos compareceram. As ausências mais notadas foram as dos presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), do Supremo Tribunal Federal (STF), Sidney Sanches, e do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL).

Da família, só a primeira-dama, Rosane Collor, o irmão Leopoldo Collor e o primo Marco Aurélio Mello, ministro do STF, foram ao Planalto. Nem os filhos Joaquim Pedro e Arnon Affonso apareceram. No ano passado, sem a ameaça de impeachment, o Presidente reuniu todos os governadores num churrasco no Clube das Nações. Na cerimônia deste ano só compareceram nove governadores — nenhum com peso político. A falta de público ficou evidente na fila de cumprimentos. Enquanto em 1991 os convivas esperaram duas horas para apertar a mão de Collor, a fila de 1992 durou apenas 45

minutos.

O afastamento do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, se acentuou dias depois. Atento aos movimentos da maré, Magalhães teve acesso a uma informação singela. Desde o início da CPI, o presidente Benito Gama (PFL-BA), ligado ao governador, recebia em média 500 cartas por dia. Em princípio a maioria delas era plenamente favorável a Collor. Depois, estabilizou-se na faixa do empate. Um dia antes do aniversário do Presidente da República 70% das cartas pediam o impeachment de Collor.

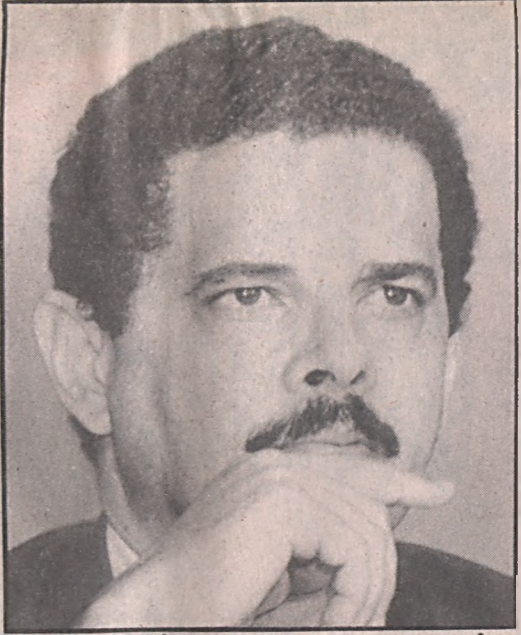
O resultado da pesquisa espontânea de Gama começou a se refletir em outros indicadores. As manifestações de rua (grande temor do Planalto), apesar de ainda tímidas, já começavam a crescer. A primeira passeata estudantil pós-Diretas já reuniu dez mil pessoas no dia 11 de agosto. Dois dias depois, no Rio, um público bem maior engrossou manifestação contra o governo Collor. O isolamento de Collor de suas bases políticas ficou ainda mais evidente no dia 27, quando o então líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL/PE), transformou-se no primeiro integrante da cúpula política a admitir a possibilidade de a Câmara dos Deputados aprovar o impeachment.



Ex-ministro Magri viu dinheiro cair do céu



Cláudio Vieira controlava gastos absurdos



Cláudio Humberto, ex-porta-voz agressivo

1991, O INÍCIO DA IMPOPULARIDADE

Em 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito Presidente da República com 50% dos votos contra 45% dados a Luís Inácio Lula da Silva. Pelos números do Instituto Gallup, nos três primeiros meses de governo seu prestígio já foi reduzido a menos da metade, resultado, em grande parte da reforma na economia e do confisco dos cruzados. Em junho de 1990, Collor tinha o apoio de 32,7% da população. Nos quatro meses seguintes, recuperou-se e chegou a 41,2% de aprovação. Mas a popularidade de Collor de Mello começou a cair mais acentuadamente no início de 91. E não parou mais.

A primeira sondagem do Instituto Gallup no início do governo mostrava que 69% da população ainda apoiava Collor.

■ **Março de 90:** uma pesquisa do DataFolha mostrava que apenas 4% dos entrevistados tinham a expectativa de um governo ruim ou péssimo.

■ **Maio de 90:** Pesquisa do Instituto Gallup registrou que 55% de paulistanos entrevistados declaravam apoio ao Plano Collor 1 e 76% acreditavam que o governo resolveria o problema da inflação.

■ **Fevereiro de 91:** 53% já se preocupavam com o desemprego, segundo o Gallup.

■ **Abril 91:** pesquisa do InformEstado, realizada em São Paulo, mostrou que 62% dos paulistanos consideravam que sua situação financeira piorou depois do Plano Collor 2. 66% haviam cortado gastos com alimentação e 59% tinham a inten-

ção de vender seus bens para enfrentar a crise. Deste universo, 81% não acreditavam mais no governo e apenas 10% apoiavam o Plano Collor 2. O desemprego era a preocupação principal de 80% dos entrevistados. Apenas 8% estavam muito satisfeitos com o governo (contra 16% de um ano antes).

■ **Outubro de 91:** a popularidade de Collor nunca esteve tão baixa, segundo nova pesquisa do Gallup. Enquanto em abril de 90, 69% dos entrevistados achavam o governo Collor ótimo ou bom, em outubro de 91 apenas 18%. O estado de ânimo da população passou de grande esperança para grande frustração.

■ **Em novembro de 91** o Instituto Brasileiro de Estudos Econômicos e Políticos de São Paulo (Idesp) realizou uma pesquisa no Congresso. Foram ouvidos 406 parlamentares (357 deputados e 49 senadores) de todos os partidos e regiões do País. Consideraram o governo Collor ruim ou péssimo: 58%. Nesse universo, 42% disseram que o Presidente não teria nenhuma chance para mobilizar o povo em busca de saídas para a crise.

■ **Agosto de 91:** 51% votariam novamente em Collor e 49% em Lula, segundo o Ibope, que ouviu 3.650 pessoas em todos os estados, num total de 256 municípios. E se em maio 70% aprovavam o governo Collor, essa opinião só foi expressa por 64% dos entrevistados em

agosto de 91. Quem era oposição mantinha sua intenção e Collor conservava os votos que havia recebido no segundo turno. Enquanto em maio de 90, 70% dos entrevistados apontavam a inflação como o maior problema nacional, em agosto de 91, a preocupação maior ficou para os baixos salários dos trabalhadores (54%), desemprego (45%) e saúde (36%). Naquele momento o interesse pelo parlamentarismo cresceu para 26%, contra os 23% de maio.

■ **Dezembro de 91:** pesquisa de DataFolha nas capitais mostrou que se antes da posse 65% dos moradores dessas cidades esperavam governo ótimo ou bom, 21 meses depois 63% achavam ruim ou péssimo. Apenas 8%: bom ou ótimo. O prestígio de Collor já estava em processo de queda livre. Ainda segundo o DataFolha, se o segundo turno fosse em dezembro de 91 Lula receberia 51% dos votos das 24 capitais e Collor 17%, percentual menor do que os 28% que declararam sua opção pelo voto branco ou nulo. As pesquisas do Instituto Gallup em 1991 sobre a popularidade do presidente:

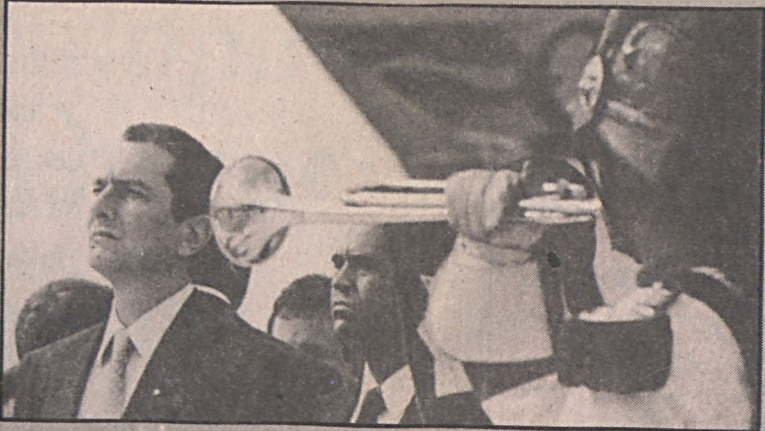
	Aprov.	Desaprov.
abril	69,0	8,7
maio	41,5	27,6
junho	32,7	34,4
agosto	37,4	32,0
outubro	41,2	28,6
janeiro	32,8	36,1
maio	21,1	52,5
julho	22,1	51,6

setembro	19,0	56,9
outubro	18,0	62,2

■ **Março de 92:** a popularidade de Collor alcançou o patamar mais baixo de sua carreira política, segundo o Instituto Gallup. Seu governo contava com apenas 16,3% do apoio da população brasileira. Passados dois anos, uma inversão completa mostrava que 64,8% classificavam o desempenho de Collor ruim (18,1%) ou péssimo (46,7%).

■ **Março de 92:** também o DataFolha apontava a avaliação mais negativa sobre a administração federal. Se a eleição fosse naquele momento, Luiz Inácio Lula da Silva seria o favorito. A pesquisa mostrava 45% das intenção de voto para o petista, contra 24% de Collor. Apenas 15% consideravam o governo ótimo ou bom. A avaliação do desempenho ruim ou péssimo cresceu a 48%, sendo que em São Paulo esse índice já era de 52%. Rejeição recorde.

■ **Julho de 92:** depois do pronunciamento em cadeia nacional para se defender das acusações de corrupção, pesquisa do Ibope mostrou que o presidente Fernando Collor de Mello contava com o apoio de 67% dos eleitores para permanecer no cargo. No final do mês, a DataFolha ouviu eleitores em 12 capitais brasileiras e mais da metade dos entrevistados — 54% — opinou pelo afastamento de Collor da Presidência.



“Mete um comando fiscal, mete uma
fiscalização trabalhista, tem de botar esses
sonegadores na cadeia”

(Em 02.06.92)

Paulo César Farias, “amigo” influente no Palácio

O empresário Paulo César Farias é um homem muito rico. Só este ano, por exemplo, ele vai recolher aos cofres da Receita Federal o equivalente a US\$ 1,5 milhão em impostos. Mas a vida nem sempre foi um mar de rosas para esse alagoano de 46 anos, oriundo de uma família por ele próprio definida como sendo “de classe média”, filho de um coletor de impostos, que só enveredou pelo caminho da fortuna ao passar a assessorar financeiramente campanhas eleitorais de políticos de Alagoas, principalmente as eleições do presidente Fernando Collor para o governo do Estado e Presidência da República. O próprio PC, no entanto, se julga vítima do que chama de “folclore nacional” — o de que todo tesoureiro de campanha rouba.

Primogênito de uma família de sete irmãos, PC foi eleito pelos pais, Gilberto e Joselita, para o sacerdócio. Aos nove anos, ele ingressou no Seminário Metropolitano de Maceió, mas já aos 14 anos desistiu de ser padre e foi estudar o clássico no Colégio Estadual de Alagoas. Foi quando ele também começou a trabalhar, dando aulas de latim e francês, que fala com fluência. Aos 22, quando se formou na Faculdade de Direito de Alagoas, já havia montado uma empresa de propaganda, vendera carros usados, trabalhara como locutor de rádio e fundara o primeiro consórcio de Alagoas. Mas a sorte de PC havia começado a mudar mesmo um ano antes, na primeira eleição indireta para governador de Estado patrocinada pelo regime militar de 64.

Líder estudantil na Faculdade de Direito — na formatura, PC foi o orador da turma —, ele participou do Colégio Eleitoral que em 1967 escolheu Lamenha Filho governador de Alagoas, como representante dos estudantes. Na época, além dos parlamentares estaduais e federais, o Colégio Eleitoral abrigava também representantes de diversos setores da sociedade. PC votou em Lamenha e acabou seu secretário particular. Isso abriu as portas da sociedade e do mundo político alagoano a esse até então desconhecido formando em Direito. O ex-governador Luís Cavalcanti, por exemplo, não consegue lembrar-se de PC. Seus filhos lembram de Fernando Collor, do irmão Pedro Collor, do senador Divaldo Suruagy e até do deputado Thomas Nonô das festas e encontros juvenis da época. Mas são incapazes de lembrar de PC. Ou seja, PC era de fora.

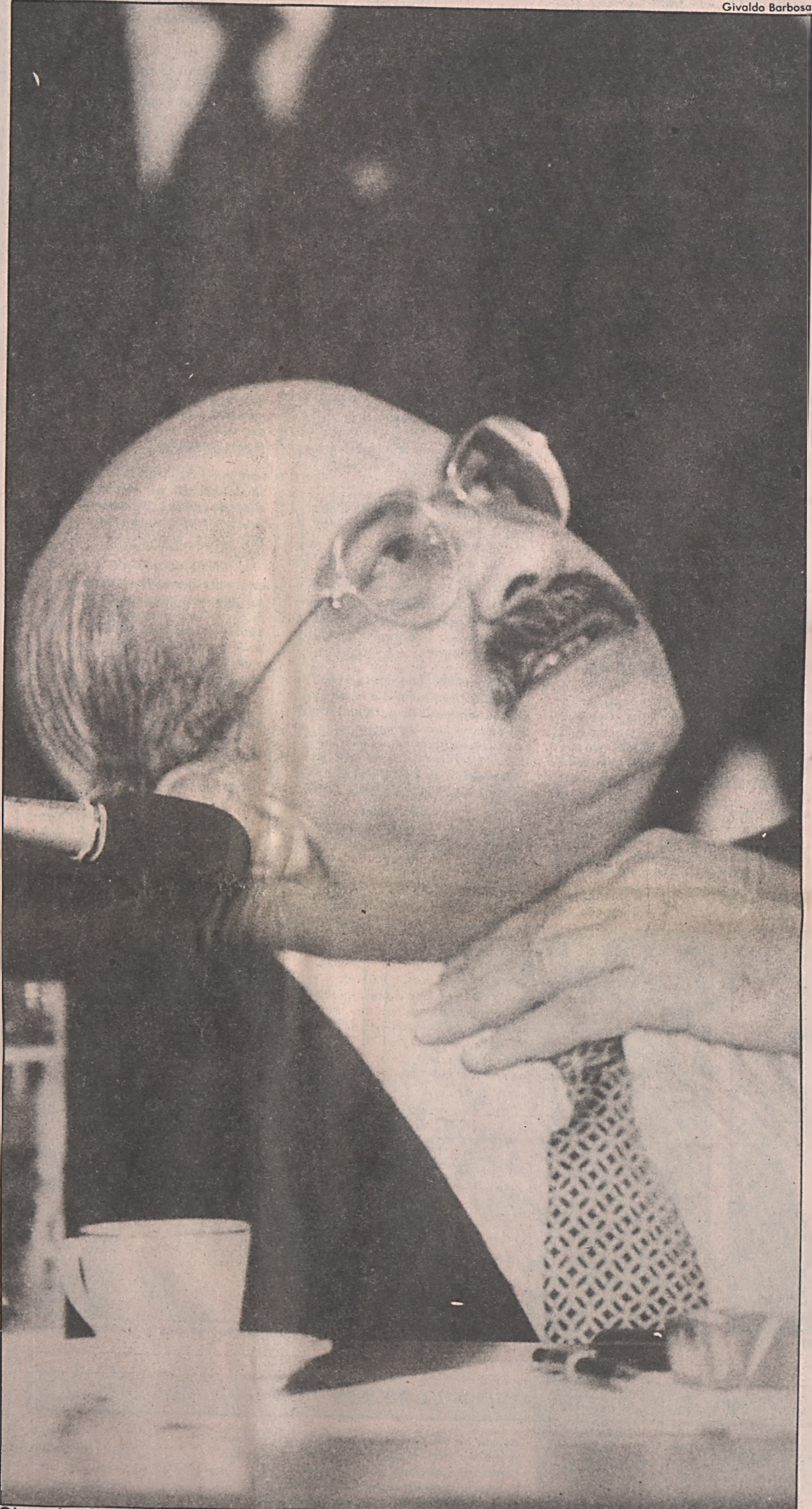
PC só começou a ser um “de dentro” quando se aproximou — e passou a coordenar financeiramente as campanhas — do ex-senador João Lyra, usineiro e uma das maiores fortunas do Estado. “Ele era o algodão entre cristais”, costumavam dizer os outros governadores envolvidos com o problema recor-

ma dizer o irmão do ex-senador, Carlos, numa referência às suas relações quase sempre tempestuosas com João. Foi por meio de João Lyra que PC foi apresentado a Pedro Collor, irmão de Fernando, casado com Maria Teresa, filha do usineiro. Pedro apresentou PC a Fernando, mas as relações entre os dois se aprofundaram mesmo na campanha eleitoral de 1986, quando João Lyra, candidato ao Senado, encarregou PC de administrar uma verba de US\$ 10 milhões (“dois do próprio bolso e o resto das empresas”, como Lyra repete em conversas sociais) para a campanha eleitoral. PC investiu mais na candidatura de Collor ao governo do Estado e acabou sendo demitido da função por João Lyra, que acabou em quarto lugar na eleição, vencida por Divaldo Suruagy (PMDB).

Testemunhas das relações de PC com Collor no governo do Estado, ex-secretários contam que Paulo César freqüentava o gabinete do Palácio dos Martírios e secretarias de Estado, mas costumava ser maltratado pelo amigo. Numa ocasião, interessado em favorecer candidatos a prefeito ligado a seu irmão, Augusto, PC tentou convencer Collor a mudar seu apoio político em alguns municípios. “Paulo César, cala a boca, que de eleição você não entende nada”, teria sido a resposta ríspida do Presidente. No governo de Alagoas, PC aparece também como personagem de destaque do maior escândalo envolvendo a administração local do Presidente: o acordo que levou o Estado a pagar uma dívida de US\$ 112 milhões aos usineiros.

Nos anos 70, os usineiros de Alagoas conseguiram na Justiça uma decisão contra o pagamento de ICM sobre a cana produzida por eles mesmos. Eles queriam pagar apenas a cana comprada de terceiros. O governador de São Paulo na época, Paulo Egydio, também interessado na questão, recorreu e conseguiu derrubar a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF). Os usineiros procuraram o então governador Divaldo Suruagy para avisar que iriam recorrer, mas acabaram cedendo ao argumento de que a cana representava 56% da economia alagoana e voltaram a pagar o tributo durante os doze anos seguintes e seis governadores que sucederam a Suruagy. Em 1986, apenas três usinas não-cooperativadas apoiaram a candidatura de Collor ao governo. Quando assumiu, Collor mandou executar uma dívida que os usineiros cooperados tinham no Produ-ban. Em represália, os usineiros recorreram à Justiça para reaver o ICM pago sobre a cana própria durante os 12 anos passados — e venceram.

Todos os outros governadores envolvidos com o problema recor-



O “grande PC”, negócios que lhe renderam uma fortuna e uma dívida de US\$ 1,5 milhão à Receita Federal

reram e o assunto é objeto de discussões na Justiça ainda hoje. Collor, porém, mandou fazer os cálculos da importância devida e depois mandou PC Farias procurar os usineiros para uma conversa. Os usineiros contam que esperavam uma proposta de acordo ou mesmo que PC avisasse que o governo do Estado iria recorrer da sentença. Para surpresa de todos, no entanto, PC disse que ia pagar os US\$ 112 milhões. Segundo Pedro Collor foi nesse acordo — depois estendido também aos usineiros não-cooperados, às vésperas de Collor deixar o governo de Alagoas — que PC angariou os recursos necessários “para alavancar” a candidatura à Presidência da República. Pela intermediação, PC teria recebido US\$ 12 milhões, sem falar de uma comissão mensal sobre o valor que os usineiros passaram a deixar de recolher, a partir de então.

Para adversários e amigos, o pecado mortal de PC foi a perda da discrição, fundamental para o tipo de atividade que exerce. De saída ele comprou uma casa vizinha à Casa da Dinda. Nas rodas sociais de Brasília e Maceió sempre fez questão de mostrar intimidade com o Presidente, com o qual tomava o café da manhã toda segunda-feira, e outros figurões da República, e de ostentar riqueza. Numa conversa com um político alagoano, contou como dançara um tango no Morcego Negro, a 10 mil metros de altura. Numa de suas raras entrevistas, admitiu algumas indicações para o Governo Federal, como a do presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho, um de seus auxiliares na arrecadação de fundos para a campanha.

PC gosta de bons vinhos, é vulnerável a mais de duas doses de uísque e é considerado bom pai e bom filho. Ele é idolatrado pelos irmãos, os quais ajudou na educação. Luís Romero, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, por exemplo, teve seus cursos de pós-graduação nos Estados Unidos custeados pelo irmão mais velho. Com as investigações sobre suas atividades, PC recolheu-se na casa-fortaleza que mora na praia de Cruz das Almas, em Maceió. Ultimamente, admitia ser indiciado por tráfico de influência aos amigos mais próximos, mas não tolerava a idéia de ver seu nome associado ao tráfico de drogas, como fez o deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), segundo ele, um “irresponsável”. PC também passou a se queixar dos problemas enfrentados pelos dois filhos e os sobrinhos na escola, evitados e apontados pelos colegas. PC está só e sente-se abandonado pelo amigo Presidente. “Um rato de esgoto”, confidenciou a amigos.

PP gera esquema e provoca denúncias de corrupção

A existência de um esquema de influência, montado pelo ex-secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, para operar negócios ilícitos na Petrobrás e nos fundos de pensão de estatais, foi a primeira denúncia a aproximar do Palácio do Planalto práticas efetivas de corrupção no Governo. Publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, no dia 22 de março, a denúncia gerou num primeiro momento reação agressiva do ex-secretário e de seu chefe, Fernando Collor de Mello, que anunciou pela televisão sua solidariedade, confirmando o amigo no cargo. Quinze dias depois, com a multiplicação de novos fatos implicando irremediavelmente Pedro Paulo Leoni Ramos, um dos amigos mais próximos de Collor no governo, a demissão do ex-secretário tornou-se inevitável e com ela a de todo o Ministério.

A publicação diária da série de reportagens, informando a cada dia

fatos novos de prática de corrupção pelos integrantes do esquema PP, desencadeou uma enxurrada de denúncias que chegavam ao jornal por telefone, cartas e documentos. Eram comunicações de pessoas indignadas que, estimuladas pelas reportagens, diziam querer dar um “basta” à resignação de manterem-se em silêncio até aquele momento. Ao checar cuidadosa e consistentemente as denúncias, na maioria das vezes “O Estado de S. Paulo” constatou serem elas verdadeiras. A suspeita de cumplicidade e envolvimento do presidente Fernando Collor com os atos do amigo e secretário era sistematicamente apontada pelos denunciantes que, contudo, ponderavam não disporem de provas para fundamentar a acusação.

Cinco meses depois de desvendado o funcionamento do esquema PP, o balanço de suas consequências inclui, além da demissão de todo o Ministério (poucos foram os



ministros confirmados no cargo, entre eles Marcílio Marques Moreira), a confirmação da prática de operações comerciais ilícitas por duas comissões de sindicância instaladas na Petrobrás; auditorias em vários fundos de pensão de estatais que resultaram em demissões dos integrantes do esquema PP de cargos nas direções dos fundos; uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que tem prazo até outubro para investigar mais a fundo as ações irregulares do esquema; um inquérito da Polícia Federal enviado à Justiça, com a determinação da quebra de sigilo bancário de 25 pessoas, entre elas Pedro Paulo Leoni Ramos e sua mulher, Sérgio Rocha (amigo do ex-secretário e principal operador do esquema), João Muniz de Oliveira Alves (que atuava na linha de frente do esquema, cobrando propina de empresários), além de ex-presidentes da Petrobrás e

Pedro Paulo, ainda envolvido com as investigações de uma CPI

funcionários demitidos da estatal. Com prazo para encerrar seus trabalhos em outubro, a CPI do Senado tem condições de ampliar seu universo de investigação além do que fez a Polícia Federal, que restringiu suas apurações apenas às operações comerciais fraudulentas que resultaram em prejuízo para a Petrobrás e à influência exercida pelo ex-secretário Pedro Paulo Leoni e seus amigos na montagem de uma infra-estrutura de funcionários na estatal coniventes com o esquema PP. O relator da CPI, senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), acha que o esquema PP atuou em conjunto com o empresário Paulo César Farias, o PC. “PC constituiu uma quadrilha que atuava por fora do governo, enquanto PP operava por dentro, mas os dois são a mesma coisa”, afirma. Por isso mesmo ele pretende propor aos demais senadores que compõem a comissão que juntem à CPI do PC os resultados da CPI do PP.



“Ninguém poderá dizer que levantei uma só palha para acobertar, proteger ou minimizar delitos de quem quer que seja”

(Em 26.5.92)

Desacreditada no início, CPI da Câmara mostrou força no final

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que derrubou o presidente Fernando Collor iniciou seu trabalho desacreditada. “Essa CPI não vai dar em nada”, fuzilou, na primeira semana de junho, o então articulador político do governo, Jorge Bornhausen, em entrevista publicada pelo “Estado”. A avaliação de Bornhausen reproduzia o senso comum formado no País em torno das CPIs, um velho e, em geral, inócuo instrumento do Legislativo para investigar irregularidades na administração pública. Oitenta e cinco dias depois, com a citação do presidente Fernando Collor por crime comum e de responsabilidade no relatório final, a avaliação de Bornhausen revelou-se um equívoco histórico.

“Nunca houve uma CPI como esta”, constatou o presidente da comissão, deputado Benito Gama (PFL-BA), na conclusão dos seus trabalhos. A diferença da CPI do caso PC em relação às outras é que ela não foi apenas um palco para troca de acusações entre adversários políticos. Amparada na quebra do sigilo bancário, instrumento nunca antes utilizado pelo Congresso, a CPI obteve provas e documentos sobre o esquema de corrupção montado por PC Farias no governo federal.

A descoberta dessas provas, que confirmaram as ligações de PC com o presidente Fernando Collor, surpreendeu — e esfacelou — a base governista no Legislativo. Na primeira fase da CPI, quando houve os depoimentos de Pedro Collor, Renan Calheiros, Luís Octávio da Motta Veiga, a segurança dos aliados do Palácio do Planalto mantinha-se inabalável. “Mostrem uma prova documental”, exigia o senador Odacir Soares (PFL-RO), líder da *tropa de choque* do governo



A secretária Marta Vasconcelos negou na CPI o esquema PC



Rosinete confirmou depósitos de PC na conta de Ana Acioli

Secretárias marcam cenário da crise

O cenário político do país, no mês de julho, foi dominado pelas secretárias. Tudo começou com a descoberta de que, pela conta bancária de Ana Maria Acioli Gomes de Melo, secretária do presidente Fernando Collor, passava diariamente uma impressionante soma de dinheiro. Ana, que acompanha Collor desde 1976, era a encarregada do pagamento das despesas da Casa da Dinda e dos gastos pessoais do presidente. As investigações da CPI do Caso PC chegaram até a secretária em razão da denúncia feita pelo seu ex-motorista, Eriberto França, de que o empresário Paulo Cesar Farias pagava as contas da Casa da Dinda.

Dia 1º de julho, revelou-se que Ana Acioli tinha dois cadastros com nomes diferentes no Banco Comercial Bancasa S.A. No dia seguinte, outra revelação: a secretária particular do Presidente movimentou Cr\$ 250 milhões em suas contas, no mês de maio, volume incompatível com sua renda de Cr\$ 2,2 milhões mensais, e com a do presidente, que abriu mão dos rendimentos da Organização Arnon de Mello, de sua família, e vivia do salário presidencial de Cr\$ 10,8 milhões, valor de maio. Em carta lida

por Fernando Collor em rede nacional, a secretária tentou isentar o presidente, procurando esclarecer o uso de nomes diferentes e negando o recebimento de verbas de PC. O Estado revelou que a carta tinha sido assinada em branco por Ana Acioli.

Internada no Instituto do Coração, em São Paulo, restabelecendo-se de um parto difícil, a secretária do presidente só depôs na CPI no dia 14 de julho. Enquanto Collor usava bilhetinhos para denunciar o “sindicato do golpe” que tentava “desestabilizar o país”, Ana Acioli atribuía ao ex-secretário do presidente, Claudio Vieira, os depósitos feitos em suas contas: Ela disse desconhecer a origem do dinheiro. A CPI descobriu, com base nos extratos fornecidos pelo Banco Central, que as pessoas que depositaram vários bilhões de cruzeiros na conta de Ana Acioli simplesmente não existiam. Eram “fantasmas”, com nomes e CPFs falsos. Surgiu a suspeita de uma operação para lavagem de dinheiro originário, possivelmente, do narcotráfico. Amigas — Coube a outra secretária, Rosinete Silva de Carvalho Melanias, que trabalhava para o

empresário Paulo César Farias, lançar novas evidências das ligações de Collor e PC. Ouvida pela CPI dia 16, confirmou ter depositado dinheiro da Empresa de Participações e Construções (EPC), uma das empresas de PC, na conta de Ana Acioli. Para justificar os diversos telefonemas feitos da EPC ao Palácio, a secretária alegou que era amiga de Acioli e lhe telefonava para conversar sobre “banalidades”. Exames grafológicos confirmaram, porém, que os “fantasmas” que assinaram os cheques depositados na conta de Ana tinham todos a mesma letra: a da secretária Rosinete.

Antes de Rosinete, outra secretária de PC, Marta, funcionária da Brasil-Jet, disse à CPI ter vendido a Collor um terreno do deputado Paulo Octávio, vizinho da Casa da Dinda. Marta foi ouvida pela CPI dia 13 de julho e disse que fez a venda com uma procuração passada por PC Farias. O negócio foi feito dias antes do anúncio do bloqueio dos cruzados, no primeiro plano econômico de Collor.

Depoendo à CPI em 28 de julho, Claudio Vieira, anunciou que os gastos particulares do presidente Collor e de sua família eram custeados por um empréstimo de US\$ 5

na CPI. Algumas semanas depois, com o depoimento do motorista Francisco Eriberto Freire França — que descortinou o esquema de transferência de dinheiro de PC para a Casa da Dinda —, não faltavam provas documentais, que chegaram à CPI sob a forma de uma avalanche de cheques, extratos e históricos de movimentação bancária.

A partir desse momento, a estratégia do Planalto passou a ser ignorar as provas e tentar desqualificar a sua forma de obtenção. O desespero do governo ficou patente nos pronunciamentos de Collor, que começou a atacar diretamente a CPI em bilhetinhos e discursos. A sequência de críticas incluiu comparações de seus opositores a “porcos chafurdando na lama” e acusações à comissão de tentar promover, por meio do “sindicato do golpe”, o terceiro turno das eleições presidenciais. Ela prosseguiu até o instante em que Collor chamou a população para ir às ruas de verde-amarelo — foi o seu primeiro passo para o cadafalso.

Antes de concluir seus trabalhos, a CPI ainda descobriu que PC Farias havia financiado a reforma de um apartamento do Presidente em Maceió e que o empresário alagoano, assim como a secretária Ana Acioli, sacaram seus cruzados novos às vésperas do confisco determinado pelo Plano Collor.

O relatório final da CPI, aprovado no dia 26 de agosto por 16 votos a 5, além de propor o indiciamento de 15 pessoas, concluiu que o comportamento de Collor contrariou “os princípios gravados na Constituição”, foi incompatível “com a dignidade, honra e decoro do cargo de chefe de Estado” e que ele “omitiu-se do dever presidencial de zelar pela moralidade e pelos bons costumes”.

milhões feito pela empresa uruguaia Alfa Trading em janeiro de 1989. Outra secretária, Sandra Fernandes de Oliveira, desmontou o argumento de Vieira, testemunhando que assistira a operação em que foram forjados os documentos do empréstimo dos US\$ 5 milhões, no escritório da empresa onde trabalhava, a ASD Empreendimentos, de São Paulo.

Collor/Vieira — O ex-secretário particular de Collor, Cláudio Francisco Vieira, foi responsável pelo primeiro escândalo do governo, favorecendo com contratos sem licitação agências de publicidade que trabalharam na campanha presidencial. Advogado, amigo de infância de Paulo Cesar Farias, Vieira acompanhava Collor desde o início de sua vida política. Foi assessor de Collor na Prefeitura de Maceió, na Câmara dos Deputados e no governo de Alagoas. O patrimônio pessoal de Vieira cresceu significativamente após a campanha presidencial de Collor, da qual foi o tesoureiro oficial. Dez dias antes da posse de Collor, Cláudio Vieira comprou uma mansão de 554 m2 nas margens do Lago Paranoá, em Brasília, por NCZ\$ 9,5 milhões.

INTEGRANTES DA CPI

Onze senadores e dez deputados federais, presididos por Benito Gama, tomaram parte da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso que ofereceu subsídios para responsabilizar o presidente Fernando Collor por crime de responsabilidade. A aprovação do relatório da CPI do PC foi o primeiro passo para a Câmara Federal aprovar o **Impeachment**.

SENADORES

- Iram Saraiva (PMDB-GO) — Pertenceu à ala autêntica do antigo MDB. Votou pela aprovação do relatório da CPI na íntegra, apesar de ser obediente ao governador Iris Rezende, que pressionava seus aliados a votarem sempre com o governo. Não teve uma atuação destacada na CPI.
- Antônio Mariz (PMDB-PB) — Outro político que ajudou a fundar a ala autêntica do MDB. Integra o grupo ligado a Ulysses Guimarães. Seu nome, no início dos trabalhos, foi cotado para ser o relator da CPI, mas perdeu o lugar para Amir Lando, embora o tenha ajudado muito. Votou pela aprovação do relatório na íntegra.
- Pedro Simon (PMDB-RS) — Também remanescente dos autênticos. Baseou sua atuação no combate à corrupção e votou pela aprovação do relatório. É ligado a Ulysses Guimarães. O presidente do PMDB, Orestes Quéricia, defendeu seu nome para a relatoria da CPI. Simon conseguiu se livrar dessa missão e transformou seu gabinete num quartel general onde a oposição realizou reuniões.
- Amir Lando (PMDB-RO) — Da ala moderada do PMDB, chegou ao Senado com o assassinato do senador Olavo Pires, de quem era suplente. Saiu do anonimato ao tornar-se, acidentalmente, relator da CPI. Trabalhou mais de 16 horas por dia e conquistou o apoio dos integrantes da Comissão por uma atuação firme.
- Odacir Soares (PFL-RO) — Foi vice-líder do governo no Senado e um dos mais fiéis amigos do Presidente da República. Nas CPIs, teve atuação destacada na defesa do governo, integrando a tropa de choque do Palácio do Planalto. Apresentou um voto em separado contra a aprovação do relatório.
- Raimundo Lira (PFL-PB) — Empresário da área de revenda de automóveis, Lira trocou o PMDB, partido pelo qual se elegera, pelo PRN e agora está no PFL. Durante os trabalhos da CPI, promoveu um encontro de empresários em sua residência com o presidente Fernando Collor. Votou, no entanto, a favor da aprovação do relatório, com uma ressalva contra a citação do nome do Presidente.
- Mário Covas (PSDB-SP) — Substituiu o senador Almir Gabriel (PSDB-PA), candidato à prefeitura de Belém. Em baixa desde que os tucanos quase racharam com a decisão de não apoiar o governo, destacou-se como brilhante entrevistador nos depoimentos tomados pela CPI. Votou pela aprovação do relatório na íntegra.
- Ney Maranhão (PRN-PE) — Líder do PRN no Senado, foi totalmente fiel ao Presidente da República. Em seus discursos sempre atacou os cartéis. Declarou-se sonegador de impostos, o que lhe valeu uma investigação fiscal pela Receita Federal. Votou contra a aprovação do relatório de Amir Lando, acompanhando o voto em separado do senador Odacir Soares.
- José Paulo Bisol (PSB-RS) — Ocupou a vaga do senador Espiridiano Amin (PDS-SC) e, na subcomissão dos bancos, foi uma das presenças mais atuantes na CPI. Polemizou com o presidente da CPI, Benito Gama, e atacou o presidente do Banco Central, Francisco Gros. Votou pela aprovação do relatório na íntegra.
- Valmir Campelo (PTB-DF) — Aliado do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, Campelo surpreendeu ao votar pela aprovação do relatório na íntegra. Antes sempre apoiou o governo. Quer ser governador do Distrito Federal. Pertenceu ao PFL, mas saiu por questões internas. Teve presença assídua na CPI, mas discreta.
- Maurício Corrêa (PDT-DF) — Brizolista, no início da CPI fez o que o governador do Rio mandava, mas foi assumindo posições independentes durante os trabalhos da Comissão. Foi um dos responsáveis pela mudança

de posição de Brizola com relação à saída de Collor. Votou pela aprovação do relatório.

DEPUTADOS

- Benito Gama (PFL-BA) — Ligado ao governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, de quem foi secretário dos Transportes. Na presidência da CPI, conduziu com diplomacia as dificuldades, indeferindo requerimentos sem desagradar os autores. afirmou que “o País será outro após a CPI”. Como presidente, não participou da votação do relatório.
- José Carlos Vasconcellos (PRN-PE) — Já integrou a “turma do poire” de Ulysses Guimarães, mas saiu por questões regionais, ingressando no PRN. É o líder do PRN na Câmara. Depois da viagem para investigar a “Operação Uruguai”, assumiu uma postura discreta. Votou contra a aprovação do relatório final da CPI por causa da citação do nome de Collor.
- Odacir Klein (PMDB-RS) — Foi líder do antigo MDB, durante o regime militar. Adversário de Orestes Quéricia, alinha-se aos aliados de Ulysses Guimarães. Na CPI, integrou a subcomissão da Receita Federal e foi ao Uruguai para investigar o empréstimo feito por Cláudio Vieira. Votou com o relator.
- Marcelo Barbieri (PMDB-SP) — Quercista. Foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1979, por ocasião da reconstrução da entidade. Naquela época, integrava os quadros do MR-8. Atuou na CPI na investigação do esquema PC no Ministério da Saúde. Votou com o relator.
- Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) — Já integrou a PFL, partido pelo qual se elegeu em 1986, mas transferiu-se para o PSDB ainda na Constituinte. Ligado à Igreja Católica, foi o campeão na apresentação de requerimentos na CPI. Votou com o relator. Integrou a subcomissão de investigação do esquema PC no Ministério da Saúde.
- Roberto Jefferson (PTB-RJ) — Advogado criminalista, foi o defensor mais intransigente do governo na CPI, comprando briga com a oposição e tentando desqualificar testemunhas. Fez inúmeras provocações durante os trabalhos, mas seus argumentos caíram em descrédito. Apresentou voto em separado contra a aprovação do relatório, alegando que a CPI teve inspiração “nazi-fascista”, por não respeitar a Constituição na quebra de sigilo bancário.
- José Dirceu (PT-SP) — Oposicionista ferrenho. Na CPI, demonstrou competência e dedicação no trabalho investigativo. “Se tivesse SNI no governo do Lula, o Zé Dirceu seria o chefe”, brincou Benito Gama, ao elogiar a atuação do parlamentar. Votou pela aprovação do relatório na íntegra.
- Miro Teixeira (PDT-RJ) — Ex-PMDB e ex-adversário de Brizola na eleição para governador, em 1982, o pedetista alinhou-se desde o início da CPI com a oposição, contrariando orientação do partido. Votou a favor do relatório, que ajudou a elaborar.
- Aécio de Borba (PDS-CE) — Governista. Industrial e pecuarista, limitou-se na CPI a ouvir os depoimentos. Seu voto foi a favor da aprovação do relatório, governo, porque seu partido ameaçou fechar questão a favor do relatório e do **Impeachment** do presidente Fernando Collor.
- Sérgio Brito (PDC-BA) — Substituiu na votação do relatório o líder do PDC na Câmara, Jonival Lucas. Votou pela aprovação do relatório, apesar de ser ligado ao governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.
- Elísio Curvo (PRN-MT) — Substituiu na votação final o deputado José Múcio (PFL-PE), retirado, a contragosto, da CPI porque iria votar a favor da aprovação do relatório. Votou contra a aprovação do relatório por causa da inclusão do nome do presidente Collor, apesar de ter defendido condenação para PC Farias.



Estudantes saem às ruas e dão um novo colorido

As manifestações a favor da renúncia ou do **impeachment** do presidente Collor tiveram início dia 11 de agosto, quando milhares de estudantes secundaristas e universitários saíram às ruas de São Paulo. De caras pintadas, com bandeiras coloridas, exigiram a queda de Collor cantando e dançando ao som de "Alegria, Alegria". Foi a primeira grande manifestação popular contra o governo, organizada por várias entidades estudantis, entre elas a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Com a passeata, os estudantes retomaram o papel de destaque nas grandes manifestações realizadas no País.

Três dias depois cerca de 800 pessoas participaram de ato público pela ética na política na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, palco tradicional de manifestações políticas de São Paulo. Com o objetivo de pedir rigor nas apurações de irregularidades, a manifestação transformou-se também em um protesto pela renúncia de Collor, defendida pela platéia, em coro, e apoiada por parte das autoridades. Participaram a prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, o cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavenère, o coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, Oded Grajew, e os presidentes da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, e da Confederação Geral dos Trabalhadores, Canindé Pegado.

No dia 15 de agosto foi a vez dos cariocas marcarem sua presença nas ruas. Num protesto veemente mas bem-humorado, milhares de pessoas saíram em passeata pela avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, gritando palavras de ordem contra o presidente Collor e pedindo seu **impeachment**. Mais de 50 mil manifestantes foram guiados

por três carros de som, ocupando a avenida entre a Candelária e a Cinelândia. A manifestação reuniu estudantes, artistas, donas-de-casa, aposentados e categorias profissionais, além de políticos. Os cariocas repetiram a dose dias depois, ocupando, por três horas, mais de um quilômetro da avenida Rio Branco.

As manifestações de rua se repetem em todo o País. No dia 26 de agosto o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, comanda um dos maiores protestos da história da cidade — o maior contra Collor — e a oposição convocou nova manifestação para o dia 2 de setembro, quando será apresentado o pedido de **impeachment** na Câmara dos Deputados. Também no dia 26 milhares de trabalhadores das sete cidades do ABC paulista fizeram em São Bernardo do Campo a maior manifestação desde as grandes mobilizações de metalúrgicos da década de 80. Segundo os organizadores, o ato pró-**impeachment** no Paço Municipal reuniu mais de 30 mil pessoas. Só a passeata dos funcionários da Volkswagen ocupou quase dois quilômetros da rua Marechal Deodoro, centro comercial da cidade.

Os gaúchos também fizeram o seu protesto. Sessenta mil pessoas participaram de ato contra o **impeachment** no Largo Glênio Peres, no centro de Porto Alegre, convocado por 200 entidades. A manifestação foi realizada no dia 26 à noite, com diversos bonecos representando Collor e Paulo César Farias. Muitas pessoas vestiram-se de palhaços e de presidiários. Estudantes pintaram rostos e mãos e usaram predominantemente roupa preta. Três grupos de teatro de rua serviram bolo, em paródia ao aniversário do Presidente. Entre os refrões cantados, o protesto incluiu, por exemplo, "PC vá para a cadeia e leve Collor com você".



Itamar, segundo os amigos, "honesto, leal, competente"

Itamar ainda é uma incógnita

Amigos e colaboradores o qualificam de honesto, leal, ranzinza e tímido

Itamar Augusto Cautiero Franco. Quem é afinal este homem? Nos últimos dois meses, a cada vez que o chão treme sob a cadeira do presidente Fernando Collor e as malas do vice Itamar Franco se mostram como que lustradas para embarque do Jaburu para o Palácio do Planalto, o País se vê diante de um enorme ponto de interrogação. Quem é o homem Itamar Franco nascido no ano da graça de 1929 em Salvador, Bahia, do qual amigos e inimigos, na hora de defini-lo, põem-se a desfilar termos que vão dos elogiosos "honesto", "leal", "competente" até aqueles relacionados às chamadas esquisitices do vice, como "sombrio", "irritadiço", "tímido", "vaidoso", "ranzinza" e "inflexível"?

Em 1966, ao disputar aquele que seria seu primeiro mandato de prefeito pelo MDB2, um amigo, Heider Santos, jogador de basquete, fez-lhe uma confidência quase fatal: desistisse da campanha, pois não teria chances de vencer o candidato do MDB1, Wandenkolk Moreira. Pálido, ar de angústia, Itamar puxou a um canto seu futuro secretário do Trabalho e então amigo inseparável (já não é mais), Geraldo Mendes, e pediu: "Leve-me para casa que não sou mais candidato". "Mas, Itamar, só faltam 20 dias para as eleições, você não pode desistir", apelou Geraldo Mendes, lembrando da luta que foi convencê-lo a não abandonar o barco. Itamar ganhou por uma razoável diferença de seis mil votos, mas o ex-amigo tem hoje uma definição para aquele episódio: "Ele é um homem que emprenha-se pelo ouvido", afirma.

Regular — Os rastros deixados principalmente na imprensa por esse temperamento azedo ao longo de uma carreira política iniciada em 1958, quando disputou e perdeu uma vaga na Câmara de Juiz de Fora, andavam, porém, remoendo o íntimo de Itamar. Tanto que, há cerca de dois anos, sob a alegação de que sua história vinha sendo escrita pelos inimigos, deu uma caprichosa missão ao jornalista João Medeiros Filho: que escrevesse a verdadeira história de sua vida desde a política estudantil no Instituto Metodista Granbery até o discurso de despedida do Senado Federal para tomar posse na vice-Presidência.

O texto final do livro — ainda com o título provisório de "Itamar Franco, a Trajetória de um Estadista" — já se encontra em poder do vice-presidente e deverá ser lançado até o final do ano. "O livro espelha quem é o cidadão, o homem reservado e excessivamente cauteloso nas decisões, mas

que não é esse bicho-papão que muita gente pensa", afirma o jornalista. Embora sinta falta na personalidade de Itamar de alguns ingredientes típicos do político mineiro tradicional — "aquele que dá tapinhas nas costas dos eleitores" —, João Medeiros arrisca um palpite na hipótese de o vice vir a assumir a Presidência: "Pouca gente o conhece e quem não o conhece dúvida de sua competência, mas é aí que essas pessoas vão se enganar".

Caçula dos quatro filhos (dois homens e duas mulheres) do médico sanitário Augusto César Stiebler Franco e Itália Cautiero Franco, Itamar era recém-nascido quando o pai, que estava em Salvador com a família, morreu em 1929. Ainda que esses detalhes da infância não façam parte do livro, a ausência paterna cravou marcas profundas no vice-presidente. "Em várias ocasiões, ele lamentou comigo essa falta", diz o ex-amigo Geraldo Mendes. Dona Itália, hoje bastante doentada, não se casou outra vez e se encarregou sozinha da criação dos filhos. Na escola, tanto no Granbery quanto na Faculdade de Engenharia de Juiz de Fora, onde se formou em 1954, Itamar foi um estudante normal. "Nem medíocre nem brilhante", atesta o atual reitor do Granbery, Henrique Pinto dos Santos, ao observar o histórico dele no instituto.

Primeira-dama — Enquanto homem público, na opinião dos que o acompanham de perto até hoje, Itamar contraria e vai na contramão das características mais comuns dos políticos de feição clássica, tais como flexibilidade, ponderação e muitas vezes a indigesta arte de engolir sapos. Ao administrador, porém, na sua experiência de quase dois mandatos à frente da Prefeitura de Juiz de Fora (o segundo mandato ele deixou ao meio para eleger-se ao Senado), amigos e adversários só lhe endereçam elogios. "Foi a melhor administração de Juiz de Fora dos últimos 30 anos", avalia o ex-aliado Luiz Sefair. "Podem procurar com lente de aumento alguma falcatura cometida por ele que certamente não encontrarão", completa. Corre a fama na cidade que foi Itamar quem desimpidiu o caminho para o verdadeiro crescimento de Juiz de Fora, hoje com cerca de 400 mil habitantes.

Único prefeito da cidade a assumir sem primeira-dama (ele se casou logo depois com Ana Elisa, de quem já se separou e teve as filhas Fabiana e Georgiana), passadas 12 horas da posse as máquinas estavam na rua encarregando-se de uma obra há muito reivindicada

pelos juiz-foranos: a ligação das avenidas Rio Branco e Independência e a abertura da Rua Santo Antônio, na região central.

"Ele havia sido diretor do antigo Departamento de Águas e Esgotos logo depois que perdeu a eleição para vereador e conhecia bem os problemas da cidade", conta o seu ex-secretário de Administração, William Coury Jabour. Jabour vivenciou de perto o Itamar administrador. "A proibição administrativa dele chega a ser irritante, pois quer saber até onde está um prego para uma construção", exagera o jornalista João Medeiros.

Honestidade — Itamar é capaz de atitudes inusitadas quando vai tomar uma decisão. Com pouco mais de um ano no seu segundo mandato como prefeito, ele viu-se obrigado em 1974 a decidir pela campanha ao Senado a partir do convite que lhe foi feito por Tancredo Neves. Desse episódio, no entanto, pouca gente sabe que, se tiveram de atrasar o relógio 15 minutos porque o prazo fatal do registro da candidatura já havia passado, uma das pessoas com a qual ele se aconselhou foi ninguém menos do que o chofer da prefeitura. Até hoje, ele mantém à sua volta uma equipe de fiéis esculpeiros de Juiz de Fora — as más línguas falam da turma da papinha e da laranja descascada, ou seja, assessores que, de tão fiéis, só faltam dar comida na boca do vice-presidente.

O grupo é tão fechado que a presença cada vez mais freqüente de interlocutores como o ex-ministro José Aparecido de Oliveira e o ex-vice-presidente Aureliano Chaves pelo círculo de Itamar causa uma ponta de ciúme até em pessoas que já não fazem parte do "principado", outro nome dado pelos adversários à turma de Juiz de Fora. "Itamar precisa deixar essa gente e voltar às origens", provoca o ex-amigo Geraldo Mendes. A pergunta que se faz, no entanto, é, vindo a assumir a Presidência, quem ou quais dessas pessoas Itamar utilizaria em seu governo?

O médico Aloysio Fellet, que cresceu junto com Itamar, diz que "desde aquela época, nas vezes em que foi técnico, ele sabia muito bem armar um time". A maior preocupação, no entanto, é de outro amigo e também companheiro de basquete de Itamar, o economista Alberto Surerus. "O País está numa bandalheira tal, há tanta corrupção por aí, está todo mundo vendendo a alma ao diabo que não sei se o Itamar, intransigente na sua honestidade como ele é, seria capaz de governar o Brasil nesse momento".

Carapintadas, síndrome em meio a crise

Campinas, SP (AE) — Na crise política, o principal temor dos chefes militares brasileiros ganhou nome: Síndrome de La Tablada, uma referência clara à rebelião dos Carapintadas, a tropa de elite do exército argentino, cuja revolta, em 1987, aproximou perigosamente do colapso o processo de redemocratização do país, no final do governo do Presidente Raul Alfonsín.

O assunto foi discutido pela primeira vez em uma reunião secreta, realizada no gabinete de um almirante no Rio de Janeiro na última semana de junho deste ano. Antes do encontro, a sala foi submetida a uma varredura para detecção de equipamentos de escuta — e havia dois "boogies" passivos disfarçados entre a fiação elétrica. Os aparelhos só entrariam em atividade quando fossem estimulados pelas vozes das pessoas participantes da reunião. A sala foi então considerada "limpa" para o debate dos sete oficiais de alta patente.

Três dias mais tarde, em Brasília, vários generais e pelo menos três coronéis com funções de Estado Maior tomavam conhecimento da proposta encaminhada aos líderes militares de maior prestígio na tropa, por um grupo de políticos do Nordeste ligados ao PFL. A tese: o partido retiraria seu apoio a Fernando Collor, facilitando a aplicação do processo de impedimento pelo Congresso. Em troca, essa atitude implicaria intervenção das forças armadas para impedir a posse do vice-presidente Itamar Franco.

Assumiria interinamente o presidente da Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que, em regime de exceção, convocaria eleições no prazo de 90 dias. A idéia foi sumariamente rejeitada, mas causou espanto entre os ministros militares — almirante Mário César Flores, da Marinha; general Carlos Tinoco, do Exército; e brigadeiro Sócrates Monteiro, da Aeronáutica — por ter avançado tanto na base do sistema operacional de segurança nacional.

Na mesma ocasião, foi apresentado um relatório produzido pelos serviços de informações, indicando que o projeto de criação do Ministério da Defesa, originado na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) pouco antes da saída do primeiro titular da área, Pedro Paulo Leoni Ramos, do PP, poderia estar vinculado a uma manobra para transferir o controle de compras das forças armadas para a área civil do governo. Só então teria início o programa de reequipamento e modernização (adiado sucessivamente desde 1985), retomado em 1990 por Fernando Collor.

No Alto Comando da FAB, circulavam — informalmente — em junho, três hipóteses:

1) Fernando Collor supera a crise e permanece no cargo — o desgaste, porém, é tão grande que é preciso montar rapidamente um esquema de sustentação para impedir que haja qualquer tipo de desgoverno no País;

2) o Congresso decide pelo impedimento do Presidente da República — e é necessário apoiar claramente o vice Itamar Franco para evitar a obstrução política da administração, por conta da oposição xiita;

3) o Presidente renuncia, ou, impedido pelo Congresso, convoca mobilização popular para manter-se no cargo — situações limite, que podem levar à desorganização social, exigindo então a intervenção das forças armadas.

Acima de toda a discussão, entretanto, a opinião dos chefes, expressada em reuniões de variado nível, é a de que todo o problema é do setor civil — e deve ser resolvido pelos poderes constituídos, dentro da lei. "Marinha, Exército, e Aeronáutica não são instrumentos de pressão interna para resolução de questões domésticas, cuja esfera oscila da contravenção ao crime tipificado no Código Penal", acredita um antigo membro da Justiça Militar, para quem, "a convocação da força só se justifica em caso de ameaça à integridade da Nação".



No dia 11 de agosto, os estudantes paulistas começaram o protesto

INDICADORES ECONÔMICOS

Dólar		
	compra	venda
Comercial	Cr\$ 6.335,50	Cr\$ 6.336,50
Paralelo	Cr\$ 7.300,00	Cr\$ 7.450,00
Turismo	Cr\$ 7.230,00	Cr\$ 7.450,00

Ouro/grama		
	compra	venda
	Cr\$ 80.400,00	Cr\$ 80.600,00

Bovespa		
45.316 pontos	(+7,72%)	

BVRJ		
16.668 pontos	(+6,91%)	

Juros		
CDB prefixado em 30 dias a 1.875% no ano. Na mês, o rendimento bruto é de 28,22% e na dia, 0,83%. CDI a 35,34%. Over a 35,47% ao mês. Hot money a 35,4%. Capital de giro a 1.910% ao ano.		

DFA		
-----	--	--

Títulos da dívida externa em alta de 2,26%. DFAs cotados a 33,875% do valor de face.

UPC		
-----	--	--

Agosto — Cr\$ 26.987,32
Setembro — Cr\$ 26.987,32

TR/setembro		
25,38%		

TRD		
-----	--	--

28/09		
-------	--	--

29/09		
-------	--	--

Acumulada no mês	1,21370508%	1,22692555%
------------------	-------------	-------------

Poupança	
Dia	
Rendimento	
23/09	25,39284%
24/09	26,75864%
25/09	26,89195%
26/09	26,96526%
27/09	25,69947%
28/09	24,44633%
01/10	26,00690%

Salário Mínimo	
----------------	--

Agosto	Cr\$ 230.000,00
Setembro	Cr\$ 522.186,94

IR na fonte	
-------------	--

(em setembro/cruzeiros)
Até 3.135.620,00 isento

De 3.135.620,01 a 6.114.459,00 Aliquota: 15% Dedução: 3.135.620,00

Acima de 6.114.459,01 Aliquota: 25% Dedução: 4.327.156,00

Deduções
a) Cr\$ 125.425,00 por dependente (não há limite de dependentes); b) Cr\$ 3.135.620,00 para aposentados, pensionistas e transferidos para reserva remunerada a partir do mês em que completar 65 anos de idade; c) pensão alimentícia paga devido a acordo ou sentença judicial; d) contribuições para a Previdência Social.

Fonte: Secretaria da Receita Federal

UFIR mensal		
-------------	--	--

Agosto/92	Cr\$ 2.546,39
Setembro/92	Cr\$ 3.135,62

UFIR diária		
-------------	--	--

Dia		
Cr\$		
30/09	3.840,36	
01/10	3.867,16	
02/10	3.905,97	

UPDF mensal		
-------------	--	--

Agosto/92	Cr\$ 298.278,41
Setembro/92	Cr\$ 369.402,99

UPDF diária		
-------------	--	--

Dia		
Cr\$		
30/09	452.427,42	
01/10	455.584,69	
02/10	460.156,84	

Previdência Social		
--------------------	--	--

Assalariados (inclusive domésticos e avulsos)
Salário/Contribuição (Cr\$) Aliquota (%)

até 1.434.259,00 8

de 1.434.259,01 até 2.390.431,66 9

de 2.390.431,66 até 4.780.863,30 10

Limite máximo do salário de contribuição:

Aliquotas		Mínimo		Máximo	
%		Cr\$ (1)		Cr\$ (2)	

Empregado	De 8 a 10	41.774,96	478.086,33
Empregador	12	62.662,43	573.703,60
Total	De 20 a 22	104.437,39	1.051.789,93

(1) Cálculo sobre o piso do salário-de-contribuição de setembro (Cr\$ 522.186,94).

(2) Cálculo sobre o teto do salário-de-contribuição de setembro (Cr\$ 4.780.863,30).

Autônomos, empresários e facultativos

Classe e de filiação (ano)	Salário-Base (Cr\$)	Aliq. (%)	Contrib. (Cr\$)
----------------------------	---------------------	-----------	-----------------

1. Até 1 522.186,94 10 52.218,69

2. Mais de 1 até 2 956.172,64 10 95.617,26

3. Mais de 2 até 3 1.434.259,00 10 143.425,90

4. Mais de 3 até 4 1.912.345,31 20 382.469,06

5. Mais de 4 até 6 2.390.431,66 20 478.086,33

6. Mais de 6 até 9 2.868.518,03 20 573.703,60

7. Mais de 9 até 12 3.346.604,30 20 669.320,86

8. Mais de 12 até 17 3.824.690,66 20 764.938,13

9. Mais de 17 até 22 4.302.776,97 20 860.555,39

10. Mais de 22 4.780.863,30 20 956.172,66

Salário família

Salário (Cr\$) Cota (Cr\$)

Até 1.434.259,00 Cr\$ 38.246,95

Acima de 1.434.259,00 Cr\$ 4.780,86

Índice de preços	
------------------	--

INPC/IBGE	%
-----------	---

Junho/92 20,85

Julho/92 22,08

Agosto/92 22,38

Acumulada no ano 417,82

Acumulada em 12 meses 1.038,28

IGP-M/FGV	
%	

Junho/92 23,61

Julho/92 21,84

Agosto/92 24,63

Acumulada no ano 419,94

Acumulada em 12 meses 1.038,08

IPC/FIPE	
%	

Junho/92 22,45

Julho/92 21,10

Agosto/92 23,16

Acumulada no ano 411,70

Acumulada em 12 meses 1.050,29

ICV-DI/CODEPLAN	
%	

Abril/92 20,5

Maio/92+ 24,1

Junho/92 18,0

Acumulada no ano 242,8

Acumulada em 12 meses 945,3

Salário até Cr\$ 3.867.160 fica isento do IR

Os salários líquidos até Cr\$ 3.867.160,00 ficarão, em outubro, isentos do desconto do Imposto de Renda na Fonte. Este valor corresponde a mil Unidades Fiscais de Referência (Ufir) do mês de outubro (Ufir mensal), divulgada ontem pelo Departamento da Receita Federal.

Para calcular ao valor da Ufir mensal de outubro, correspondente ao primeiro dia útil do mês, a Receita utilizou a variação, até a segunda semana de setembro, do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O indexador oficial da Ufir mensal é a série especial do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda por reflexo da greve dos funcionários do IBGE, terminada em agosto, o IPCA não foi apurado.

Na segunda quadrisssemana de

setembro, o IPC/Fipe registrou variação de 23,33%, índice utilizado para corrigir os valores da tabela mensal do IR na Fonte. O índice contrariou as expectativas do Ministério da Economia, que apostava numa inflação em torno de 24,2% para este mês.

A nova tabela do IR, que só deverá ser divulgada oficialmente hoje, beneficia os salários pagos em outubro e também os relativos a setembro, pagos nos primeiros dias úteis de outubro.

Com a nova tabela, descontarão 15% de IR na Fonte os assalariados que percebem salários líquidos (descontadas a contribuição para a Previdência Social, as deduções por dependente e as previstas pela Justiça) entre Cr\$ 3.867.160,00 e Cr\$ 7.540.962,00. Quem recebe acima de Cr\$ 7.540.962,00, deduzirá Cr\$ 5.336.681,00 e pagará imposto de 25%.

OS NOVOS VALORES		
Base de cálculo (Cr\$)	Parcela a deduzir	Aliquota
Até 3.867.160	—	isento
De 3.867.160 a 7.540.962	3.867.160	15%
Acima de 7.540.962	5.336.681	25%
Dedução por dependente (Até o limite de cinco): 154.686,00		

Antecipação alcançará 123,77% em outubro

Todos os trabalhadores com datas-base em fevereiro, junho e outubro (Grupo “B”) terão direito em outubro a um reajuste de 123,77% sobre a parcela até três mínimos (Cr\$ 1.566.560,82). O índice foi fixado ontem em portaria assinada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Os trabalhadores que ganham três mínimos ou mais receberão em outubro aumento de Cr\$ 1.939.004,30.

O reajuste corresponde ao Fator de Atualização Salarial (FAS) de outubro, calculado sobre a média geométrica do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) de junho a setembro. O FAS de outubro (123,77%) ficou abaixo da variação acumulada do IRSM nos últimos quatro meses — 124,29%. Quando a tendência de inflação é de alta, o FAS fica acima da inflação. No cenário oposto, o FAS corrige os salários abaixo da evolução dos preços.

O reajuste quadrimestral do Grupo “B” incide sobre os salários de junho. Esse grupo obteve, po-

rém, antecipação de 22,5% em agosto. Por isso, é mais fácil para as empresas calcularem os salários de seus funcionários aplicando os 123,77% sobre os vencimentos de junho. Se não optarem por esse procedimento, deverão aplicar os 123,77% sobre os salários de setembro, deduzindo, em cruzeiros, a antecipação paga em agosto.

Já os trabalhadores do Grupo “D” receberão em outubro antecipação bimestral de 23%, também sobre a parcela até três salários mínimos. Para os que ganham três mínimos ou mais, a parcela fixa a ser paga no próximo mês é de Cr\$ 360.308,99. Esse grupo terá reajuste quadrimestral em dezembro.

Não têm direito aos reajustes quadrimestrais e às antecipações bimestrais os funcionários públicos (exclusive, os das estatais) e as categorias sem data-base, como é o caso, por exemplo, das empregadas domésticas. É bom lembrar que o fato de um trabalhador receber hoje um salário mínimo não o impede de se beneficiar da política salarial.

CONFIRA OS REAJUSTES

Reajuste quadrimestral
(Grupo B)
Salário (em Cr\$)

Junho	Outubro
230.000	522.186,94
500.000	1.118.873,00
1.000.000	2.237.746,00
1.500.000	3.356.619,00
2.000.000	3.939.004,39
3.000.000	4.939.004,39

Antecipação Bimestral
Grupo D
Salário (em Cr\$)

Agosto	Outubro
230.000,00	522.186,94
300.000,00	522.186,94
400.000,00	522.186,94
500.000,00	522.186,94
1.000.000,00	1.230.000,00
2.000.000,00	2.360.308,99

Grupo Safra compra a Companhia de Polipropileno por Cr\$ 291 bi

Rio — O grupo Safra comprou, por Cr\$ 291,7 bilhões, ou US\$ 46 milhões, pelo câmbio comercial de ontem, 20% do capital votante da Companhia Industrial de Polipropileno-PPH, pertencentes à Petroquisa, holding estatal do setor petroquímico, em leilão de privatização centralizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Este pode ter sido o último leilão de desestatização do governo Collor.

O preço pago ficou, em média, 62,16% superior ao valor mínimo estabelecido para os 24.306 lotes de mil ações ordinárias da empresa, mais um lote residual de 896 ações. Os três sócios anteriores da PPH, que são a Odebrecht, com 20%, a Himond do Brasil, com 30%, e a Petropar, com outros 30%, têm prazo de sete dias para ficar com os



Modiano (segundo à E) bate o martelo na Bolsa do Rio de Janeiro

papéis arrematados pelo Safra, desde que paguem o preço que essas ações alcançaram no leilão, conforme acordo de acionistas.



Movimento da soja em Santos será recorde

São Paulo — O movimento de soja em grão, farelos de soja e de polpa cítrica poderá alcançar o recorde de 3 milhões de toneladas no Porto de Santos em 1992. A previsão é de técnicos da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que calculam que 2 milhões de toneladas serão movimentadas no corredor de exportação e 1 milhão de toneladas nos terminais de uso privativo. De janeiro a agosto, o cais santista manipulou 1.840.884 toneladas dos três produtos.

Nos primeiros oito meses deste ano foram movimentados 220.584 toneladas de farelos cítricos na Codesp e mais 228.892 nos terminais privativos. No mesmo período, a estatal trabalhou 910.710 toneladas de soja e 69.772 toneladas de farelo de soja. Nos terminais privativos, a movimentação totalizou 295.314 toneladas de soja e 115.612 toneladas de farelo de soja.

A Codesp acredita que as taxas portuárias de embarque estão competitivas e devem colaborar para a movimentação recorde. No corredor de exportação da Codesp, o embarque da tonelada de soja em grão custa Cr\$ 9.033,39 e a tonelada de farelo de soja sai a Cr\$ 9.660,67. “A tarifa de Santos não é competitiva. No Porto de Paranaguá, por exemplo, pagamos de US\$ 2 a US\$ 3 a menos do que em Santos”, rebate Luciano Costa, vice-presidente corporativo da Cargill, um dos maiores exportadores de soja e farelos do País. A Cargill é dona do único terminal privativo do Porto de Santos em funcionamento que exporta soja em grãos e farelo e a empresa não espera utilizar sua capacidade total, ou seja, 1 milhão de toneladas em 1992.

“Não sabemos das estatísticas da Codesp. Sabemos que em 1991 exportamos mais de 600 mil toneladas e que, neste ano, exportaremos apenas 500 mil toneladas”, acrescenta Costa. “Quem bate recorde todos os anos é o Porto de Paranaguá”.

Conab leiloa estoques para conter inflação

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) venderá, até o fim desta semana, 148.527 toneladas de alimentos, com o objetivo de manter o mercado abastecido e conter a alta dos preços neste período de entressafra. Estão sendo oferecidos parte dos estoques de feijão, trigo, milho e arroz. Segunda-feira, a Conab vendeu 22.900 toneladas de carne e colocou ontem à venda 71.140 toneladas de trigo importado.

Hoje, a Conab oferecerá 18.690 toneladas de feijão, sendo 2.900 toneladas de feijão macaçar, 1.190 toneladas de feijão preto e 14.600 toneladas de feijão de cor. O pregão será realizado às 10h00, na Bolsa de Mercadorias do Rio Grande do Sul. O produto pode ser examinado pelos interessados nos estados da Bahia, Paraná, Rondônia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Amanhã, serão realizados dois pregões. Um às 10h00, para venda de 50.353 toneladas de milho, cuja operação será centralizada na Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso do Sul. O outro pregão será promovido

do às 15h00, na Bolsa Mercantil do Nordeste, em São Luís, onde a Conab ofertará 23.067 toneladas de trigo nacional. O trigo está depositado nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais e o milho em Goiás.

O último leilão da semana ocorre na sexta-feira, quando a Conab estará vendendo 57.057 toneladas de arroz em casca na Bolsa de Cereais e Mercadorias do Centro-Oeste, em Goiás. O cereal está depositado nos estados de Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rondônia, onde poderá ser vistoriado pelos interessados.

Todos os pregões serão promovidos pelo processo de cartelas, através do sistema de interligação das bolsas de cereais que participam da venda dos estoques oficiais.

Também na sexta-feira, dia 2, a Conab vai promover leilão para a venda de 15.276.954 litros de derivados de uva, basicamente vinho próprio para consumo. O pregão será centralizado na Bolsa de Mercadorias do Rio Grande do Sul, às 16h00.

MARAVILHOSA CHACRINHA DE 20.000 m²

PEQUENO SINAL + SALDO EM PRESTAÇÕES A PARTIR DE CR\$ 250.000,00

LIGUE JÁ, FONES: 322-3736 322-4871

A 15 minutos do Plano Piloto, na zona rural do Lago Norte, à beira do asfalto, com água em abundância. Rios, córregos e nascente. Excelente para plantar e criar. Local de rara nobreza.

PLANTAO SABADO E DOMINGO

CONSÓRCIO CASEMA-RODOBENS
Agora você vai construir sua casa. Com certeza

PLANO ESPECIAL 4 pagamentos

CASEMA **SHOW ROOM PARQUE DA CIDADE FONE: 225-3070**

METALBAN

INFORMA A COTAÇÃO DO OURO
Cr\$ 80.600,00 grama

244-5511

Eleição livre em Angola leva milhões às urnas

Gopal Chitraker/Reuters



Equipes de resgate examinam os restos do avião paquistanês que caiu no Nepal, cheio de turistas que iam para o Himalaia

Falha humana causou queda de avião

Katmandu — Uma falha humana e a falta de equipamentos adequados de orientação técnica no aeroporto de Katmandu são provavelmente a causa do acidente com o Airbus A-300 da Pakistan International Airlines (PIA) que caiu segunda-feira, alguns minutos antes de aterrissar na capital do Nepal, matando seus 167 passageiros e tripulantes, afirmaram ontem os especialistas.

Segundo os pilotos da Royal Nepal Airlines (RNA), o aparelho voava muito baixo ao se aproximar do aeroporto internacional de Tribhuvan. O piloto deveria voar a uma altitude superior a 9.000 pés (2.700 metros) ao invés dos 8.350 pés (2.530 metros) que registrava até chocar-se contra a colina de Bhate Bhir, a uns quinze quilômetros ao Sul do aeroporto.

“O aparelho teria que estar a mais de 9.000 pés devido a duas montanhas de 8.300 e 8.500 pés situadas justamente no corredor aéreo por onde passam os aviões que se preparam para o pouso”, declarou um piloto, que pediu anonimato.

Além disso, o aeroporto de

Retardatários escapam da morte

Karachi — Treze pessoas se atrasaram e perderam segunda-feira o avião que as levaria de Karachi para Katmandu e agradeceram ontem a sorte que tiveram. O Airbus A-300 da companhia Pakistan International Airlines (PIA) caiu no Nepal, causando a morte de 167 pessoas.

Doze desses passageiros perderam o avião devido a um atraso, em Frankfurt (Alemanha), de um voo que os traria da Europa, informa a imprensa de Karachi.

“Chegamos a amaldiçoar este atraso que nos fez perder dois dias”, declarou u cidadão suíço, em entrevista ao jornal The News. Erzer Ronato, estudante de Antropologia da Universidade de Berna (Suíça), estava em Katman-

du para praticar alpinismo no Nepal com um de seus amigos suíços, Christian Wyss.

“Jamais acreditei no destino mas ele nos salvou a vida”, acrescentou Erzer Ronato.

Seis suíços, um francês, um alemão e quatro holandeses estão entre os que perderam o avião. Um outro passageiro, de nacionalidade japonesa, talvez teve mais sorte que todos. Katsuyuku Onu já havia cumprido o essencial das formalidades para subir no avião e chegou a receber o cartão de embarque, quando foi interceptado pelos serviços paquistaneses de imigração por não ter obtido da polícia o visto obrigatório de saída do país.

Katmandu não dispõe de uma cobertura completa de radar que permitiria aos controladores do tráfego aéreo alertar os pilotos quando saem da rota prevista ou quando voam muito baixo.

Radar — Um dirigente da aviação

civil do Nepal informou que seu governo providencia com urgência a instalação de um sistema de radar e a ampliação da pista de pouso para melhorar a segurança do aeroporto.

Em 31 de julho passado, um Airbus A-310-300 tailandês

chocou-se com uma montanha a nordeste de Katmandu, matando 113 pessoas a bordo.

Em Bangcoc, um piloto tailandês que pediu o anonimato declarou que “os pilotos precisam ter grande experiência para aterrissar no local, porque a manobra para pouso no aeroporto é extremamente delicada”.

Um dirigente da Thai International afirmou que apesar de o aeroporto não ter uma cobertura de radar completa, atende às normas internacionais, sendo controlado pela Organização Internacional de Aviação Civil. “Há 20 anos que passamos por lá e até julho não havíamos tido problemas”.

Segundo uma lista parcial de passageiros fornecida pela PIA, o Airbus levava a bordo 19 paquistaneses, além dos 12 tripulantes, 33 nepaleses, 29 espanhóis, 12 holandeses, 10 italianos, três britânicos, dois suíços, três cidadãos de Bangladesh e um japonês.

Uma equipe de especialistas da PIA estava sendo esperada ontem em Katmandu, assim como os representantes do consórcio europeu Airbus Indústria, construtor do aparelho.

Vice-chanceler egípcio chega hoje a Brasília

O vice-chanceler do Egito, Fawzy Al-Obrashi, chega hoje a Brasília para realizar conversações no Itamaraty sobre as relações bilaterais a analisar a situação atual no Oriente Médio. Trata-se do primeiro contato político entre os dois países desde a visita do então chanceler brasileiro Francisco Rezek ao Cairo, em novembro de 1991.

Al-Obrashi veio ao Brasil acompanhado de um grupo de homens de negócios, que estão realizando contatos com empresários brasileiros e analisando o mercado. Eles viajaram diretamente do Rio para São Paulo e não vieram a Brasília junto com o vice-chanceler.

Para o embaixador egípcio Mahmoud Mortada “esta é uma boa oportunidade para incentivar a cooperação econômica entre os dois países, porque ambos estão abrindo seus mercados, defendendo o comércio livre e aplicando um programa de privatização”.

Mortada acha possível a realização de joint-ventures no Egito, através das quais as empresas brasileiras poderiam atingir um vasto mercado que inclui tanto os países do Oriente Médio como os africanos.

Quanto às negociações políticas em Brasília, o embaixador destacou que o vice-chanceler expressará a opinião do governo egípcio no sentido de que há uma nova atmosfera positiva na região do Oriente Médio, com a subida ao poder do governo trabalhista de Yitzhak Rabin. Em qualquer circunstância, nós afirmamos que as negociações de paz entre árabes e israelenses devem continuar baseadas no intercâmbio de terra por paz”, destaca.

Mortada afirmou que países árabes como a Síria compreendem a importância de estabelecer a paz no Oriente Médio e as autoridades de Damasco têm interesse na continuação das negociações. (Ivan Godoy).

Luanda — Milhões de angolanos compareceram ontem às urnas nas primeiras eleições livres da história do país, após 16 anos de guerra civil. Antes mesmo da abertura das seções, às 7h00 locais, os eleitores da capital já faziam fila do lado de fora. Apesar da aparente calma, entretanto, todos os prédios governamentais, de jornais e da televisão foram guardados por unidades da polícia.

Segundo observadores das Nações Unidas entrevistados pela AFP, as eleições se realizaram em calma em todo o país. Em alguns lugares, no entanto, as cédulas de voto chegaram com várias horas de atraso. Apesar de as eleições prosseguirem hoje até as 19h00, “a maioria dos angolanos prefere votar hoje (ontem)”, estimou um observador. Desde o começo da manhã, 400 observadores internacionais foram mobilizados pela ONU em todo o país, com aviões e helicópteros. Centenas de observadores independentes de diversas organizações também estão em Angola.

Após cinco séculos de colonização portuguesa, uma longa guerra e 17 anos nos quais o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), apoiado por Moscou e

Havana, dominou o país, os angolanos conhecem pela primeira vez o que é uma eleição democrática.

Candidatos — Cerca de 4,8 milhões de cidadãos elegerão um presidente da República por cinco anos e 220 deputados por quatro anos. Apesar de haver 11 candidatos à Presidência, o duelo esperado deverá se limitar a dois inimigos: o atual Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da antiga guerrilha União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita, transformada agora em partido político), Jonas Savimbi. Nenhum dos dois conseguiu, em 16 anos de guerra, a hegemonia, e só o fim da guerra os levou a se sentar numa mesa de negociações.

Os observadores temem que se os resultados eleitorais não forem aceitos por um dos lados, o país caia novamente na violência. A tensão em Angola, onde as fronteiras e os aeroportos estão fechados, isolando assim do exterior durante dois dias um país destruído pela guerra civil, demonstra que alguns destes temores expressados por vários observadores internacionais das Nações Unidas têm fundamento. A guerra civil angolana deixou mais de 100.000 mortos.

PAÍS FOI DEVASTADO PELA GUERRA

■ **O País:**
Angola está situada na costa sudoccidental da África e conta com uma superfície de 1,25 milhão de quilômetros quadrados, constituindo-se no segundo país mais importante da África meridional. A maior parte do país é coberta de pradarias.

■ **A população:**
Três grupos étnicos constituem 85% da população. São eles: o grupo ovimbundo, da meseta central, o mbundo de Luanda e o congo do Noroeste. Há mais nove grupos étnicos e os angolanos de raças mistas constituem um terço do total. No país, permanecem 70 mil descendentes de portugueses,

■ **História:**
O Norte de Angola foi sede do poderoso Reino Congo no século XV. Os barcos portugueses chegaram em 1483, durante os 400 anos seguintes — quatro milhões de escravos foram transportados de Angola para as Américas. Em 1961, grupos nacionalistas começaram uma guerra de guerrilhas contra a dominação portuguesa. Nas vésperas da independência, em 1975, estourou uma guerra civil entre os diversos grupos rebeldes, e o MPLA, de orientação marxista, conseguiu tomar o poder. Cuba enviou soldados e armas para apoiar as forças do então regime marxista do MPLA e os Estados Unidos e a África do Sul ajudaram com armas e dinheiro para a Unita. Em maio de 1991, foram assinados os acordos de paz.

■ **Economia:**
Angola, cujos recursos naturais a colocam entre os países mais ricos da África, ficou virtualmente devastada pela guerra civil e hoje depende das exportações de petróleo, em sua maior parte provenientes da província de Cabinda. Outros recursos importantes são a exploração de diamantes, o café e o pescado. O governo angolano tenta transformar seu sistema econômico de planejamento central, organizado pelos dirigentes marxistas do MPLA, em uma economia de mercado livre.



Índios parlamentares rejeitam celebração

La Paz — Os parlamentares indígenas de 17 países da América Latina, Estados Unidos e Canadá rechaçaram ontem qualquer celebração dos 500 anos de conquista espanhola da América e advertiram que exigirão uma indenização pelos que definiram como “estragos e mortes” causados pelo invadidores do hemisfério. Esta exigência foi emitida ontem por representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Chile, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, durante as deliberações do VI Encontro de Parlamentares Indígenas, iniciado segunda-feira nesta capital.

O chefe do movimento indígena Tupac Katari (Mitka) e ex-deputado boliviano Constantino Lima convocou os povos indígenas a empunharem armas para exigir da Espanha o pagamento de US\$ 10 bilhões pelos estragos e mortes provocados na América Latina. Acrescentou que esta exigência já foi apresentada ante a suprema corte de Haia e ante a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989. “Sem encontrarmos respostas, não nos resta outro caminho a não ser utilizar armas em defesa de nossos direitos”, afirmou.

Mais tranquilo, o presidente do Parlamento Andino, o venezuelano Enber Guaran afirmou que “uma vez que a luta dos povos indígenas já começou, a mesma deve utilizar

as armas outorgadas pela democracia”. O embaixador da Espanha na Bolívia, Carmelo Angulo, definiu como “irreal” a exigência do Parlamento Andino e afirmou que esta “dívida histórica” deve ser paga “com uma nova etapa mais equilibrada de conversações e de cooperação entre seu país e a América Latina”.

Acrescentou que a Espanha “não deveria considerar a celebração dos 500 anos da chegada dos espanhóis à América, mas sim recordar o que de bom ou mau aconteceu a partir de então”. Angulo disse também que a partir desse ano, “este reencontro de dois mundos deve encaminhar-se sobre as bases de uma maior amizade, solidariedade, respeito e igualdade entre os povos”.

Documento — Os delegados parlamentares e de organizações indígenas dos países da América Latina concluirão suas sessões hoje com a aprovação de um documento em que fixarão sua posição sobre os direitos humanos dos povos originários da América Latina, o V Centenário da conquista da América, a preservação do meio ambiente e a eleição de sua nova direção.

O Parlamento Andino foi criado em 1987 no Panamá e desde então vem realizando encontros comuns no Panamá, Nicarágua, México, Guatemala e Canadá. Antes da Bolívia, também houve reuniões extraordinárias no Panamá e no México.

Cúpula deverá discutir paz na Iugoslávia

Sarajevo — Os negociadores internacionais para a paz na Bósnia-Herzegovina, lord Owen e Cyrus Vance, informaram em Belgrado que os presidentes da Iugoslávia, Dobrica Cosic, e da Croácia, Franjo Tudjman, concordaram em participar hoje de uma rodada de negociações. Ontem mesmo, o britânico Owen, que representa a Comunidade Econômica Européia, e o norte-americano Vance, enviado pelas Nações Unidas, estarão reunidos em Genebra com o presidente da Bósnia, Alija Izetbegovic.

Os dois enviados especiais foram a Belgrado negociar a criação de corredores de proteção, que permitam aos civis deixar as cidades sitiadas na Bósnia, segundo informaram fontes próximas às conversações. A idéia é estabelecer 10 corredores, inclusive um para a capital, Sarajevo. Owen confirmou a realização de um acordo com o chefe do Estado-Maior iugoslavo, general Zivota Panic, para desmilitarização da península de Prevlaka, sobre a fronteira entre Montenegro e o sul da Croácia.

Francês dá cobertura a comboio alimentar

Sarajevo — Soldados franceses armados impediram ontem que militares sérvios detivessem quatro motoristas muçulmanos de um comboio humanitário e um funcionário local da ONU num tenso confronto de meia hora num subúrbio de Sarajevo dominado por sérvios, informaram representantes das Nações Unidas.

As tropas franceses, lideradas por seu comandante, deram cobertura aos cinco enquanto Izumi Nakamitsu, delegado do alto comissariado da ONU para refugiados (UNHCR) em Sarajevo, negociou com êxito o fim do incidente. Segundo fontes da ONU, os motoristas e o funcionário foram retirados à força de um comboio de oito caminhões organizado pela UNHCR e revistados por soldados sérvios perto do subúrbio de Ilidza.

Os soldados encontraram uma carta pertencente ao funcionário da ONU que continha “palavras ofensivas aos sérvios” e ordenaram que ele os acompanhasse ao posto policial de Ilidza.

Dag Espeland, diretor de logística da UNHCR em Sarajevo, contou que os sérvios detiveram tam-

de setembro contra um avião de auxílio italiano.

O UNHCR também apelou aos governos da região que aceitem deixar suas fronteiras abertas.

Da mesma forma, 20.000 pessoas que fugiram das represálias na região de Besanski-Petkovic se encontram alojadas em Travnik, uma situação que será examinada pelo alto comissário Sadako Ogata e pelos estados ocidentais que concedem ajuda na próxima segunda-feira.

bém para interrogatório os quatro motoristas muçulmanos.

Disse ainda que funcionários da ONU que viajavam no comboio alertaram por rádio o QG da força de proteção da ONU (Unprofor), que enviou a Ilidza 10 soldados franceses em quatro veículos de transporte blindados sob o comando do coronel Patrice Satre. Espeland também se dirigiu a Ilidza com Nakamitsu.

Os soldados franceses aguardavam no posto policial de Ilidza quando os sérvios chegaram com o funcionário local da ONU e os quatro motoristas, disse Espeland. Satre e seus soldados deram proteção imediata aos detidos, não permitindo que os sérvios os levassem para o posto policial.

Segundo ele, a tentativa de prisão dos motoristas e do funcionário foi o mais grave incidente com os comboios desde que a UNHCR começou a utilizar caminhões para a entrega de ajuda humanitária a Sarajevo após a suspensão, a 3 de setembro, da ponte aérea internacional devido à derrubada de um avião de carga italiano.

Governo da Rússia libera as viagens ao exterior

Moscou — O governo russo eliminará a primeiro de janeiro um dos últimos obstáculos às viagens do exterior: o visto de saída e espera-se que 20 milhões de russos solicitarão passaportes, segundo previsões do Ministério das Relações Exteriores. Os russos devem agora obter o visto no Ministério do Interior antes de deixar o país ou solicitar o visto de entrada em outro. Entretanto, o visto tem validade para uma única saída da Rússia e por um determinado período.

O chefe da seção consular da chancelaria, Vasily Vinogradov, afirmou ontem que os vistos de saída serão eliminados quando entrar em vigência, a primeiro de janeiro, uma nova lei sobre viagens e emigração. Vinogradov prevê uma avalanche de pedidos de passaportes quando entre 15 e 20 milhões de cidadãos decidirem que querem ter um passaporte. Admitiu, entretanto, que é possível que o governo não possa "fazer frente" ao aumento dos pedidos do documento.

Atualmente, a Rússia emite entre 300 mil a 400 passaportes por ano.

Símbolo — A Rússia continua emitindo passaporte soviético porque os parlamentares ainda não acertaram um novo símbolo para o Estado. As restrições às viagens dos russos e estrangeiros tanto para o exterior quanto dentro do país vêm sendo afrouxadas nos últimos dois anos, especialmente após o esfacelamento da União Soviética, no final de 1991. Entretanto, os russos devem explicar a governo porque desejam sair do país. A menos que seja para uma viagem oficial, devem apresentar um comprovante de convite de uma empresa ou uma vaga para estudar no exterior ou ainda a casa de um parente.

Na semana passada, a Rússia e os Estados Unidos eliminaram mutuamente as restrições de viagem a jornalistas e empresários, que mantinham vedadas grande parte dos respectivos territórios durante várias décadas.



Além da possibilidade de viajar ao exterior, os russos poderão comprar bônus de privatização

Soldado irlandês morre baleado no Sul libanês

Sidon (Líbano) — Um irlandês integrante da Força de Paz das Nações Unidas foi morto e outro ficou ferido em um bloqueio da ONU no vilarejo libanês de Jmijeh em uma troca de tiros com homens armados que tentaram passar a barreira, informou, ontem, porta-voz da força provisória da ONU no Líbano. Dois civis e seis atiradores também foram mortos no ataque.

O incidente ocorreu em uma área do Sul do Líbano patrulhada por forças de um batalhão de infantaria do Exército da Irlanda, depois que os membros irlandeses da Força de Paz fecharam a barreira devido à violência na região. Anteriormente, fontes de segurança em Sidon haviam afirmado que o soldado da ONU havia morrido durante os bombardeios israelenses ao sul do Líbano.

"Atiradores tentaram atravessar a barreira e quando não conseguiram abrir fogo contra os soldados", disse o porta-voz da Força de Paz Timor Goksel, acrescentando que uma granada lançada por foguete atingira a barreira.

O cabo Peter Ward, de 30 anos, de Athlone, morreu no ataque. O soldado Neil Colman, de 22 anos, ferido, se encontra em condições estáveis em um hospital de campanha da ONU, segundo Kevin Conmy, porta-voz do Escritório Irlandês de Assuntos Estrangeiros.

Condenação — O ministro das Relações Exteriores da Irlanda, David Andrew, condenou o ataque e apresentou seus sentimentos às famílias das vítimas.

Uma fonte do Hezbollah negou que guerrilheiros muçulmanos tenham atacado o posto de controle e insistiu em que o militar irlandês fora morto por um foguete israelense que caiu no local.

Esta fonte acusou os membros da Força de Paz da ONU de impedirem a retirada de cerca de 12 feridos de Baraachit para um hospital público em Tibnin.

O informante disse que uma mulher de 65 anos morreu depois que os soldados irlandeses abriram fogo contra um carro que tentava atravessar a barreira levando feridos.

O ministro da Defesa da Irlanda Noel Dempsey chegou segunda-feira ao Líbano para inspecionar o contingente irlandês que participa da força da ONU de nove países enviada ao Líbano.

Dempsey assistiu à cerimônia em que o comandante da força de paz da ONU no Líbano Lars-Eric Whalgreen condecorou 325 soldados irlandeses por serviços à Paz.

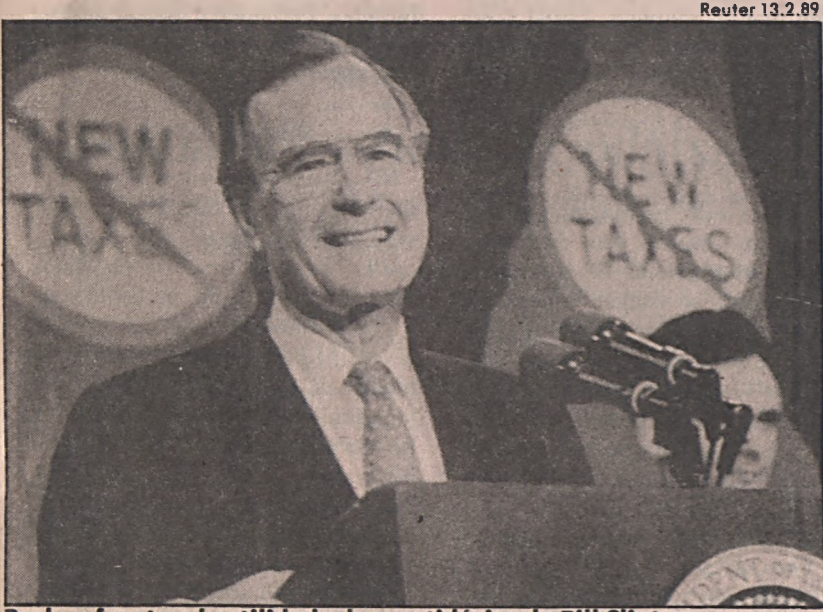
Ward foi o décimo-terceiro soldado irlandês morto no Líbano a serviço da ONU desde que a Irlanda se integrou à Força de Paz no país, em 1978.

Cerca de 900 militares irlandeses servem à ONU em várias partes do mundo, sendo 675 no Líbano.

Fotógrafo é agredido no Principado de Mônaco

Mônaco — Um repórter fotográfico da agência norte-americana Associated Press foi agredido, ontem de manhã, por um guarda-costas de Daniel Ducruet, noivo da princesa Stephanie de Mônaco. Há rumores sobre o casamento, muito em breve, da princesa Stephanie com seu ex-guarda-costas.

França quer um maior papel dentro da Otan



Bush enfrenta a hostilidade dos partidários de Bill Clinton

Clinton está vencendo guerra da propaganda

Dallas (EUA) — Na pequena guerra da publicidade verbal em torno da campanha eleitoral norte-americana, os partidários do democrata Bill Clinton superam amplamente os republicanos de George Bush em criatividade. E a grande vedete das últimas semanas é uma galinha, que simboliza o medo do presidente, que se recusa a um debate cara a cara com seu adversário.

Por toda parte onde Bush passa, em sua incessante busca pela reeleição, pelo menos um homem disfarçado de galinha o espera entre a multidão com um cartaz "Chicken George", auxiliado por uma multidão que cacareja. A situação não tardou a irritar Bush. A um homem que o encarou segunda-feira em Dallas (Texas) com um sonoro "Chicken George, por que você não aceita debater?", Bush respondeu: "Você está falando da galinha que fugiu da guerra ou do rio Arkansas?". Referências a Clinton, que não combateu no Vietnã e à poluição provocada pelos criadores de frangos no Estado onde o candidato democrata é governador.

Em Shreveport (Louisiana), na semana passada, uma "galinha" se infiltrou no aeroporto onde se encontrava Bush com uma faixa que dizia: "Os produtores de frango es-

tão com Bush", antes de revelar sua verdadeira mensagem. "Leiam no meu bico: medroso demais para debater". Em 1988, na mais célebre frase de sua campanha eleitoral, Bush disse: "Leiam em meus lábios, não haverá mais impostos". Desde então, os democratas se divertem com a declaração do presidente, pois dois anos depois voltou atrás na promessa.

Busto — Durante um discurso de Bush na universidade de Chicago na última sexta-feira, partidários de Clinton distribuíram aos jornalistas um pequeno busto de gesso do presidente com a seguinte frase: "Não a novos impostos, 25 de setembro de 1988". Na parte de trás, entretanto, podia-se ler: "As promessas não cumpridas de Bush".

Clinton deverá enfrentar um menor número de manifestantes. Mas, os partidários de Bush também não fazem por menos e não deixam o adversário esquecer que não combateu no Vietnã. Há algumas semanas, atrás por exemplo, um avião arrastava uma faixa cobrindo: "Não queremos um presidente que se recusou a lutar". Mais recentemente, em Nova Jersey, alguns republicanos preferiram utilizar o adultério, no qual esteve envolvido Clinton.

Paris — Advertindo que a Organização do Tratado do Atlântico Norte tem que evoluir se quiser sobreviver, o ministro da Defesa, Pierre Joxe, disse ontem que a França está disposta a desempenhar um papel maior no interior do grupo, mas permanecerá fora de seu comando militar integrado.

"As relações entre a França e a Otan evoluirão mais facilmente depois que a organização começar realmente a mudar", disse Joxe em um seminário sobre defesa em Paris. Segundo ele, a Otan tem que "adaptar progressivamente suas estruturas políticas e militares de acordo com a nova situação, caso contrário parecerá". Embora não tenha definido precisamente as mudanças que defende, Joxe disse que a França poderá participar mais plenamente das discussões políticas e militares da Otan.

Ele citou o caso da Espanha, que desempenha um papel institucional mais importante na Otan do que a França embora também permaneça de fora do Comando Militar Integrado.

"A França deve estar presente no processo de tomada de decisão, onde é organizada a administração de crises e onde nossa segurança futura é articulada", afirmou Joxe.

Mas ressaltou que está "fora de questão" a volta da França à estrutura militar integrada da Otan porque as necessidades francesas de defesa são baseadas no arsenal nuclear "autônomo" do País.

Declarações — Os comentários de Joxe são os mais recentes de uma série de declarações de líderes franceses nos últimos meses defendendo laços mais fortes entre Paris e a Otan. A França pertence às instituições políticas da organização, mas retirou-se de seu comando militar integrado em 1966.

Em maio, o presidente François Mitterrand e o chanceler Helmut Kohl, da Alemanha, ignorando os veementes protestos do governo de George Bush, anunciaram a criação de um exército europeu até 1995 para participar de operações militares fora da Europa e em missões ainda indefinidas de manutenção da paz no âmbito do continente.

O planejado exército de 35.000 soldados operaria sob as ordens tanto da Otan como da Comunidade Européia, mas funcionários norte-americanos o consideram uma ameaça à aliança ocidental, que tem



Mitterrand anunciou em maio a criação de um Exército europeu

sido a base fundamental da defesa européia.

Na tentativa óbvia de acalmar tais temores, Joxe disse nesta segunda-feira que a criação de uma unidade militar européia "é um acréscimo, e não uma ameaça" à Otan, e acrescentou que a primeira missão dessa força militar futura seria a defesa conjunta dos aliados ocidentais.

Alemanha — Falando no mesmo seminário de que Joxe participou, o ministro da Defesa alemão, Volker Ruhe, disse que um acordo com a Otan sobre as condições sob as quais a unidade militar européia participaria de operações militares estava próximo e poderia ser anunciado ainda em dezembro. "A criação de uma entidade européia de defesa não deveria ser considerada como uma tentativa de competição com a Otan", disse Ruhe. "É essencial que exista uma instituição política comum e um acordo adequado com o comando aliado sobre a unidade européia".

Rhue disse ainda que a Alemanha talvez possa participar das operações de manutenção da paz das Nações Unidas antes do fim do ano. Tal participação exige mudanças na Constituição alemã, que proíbe o envio de soldados ao exterior.

O futuro papel da Otan tem sido um dos principais assuntos de discussão entre Washington e as capitais da Europa ocidental desde a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento da antiga União Soviética.

Embora diversos países, entre

eles a Espanha, a Bélgica e a Itália, estejam estudando a possibilidade de se juntarem à planejada unidade militar européia, outras nações, como a Grã-Bretanha, a Holanda e a Dinamarca, continuam a considerar a Otan a base da defesa européia.

Funcionários franceses e alemães sempre deixaram claro que a nova unidade européia não pretende substituir a aliança ocidental liderada pelos Estados Unidos.

"Não queremos que as tropas norte-americanas deixem a Europa", disse Mitterrand em maio último, quando anunciou a criação de uma unidade militar européia em entrevista coletiva conjunta com Kohl. "Mas quem pode prever que decisões serão tomadas devido às dificuldades econômicas enfrentadas pela liderança dos Estados Unidos?"

Os Estados Unidos estão reduzindo pela metade suas tropas na Europa, para aproximadamente 195 mil soldados até 1995, e há vezes se levantando em Washington por cortes adicionais agora que a guerra fria acabou.

A Guerra do Golfo e a crise na antiga Iugoslávia convenceram muitos europeus da necessidade de criação de uma força conjunta de defesa independente dos Estados Unidos. O tratado de Maastricht de unidade européia, por exemplo, prevê o estabelecimento de uma política externa e de defesa comum entre as 12 nações da Comunidade Européia e a unidade franco-germânica é vista como o primeiro passo nessa direção.

1. Coloque o original sobre o vidro.

2. Aperte o botão verde.

Você acabou de ler o manual de instrução da Sharp Z55.

COPIADORA PESSOAL Z-55

4 PAGAMENTOS DE US\$ 495,00

GRÁTIS:

01 CILINDRO INSTALADO

02 TONERS

Representante Autorizado:

SHARP

Calculadoras - Fax

Copiadoras

Vendas, instalação e assistência técnica

1

2

MAOPLAN

MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIOS

W3 NORTE - Q.509 - ED.ISIS

FONE: (061) 273-9078

FAX: (061) 272-4696

Flamengo vai a campo confiando que ainda pode chegar ao título

Rio — Para continuar com chances de vencer a Taça Guanabara — é vice líder da competição ao lado de Madureira e Bangu, com 13 pontos ganhos —, o Flamengo não tem outra alternativa senão vencer o Americano, hoje, às 21h20, no estádio Caio Martins. O técnico Carlinhos ganhou um substancial reforço para essa partida: o veterano apoiador Junior desistiu da idéia de ser poupado e já está à disposição do treinador. A certeza da volta do ponta-esquerda Zinho — que cumpriu suspensão automática — contrasta com a dúvida de Carlinhos quanto ao setor defensivo. Ele não sabe se escala Junior Baiano ou Rogério.

O fato de o jogo ser no Caio Martins, cujo gramado encontra-se em ótimas condições, provocou um clima de otimismo entre jogadores e comissão técnica, justificado pelo maestro Junior: “Teremos condições de desenvolver nosso verdadeiro futebol, sem correr o risco de sofrer contusão”. Todos estão conscientes da necessidade de o Flamengo derrotar o Americano, mas o técnico Carlinhos frisou que sua equipe deve fazê-lo com inteligência: “Não podemos entrar em desespero”, observou. Embora considere o Americano um adversário perigoso, Carlinhos garantiu que o Flamengo será uma equipe ousada, até porque não pode fugir a suas características ofensivas. O time continuará adotando a tática de pressionar o oponente desde os primeiros minutos de partida.

Cumprindo uma campanha muito aquém das suas possibilidades — ocupa a nona colocação —, o Americano sabe que será difícil superar o Flamengo. O técnico Zé Maria, no entanto, acha que o seu time poderá surpreender a equipe adversária e arrancar, pelo menos, um empate.

Flamengo — Gilmar; Charles, Rogério (Junior Baiano), Wilson Gotardo e Piá; Marquinho, Junior e Marcelinho; Paulo Nunes, Gaúcho e Zinho. **Americano** — Joelson; Ronaldo, Vandecir, Nabor e Eraldo; Viana, Berg, Vander Luis e Pelica; Amarildo e Luisinho.

Remo volta da Bahia com o quinto lugar

Com apenas três barcos competindo, a delegação do Distrito Federal regressou, ontem, de Salvador, onde disputou o Campeonato Brasileiro de Remo, categoria peso-leve (68 a 72 quilos) com um quinto lugar entre equipes de 11 estados. O vencedor foi Espírito Santo, com o Rio de Janeiro em segundo. De acordo com o chefe da delegação brasiliense, Luiz Antônio Machado, a participação dos remadores da cidade foi excelente. “Conseguimos uma medalha de bronze com o barco Quatro-Sem, tripulado por Alexandre Maia, Hugo Chudyson, Moises de Carvalho e Marcos Vieira, e se não tivesse ocorrido um acidente de percurso, com a saída do remo da forqueta, a menos de 300 metros do final, o double skiff teria ficado com a prata”, lamenta Luiz Antônio.

Triatlo traz de Santos quatro boas colocações

Todos os triatletas brasilienses que participaram do 2º Troféu Adidas Gatorade de Short Triatlo, em Santos, já estão de volta a Brasília e o balanço final de resultados apontou a categoria que tem maior nível para competições nacionais: a nova geração de triatletas, de 15 a 19 anos. Entre as mulheres, Luciana Genial foi a campeã. Entre os homens, três brasilienses ocuparam o pódio: Rafael Menezes, em primeiro; Bruno Gagliardo, em segundo, e João Almeida, em terceiro.

Na classificação geral, o melhor resultado foi de Aglaé Menezes, quinta colocada entre as mulheres. O atual líder do campeonato local de triatlo, Alexandre Manzan, que era um dos favoritos da prova, não participou do Troféu. Uma boa surpresa para Brasília foi Cristiane Ostrowski, campeã da categoria Júnior, para menores de 14 anos. De volta a Brasília, os triatletas retomaram os treinos para o Campeonato Brasiliense, que terá mais uma etapa no sábado.



A volta de Zinho dá um toque de habilidade ao ataque do Fla

Vasco adia jogo para amanhã

Rio — O Vasco será campeão por antecipação da Taça Guanabara (primeiro turno) se vencer amanhã à noite o Bangu, em São Januário. O clube tem 16 pontos, três a mais que Bangu e Flamengo. Como só faltam duas rodadas para o fim da competição, a vitória assegura o título ao Vasco. A partida seria realizada hoje, mas foi adiada após manobra do clube na Federação para ganhar tempo e tentar recuperar Luís Carlos Winck, contundido, e conseguir a absolvição de Bismarck, expulso no último jogo, que deverá ser julgado hoje.

O técnico Joel Santana minimizou o fato de contar com mais um dia de trabalho — no caso do Vasco, de descanso. O treinador, no entanto, admitiu que o adiamento da partida acabou sendo benéfico para o seu time, porque Luís Carlos

Winck e Roberto Dinamite ganharam mais 24 horas para intensificar o tratamento médico. Na hipótese de não poder contar com eles e com o apoiador Bismarck, Joel definiu que Cássio, Valdir e Carlos Alberto Dias serão os respectivos substitutos. Além dessas prováveis alterações, o técnico promoverá a entrada de Tinho no lugar de Alê, que terá de cumprir suspensão.

Cobranças — Questionado por alguns torcedores, Joel Santana não esconde a contrariedade em ter de explicar suas opções táticas e técnicas para escalar o time. “A maior prova do sucesso do meu trabalho está nos resultados do Vasco dentro do campo”, disse. Embora alguns jogadores considerem o empate diante do Bangu um bom resultado, o treinador tratou de alertá-los: “Só a vitória é que decide o título”.

Estoril pode ver prévia do duelo Senna x Prost

Estoril (Portugal) — O primeiro encontro entre Ayrton Senna e Alain Prost numa pista de corrida, após a volta do francês à Fórmula-1, pode acontecer hoje, no Estoril. Senna, que voltaria ontem à noite ao Brasil, cancelou a viagem e garantiu presença hoje no autódromo português. O piloto brasileiro não disse que vai guiar, mas o engenheiro da Honda, Akimasa Yasouka, confidenciou que Senna lhe fez o pedido.

A presença de Senna nos testes pode ser justificada pela necessidade de substituir Gerhard Berger, que continua com fortes dores nas costas pela vértebra deslocada no primeiro treino para o GP de Portugal. Mas o que o brasileiro deve querer mesmo é encontrar Prost na pista.

Existe muita expectativa em torno desse possível encontro, já que Senna está furioso com o veto que Prost lhe impôs na Williams. Senna chegou a dizer que situações perigosas poderiam acontecer na pista e atacou duramente o francês em todas as entrevistas ao longo do último fim de semana. No domingo à noite, após a corrida, acabou extravasando a tensão num porre homérico. Numa boate em Cascais, fez uma competição particular com Berger para ver quem bebia mais e

OS TEMPOS	
1. Alain Prost	1m16s07
2. Jean Alesi	1m16s92
3. Mark Blundell	1m17s07
4. Michael Schumacher	1m17s10
5. Damon Hill	1m17s26
6. Pierluigi Martini	1m17s62
7. Thierry Boutsen	1m18s14
8. Gerhard Berger	1m18s42
9. Emanuele Naspetti	1m18s44
10. Johnny Herbert	1m18s67

acabou tomando dez doses de whisky cowboy.

Prost admitiu que as declarações de Senna sobre situações perigosas na pista o assustavam e qualquer coisa parece possível nesse momento. Após o treino de ontem, Prost recusou comentários sobre Senna. “A primeira palavra é a última: não tenho nada a declarar”, encerrou a questão.

Tempo — No treino de ontem Prost foi o mais rápido, virando em 1m16s07, mas o seu desempenho não pode ser considerado dos melhores. Apesar de estar voltando a sentar num Fórmula-1 após oito meses, guiava um carro que virou na casa dos 13 segundos, no último Grande Prêmio. Na avaliação geral, um bom desempenho seria rodar na casa dos 15 segundos.

Hípica realiza competições de adestramento

O Centro Hípico abre suas portas no próximo final de semana para a realização de provas de Adestramento entre os Centros Hípicos da cidade. As provas são livres e vão incluir desde crianças a adultos. Será observada a execução do controle do animal pelo cavaleiro ou amazona, em quatro séries: iniciante, livre, preliminar, médio e principal. As provas acontecem a partir das 9h00, mas só hoje a Federação de Hipismo define o dia de realização das etapas: se no sábado ou no domingo. As competições de ades-

tramento visam avaliar o “entrosamento” entre cavaleiro e animal. Para os iniciantes, têm como objetivo proporcionar ao aluno noções de domínio sobre o cavalo. Em Brasília existem cerca de 700 alunos matriculados nas escolinhas de equitação. Para se ter uma idéia do quanto são bem preparados aqueles formados no DF, dois ex-alunos, idades entre 13 e 14 anos, Felipe Ricci e Sérgio Barreto, são hoje respectivamente segundo e sexto lugares no ranking brasileiro de hipismo.

Flu escala misto contra Madureira

Rio — Desprezando a soma geral de pontos do Campeonato Estadual, o Fluminense enfrentará o Madureira, hoje, às 15h00, no estádio da Rua Conselheiro Galvão, com um time misto. A diretoria do clube preferiu dar mais importância aos amistosos, fazendo três jogos seguidos: ontem à noite, em Ilhéus, hoje contra o Madureira e amanhã contra o América-RJ.

Numa situação bastante delicada — não sabe como escalar o time que vai enfrentar o Madureira —, o técnico Sérgio Cosme teme pela exaustão de boa parte do elenco. Sem poder contar com Mazola, Julinho e Bobô — que terão de cumprir suspensão automática — e Zé Teodoro, contundido, o treinador terá de promover as entradas de Sandro, Maldonado, Anderson e Carlinhos Itaberá, respectivamente.

Madureira — Neneca; Bira, Tosi, Renato e Pierre; Lito, Kidoça, Germano e Ernani; Reginaldo e William. **Fluminense** — Jeferson; Carlinhos Itaberá, Vica, Sandro e Lira; Pires, Anderson, Maldonado e Sérgio Manoel; Vagner e Ézio.

Edinho perde as esperanças

Rio — Apesar da vitória sobre o Volta Redonda, por 2 a 1, na segunda-feira, o entusiasmo inicial do técnico Edinho, pela oportunidade de dirigir um dos grandes clubes do futebol carioca, já dá lugar à frustração. Longe de deixar a torcida confiante, o treinador admitiu que ela não deve esperar muito da equipe para o segundo turno do campeonato estadual. “O time é composto por vários jogadores jovens e necessita de mais tempo para se tornar competitivo”, alegou. O Botafogo volta a campo amanhã para enfrentar o Itaperuna, com o retorno do lateral-esquerdo André Duarte e do atacante Macalé.

Taguatinga faz rodada dupla no Serejão

O Taguatinga tenta hoje consolidar sua liderança no Campeonato Brasiliense de Futebol, ao enfrentar o Gama na principal partida da rodada noturna, que terá quatro partidas: Brasília x Sobradinho, no Mané Garrincha, Guará x Planaltina, no Cave, ambos às 21h00, e uma rodada dupla no Serejão, que começa às 19h00 com Taguatinga x Gama e se completa com Tiradentes x Ceilândia, às 21h00. Os ingressos custam Cr\$ 10 mil em todos os jogos.

O Tiradentes estréia o novo técnico, Mozair Barbosa. Ontem, a equipe fez o primeiro coletivo depois da mudança e a escalação do time ficou confirmada com Wanderley, Chaguinha, Ney, Polosi, Toninho, Jorge Luiz, Renato, Júlio César, Dário, Pita e Ricardo. Mozair Barbosa, cauteloso, afirma que “o Tiradentes vai buscar a vitória porque não tem mais folga para o time, mas ainda é necessário um trabalho de base”. Mozair definiu um esquema 4-3-3, com dois cabeças-de-área, com um padrão de jogo que ele acredita estar “faltando no time, antes desentrosado”.

A atual tabela de classificação do segundo turno tem vários times com o mesmo número de pontos, mas de acordo com os critérios de desempate a ordem é a seguinte: Taguatinga (7 pontos), seguido pelo Brasília e Guará (6 pontos), Gama (5 pontos), Tiradentes, Sobradinho, Ceilândia e Planaltina (4 pontos).

Juniiores perdem mas mantêm o 1º lugar

Valência (Venezuela) — Atuando de forma displicente, o Brasil perdeu para o México por 2 a 0 e deixou escapar uma invencibilidade de nove jogos na segunda-feira à noite em Valência. Mesmo com a derrota, o Brasil manteve o primeiro lugar, já que tem um saldo de gols maior do que México e Austrália. Hoje, a equipe entra em campo novamente para enfrentar Cuba, quarto lugar do Grupo A, pelas quartas-de-final do Torneio do Estado de Carabobo.

Basílio enfrenta prova de fogo contra Guarani

São Paulo — Mais do que manter a liderança do Campeonato Paulista, a partida de hoje às 20h45 no Pacaembu entre Corinthians e Guarani servirá como uma prova de auto-afirmação para o técnico Basílio. Superar o time do treinador preferido do próprio diretor de futebol Carlos Auricchio seria muito importante. Embora tente aparentar tranquilidade, a ameaça constante de demissão já custou a Basílio uma gastrite de fundo nervoso. O técnico foi meticuloso ao preparar o Corinthians. Giba, contundido, assistiu em Campinas a vitória do Guarani diante do Bragantino. O lateral deu detalhes da movimentação do novo time de Nelsinho. Os principais são o recuo de Edu Lima ao meio de campo e a deslocção constante em diagonal de Tiba. O antídoto está pronto. Embu e Ezequiel não sairão da intermediária defensiva, incumbidos de não dar espaço para o habilidoso Edu dominar a bola e arrancar contragolpes. Além de Giba, o Corinthians também não terá Edu Li-

ma, Elias e Nelsinho. O lateral esquerdo só suportou cinco minutos do coletivo de ontem, em Itaquera. “Voltei a sentir o tornozelo”, lamentava. Ezequiel acabou sendo novamente perdoado e volta ao time titular. No treino ficou provado que, se a marcação corintiana atingiu a eficiência, a articulação dos ataques ainda é vagarosa.

Apesar das evidências, Basílio faz questão de dizer que a partida não tem nada de especial. “Não tenho nada contra o Nelsinho. Quero vencer o Guarani como se fosse qualquer outro adversário”. E o Guarani não terá o volante Valmeir, suspenso, e o lateral esquerdo Rocha, contundido. Souza e Pacl serão os substitutos.

Corinthians — Ronaldo; Vladimir, Marcelo, Henrique e Wilson Mano; Embu, Ezequiel, Paulo Sérgio e Nilson; Fabinho e Neto. **Guarani** — Narciso; Gustavo, André Beraldo, Fernando e Souza; Alston, Pacl, Edilson e Edu Lima; Tiba e Raudinei.

Mazinho já reforça Palmeiras

São Paulo — Mazinho parou, por alguns minutos, a ala de desembarque internacional do Aeroporto de Cumbica ao chegar, ontem, da Itália, para reforçar o meio de campo do Palmeiras. “Estou pronto para jogar”, avisava. “Cabe ao técnico decidir em que posição me escalar”. A camisa 8 que o diretor de esportes da Parmalat, José Carlos Brunoro, mandou Mazinho vestir revelava a escolha do técnico Otacílio Gonçalves.

Antes de assinar contrato por um ano, porém, Mazinho enfrentará uma bateria de exames médicos para tirar qualquer dúvida sobre o estado do joelho esquerdo, operado em fevereiro. A Fiorentina gastou US\$ 9 milhões para comprar o passe de Mazinho ao Lecce e agora aceita emprestá-lo por US\$ 400 mil até setembro de 1993.

A comitiva de Mazinho lotou um táxi especial. Ele trouxe a mu-

lher Valéria, grávida de cinco meses, e o filho Tiago, que puxava a corda presa ao pescoco de McGilver, um cachorrinho de estimação.

O joelho esquerdo, operado em fevereiro por causa de uma lesão de meniscos, já não preocupou mais o jogador. O caso, segundo Mazinho, foi “um grande erro” do médico da Fiorentina. “Ele me examinou, diagnosticou uma torção leve de ligamentos e garantiu que em 45 dias as dores desapareceriam”, lembra. “Desconfiado, fui procurar outro médico e ele constatou que os meniscos estavam estourados e precisavam ser operados com urgência”.

Ele acabou ficando cinco meses parado e contou tudo a Parreira e Zagalo, quando os treinadores estiveram em Florença. “Mas agora, passados todos esses problemas e jogando no Palmeiras, meu sonho é voltar à Seleção”.



Mazinho desembarca em Cumbica com a mulher e o filho

Equipe tenta confirmar reação

São Paulo — O Palmeiras, que reagiu nas últimas rodadas e vem de uma importante vitória de 1 a 0 sobre a Portuguesa, quer aproveitar a sua nova fase, para ganhar também do Ituano hoje, às 20h45, no Parque Antártica. Mas terá pela frente um adversário perigoso, que vem se constituindo na grande surpresa do Campeonato Paulista. A partida tem tudo para ser empolgante, pois os dois times estão motivados com seus últimos resultados. Com a vitória sobre a Portuguesa, o Palmeiras melhorou sua posição no Grupo

Verde do Campeonato Paulista e já soma 16 pontos, dividindo a sexta colocação com Bragantino e Portuguesa. O treinador Otacílio Gonçalves e os jogadores estão certos da classificação para a fase semifinal.

Palmeiras — Carlos; Marques, Tonhão, Edinho Baiano e Dida; Júnior, Daniel e Jean Carlo; Maurílio, Evair e Cuca. **Ituano** — Márcio; Chiquinho, Orlando, Alexandre e Célio Gaúcho; Roberto Ramos, Nido e Celso; Romeu, Crivinel e Marcinho.

Atlético-MG inicia maratona de 9 partidas

Belo Horizonte — O Atlético Mineiro enfrenta o Juventus, de Divinópolis, hoje à noite, no Mineirão, reiniciando uma maratona de jogos pelo Campeonato Estadual e pela Copa do Brasil, motivado por sua participação vitoriosa na Copa Conmebol. Até o próximo dia 27, o Atlético disputará nove jogos, numa média de uma partida a cada três dias. Domingo será a vez do Democrata de Sete Lagoas e na quarta-feira da próxima semana o Criciúma, no Mineirão, pela Copa do Brasil.

O Cruzeiro, por sua vez, está numa situação mais tranquila. Com a classificação e o ponto extra para a próxima fase do Campeonato Estadual absolutamente garantidos, o clube vai se dedicar exclusivamente nos próximos dias à Supercopa dos Campeões da Libertadores. A estréia será amanhã, em Medellín, contra o Nacional local. Hoje à noite, o time faz amistoso contra o Alfenense, em Alfenas, sul de Minas, para garantir uma receita a mais aos seus cofres.